

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

DISSERTAÇÃO

A TRANSFORMAÇÃO DA UNIVERSALIDADE NA ERA DA
GLOBALIZAÇÃO: Um Estudo Comparativo de Casos

KARINA APARECIDA PERSUHN GONÇALVES

CURITIBA

2002

**“A TRANSFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE NA ERA DA
GLOBALIZAÇÃO: UM ESTUDO COMPARATIVO DE CASOS”**

**ESTA DISSERTAÇÃO FOI JULGADA ADEQUADA PARA A
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO (ÁREA DE
CONCENTRAÇÃO: ESTRATÉGIA E ORGANIZAÇÕES), E APROVADA EM
SUA FORMA FINAL PELO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.**



**PROF. DR. CLÓVIS L. MACHADO-DA-SILVA
COORDENADOR DO MESTRADO**

**APRESENTADO À COMISSÃO EXAMINADORA INTEGRADA PELOS
PROFESSORES:**



**PROF. DR. BELMIRO VALVERDE JOBIM CASTOR
PRESIDENTE**



**PROF. DR. FERNANDO FLÁVIO PACHECO
MEMBRO**



**PROF. DR. JOÃO CARLOS DA CUNHA
MEMBRO**

KARINA APARECIDA PERSUHN GONÇALVES

**A TRANSFORMAÇÃO DA UNIVERSALIDADE NA ERA DA
GLOBALIZAÇÃO: Um Estudo Comparativo de Casos**

**Dissertação apresentada como requisito
parcial à obtenção do grau de Mestre do
Curso de Mestrado em Administração do
Setor de Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Federal do Paraná**

**Orientador: Prof. Belmiro Valverde Jobim
Castor. PhD.**

CURITIBA

2002

SUMÁRIO

RESUMO.....	i
	ii
ABSTRACT.....	
1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA.....	3
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	3
1.2.1 OBJETIVO GERAL.....	3
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	4
1.3 JUSTIFICATIVA TEÓRICA E PRÁTICA.....	5
1.3.1 JUSTIFICATIVA TEÓRICA.....	5
1.3.2 JUSTIFICATIVA PRÁTICA.....	8
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA.....	10
2.1 GLOBALIZAÇÃO.....	10
2.1.1 O FENÔMENO DA GLOBALIZAÇÃO E A EVOLUÇÃO DOS EMPREGOS.....	13
2.1.2 GLOBALIZAÇÃO: BEM E MAL DA ERA CONTEMPORÂNEA.....	20
2.2 EDUCAÇÃO.....	29
2.2.1 UNIVERSIDADE.....	31
2.2.2 PAPEL TRADICIONAL DA UNIVERSIDADE.....	33
2.2.3 OS IDEAIS DA UNIVERSIDADE.....	35
2.2.4 A CRISE DA EDUCAÇÃO FUNCIONAL.....	41
2.2.5 A QUALIDADE DA UNIVERSIDADE EM TRANSFORMAÇÃO.....	43
2.2.6 A UNIVERSIDADE CIENTÍFICA E CRÍTICA.....	47
2.2.7 O PAPEL DA UNIVERSIDADE E COMPROMISSO SOCIAL.....	49
2.3 UNIVERSIDADE E GLOBALIZAÇÃO.....	56
2.4 MUDANÇA ORGANIZACIONAL.....	62
2.5 POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO.....	68
2.6 SÍNTESE DO ARGUMENTO.....	73
3 METODOLOGIA.....	75
3.1 ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA.....	75
3.2 DELIMITAÇÃO E DESIGN DA PESQUISA.....	79
3.2.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	79
3.2.2 POPULAÇÃO AMOSTRAGEM.....	80
3.2.3 DADOS: COLETA E TRATAMENTO.....	81
3.2.4 ANÁLISE DOS DADOS.....	82
3.2.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	83

4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	86
4.1	ANÁLISE DOS DADOS DA PUCPR	89
4.1.1	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA PUCPR.....	90
4.1.2	OBJETIVOS E FUNÇÕES DA PUCPR.....	91
4.1.3	COMPARANDO A UNIVERSIDADE TRADICIONAL E ATUAL.....	95
4.1.4	A GLOBALIZAÇÃO E A PUCPR.....	100
4.1.5	POSICIONAMENTO DA PUCPR.....	103
4.2	ANÁLISE DOS DADOS DA UFPR.....	105
4.2.1	OBJETIVOS E FUNÇÕES DA UFPR.....	106
4.2.2	COMPARANDO A UNIVERSIDADE TRADICIONAL E ATUAL.....	112
4.2.3	A GLOBALIZAÇÃO E A UFPR.....	117
4.2.4	POSICIONAMENTO DA UFPR.....	122
4.3	ANÁLISE DOS DADOS DO UNICENP.....	124
4.3.1	OBJETIVOS E FUNÇÕES DO UNICENP.....	124
4.3.2	COMPARAÇÃO DA UNIVERSIDADE TRADICIONAL E ATUAL.....	129
4.3.3	A GLOBALIZAÇÃO E O UNICENP.....	131
4.3.4	POSICIONAMENTO DO UNICENP.....	133
4.4	COMPARAÇÃO ENTRE AS INSTITUIÇÕES.....	134
4.4.1	OBJETIVOS E FUNÇÕES DAS UNIVERSIDADES.....	134
4.4.2	COMPARANDO A UNIVERSIDADE TRADICIONAL E ATUAL.....	136
4.4.3	FATORES QUE AFETAM A UNIVERSIDADE.....	140
4.4.4	POSICIONAMENTO DA UNIVERSIDADE.....	142
5	CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÃO.....	144
5.1	CONCLUSÃO.....	144
5.1.1	COMPARAÇÃO ENTRE AS UNIVERSIDADES.....	147
5.2	RECOMENDAÇÃO.....	150
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	153
	ANEXOS.....	158

RESUMO

Este estudo busca descrever as transformações que ocorreram nas universidades em função da globalização, verificando até que ponto estão mudando seus posicionamentos estratégicos. Entendendo que a nova economia não substitui de todo a velha economia, mas sim que se transforma por meio de uma profunda integração entre a ampla disseminação do conhecimento, uma das importantes funções da universidade, e as exigências do mercado de trabalho diante do atual quadro das evoluções dos empregos, percebe-se o quanto esse fenômeno da globalização influencia a universidade e a sociedade como um todo. O método utilizado foi o comparativo de casos, usando múltiplas e diferentes fontes de evidências. Foram utilizados como dados de fonte primária as entrevistas semi-estruturadas e como fonte secundária os documentos relativos à universidade, atas de reuniões, relatórios de atividades, programas de disciplinas, planejamento estratégico das instituições e seus projetos pedagógicos, sendo que para sua análise foram empregados procedimentos descritivos - qualitativos, servindo-se das técnicas da análise documental e análise de conteúdo. Foram selecionadas para o presente estudo três instituições de ensino superior de Curitiba, representando uma entidade pública, uma entidade confessional e ainda uma entidade privada, acompanhando processos de mudança e transformação nos cursos de graduação de Pedagogia, Engenharia Civil e Administração. A pesquisa aborda questões como o papel da universidade na atualidade, suas funções e objetivos comparando-os com suas tradicionais funções, verificando se existe uma mudança significativa e corroborou-se a idéia de que a globalização afeta a universidade, sendo pública confessional ou privada. Os dados obtidos indicam que a influência da globalização nas instituições de ensino superior existe e é variada conforme seu planejamento estratégico, sua organização estrutural, interação com o mercado de trabalho através de convênios ou outras atividades e ainda exigências legais. As conclusões apresentadas nesta pesquisa são baseadas nas análises das entrevistas semi-estruturadas com coordenadores e professores dos cursos de graduação aqui especificados, além de observações e demais análises sobre o tema proposto.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade; Transformação; Globalização.

ABSTRACT

This study intends to describe the changes concerning universities due to globalization, verifying the way they are changing their strategic positions. Understanding that the new economy does not replace the old one, in the general sense, but does transform itself into deep integration between a large dissemination of knowledge - one of the most important functions of the university - and the demands of the work market, in the presence of the current job evolution situation, one can notice how deeply the globalization phenomenon affects the university and the society as a whole. The method employed was the one named cases comparison, using multiples and varied sources of evidences. It has been also used, as primary source data, the semi-structured interviews, and as secondary ones, the documents referring to the university, meetings records, activities reports, disciplines programs, institutionals strategic planning and their pedagogic projects. To analyse the data, it has been employed descriptive-qualitative procedures, following the documental analysis techniques and contents analysis as well. For this sake, it has been selected three higher education establishments at Curitiba, representing a public, confessionnal and a private entity respectively, observing the changes and transformation processes at graduation courses of Pedagogy, Civil Engineering and Administration. The research deals with the university role nowadays, its functions and objectives, comparing them with its traditional ones, verifying if there is a significant modification. It has been proved that globalization really affects university, no matter if it is a public, confessionnal or a private one. The data proved the influence of globalization process over the universities does exist and that it varies depending on the institution strategic planning, its structural organization, its interaction with work market, through covenants and other activities or legal demandings. The conclusions here presented are based, as already said, upon the semi structured interviews analysis done with coordinators, teachers of the graduated courses mentioned above, besides observation and other kinds of analysis about the proposed theme.

KEY-WORDS: university, transformation and globalization.

1. INTRODUÇÃO

“O futuro não se prevê: o futuro se cria”.
Carvalho e Silva

Já não basta perguntar qual o papel da universidade, é necessário agregar a este questionamento o como se relaciona com o entorno em que está inserida. É preciso entender a universidade relacionando-se com uma sociedade que passa por transformações de extraordinária rapidez influenciada cada vez mais pelo processo da globalização, exigindo uma formação cultural e profissional afinada com esses novos tempos. Neste sentido é o que pretende este estudo, acompanhando três instituições de ensino superior para verificar e comparar suas ações e reações em relação à globalização, assim como o envolvimento de todos observados nesta pesquisa, investigando quais mudanças vem ocorrendo nas universidades tanto no aspecto pedagógico como administrativo, tanto no tecnológico como no social.

Vivemos em uma nova era tão impactante que nos impõe a urgente necessidade de reposicionar os conceitos tradicionais das organizações. A questão do sentido da universidade tem-se colocado ao ensejo da globalização, pois a renovação do conhecimento científico e artístico que segue ritmo acelerado, próprio da inovação da tecnológica, é muito dinâmica.

Segundo GADOTTI (2000), o mundo tem passado por grandes transformações nas instituições das sociedades em que vivemos, sob vários aspectos a globalização confere novos significados ao indivíduo e à sociedade, modos de vida e formas de cultura, reforma e revolução. Isto permite-nos pensar o presente, rebuscar o passado e imaginar o futuro. Tudo pode ganhar outra luz sob a perspectiva da globalização.

O porvir de um país depende do valor que se dá à educação e à formação. Nos estados de hoje, a posição ocupada na comunidade internacional já não tem relação imediata com a extensão geográfica ou o número de habitantes, e tampouco depende dos recursos naturais ou do poderio militar. O fator – chave é o conhecimento, e, portanto a educação. As sociedades modernas são sociedades do saber. Por isso a

melhor prática de qualquer país visando ao futuro, é o investimento na educação e na formação de seu povo, sobretudo das crianças e dos jovens (BOSI, 2000).

HOFMEISTER (1999) afirma que:

“Nas universidades se acumula o saber. É a base não só para a formação dos estudantes, mas também para estender os limites do conhecimento, intensificar a criatividade e por fim, moldar a identidade de um país e de uma nação”.

A universidade merece atenção especial por parte do governo, assim como de toda a sociedade. Não podemos deixar de questionar num país como o Brasil, qual será o impacto da globalização sobre as instituições, na economia e nas relações comerciais, sendo válido verificar quais são os compromissos da universidade em face da globalização, visto que a Universidade não deve deixar de cumprir seus compromissos com a sociedade que a sustenta (MARQUES, 1986).

O Brasil gasta cerca de 5% do PIB em educação o que nos equipara à média internacional, tornando cada vez mais importante conhecer as políticas públicas e programas educacionais utilizados na atualidade (REVISTA EXAME, 2000).

Com a Nova Economia, também chamada de economia do conhecimento, nascendo com as tecnologias da informação, começou-se a perceber que o sucesso de qualquer indivíduo cada vez mais está dependente de sua educação, e isso vale também para outros países no que tange ao crescimento e desenvolvimento.

Para pensar a educação do futuro, é preciso refletir sobre o processo de globalização da cultura. Tal processo está mudando a política, a economia, a cultura e, portanto, a educação (GADOTTI, 1999).

Assim é preciso repensar de forma mais dinâmica e com novos enfoques a questão do universo de conhecimentos a ensinar, considerando atividades centrais da universidade como eixo de formação e compartilhando a responsabilidade com diversos espaços educacionais existentes atualmente na sociedade.

A partir do entendimento de que a universidade não tem apenas a missão de inovar, mas é também responsável pela preservação da cultura, faz-se necessário verificar como reage à globalização (MARCOVICH, 1998).

Com tantas reflexões fica a idéia de que precisamos abrir a universidade para o mundo que a cerca e não deixar de questionar quais serão as reais perspectivas da educação. Falar em perspectiva é falar de esperança no futuro, é vislumbrar as possibilidades, é perceber que embora muito tempo já tenha sido perdido, é a prática que nos coloca os desafios.

1.1. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Em função da breve discussão realizada na introdução, propõe-se o seguinte problema de pesquisa:

Até que ponto a globalização afeta a universidade, transformando e conduzindo mudanças em suas principais funções e posicionamentos?

1.2. OBJETIVOS DA PESQUISA

1.2.1. OBJETIVO GERAL

Verificar de que modo a globalização afeta a universidade, identificando as principais mudanças decorrentes caracterizadas pelas funções, posicionamentos e perspectivas da universidade.

1.2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Verificar as mudanças ocorridas na universidade em função da globalização.
- Identificar o papel da universidade na atualidade, comparando posicionamentos da instituição e de determinados segmentos da sociedade.
- Identificar o efeito da globalização nas perspectivas da universidade e de determinados segmentos da sociedade em relação ao ensino superior.
- Identificar as necessidades atuais de grupos da sociedade em relação às universidades.

Em acordo com o problema exposto, ficam assim divididos os objetivos geral e específicos neste projeto de pesquisa. O primeiro capítulo é dedicado a uma introdução ao tema, abordando o contexto em que se insere o problema de pesquisa, os objetivos e justificativas prática e teórica.

A base teórico - empírica que fundamenta esta pesquisa constitui o segundo capítulo onde explora-se argumentos e sugere-se uma reflexão sobre as transformações da universidade em função da globalização. O terceiro capítulo está destinado aos procedimentos metodológicos que norteiam este estudo, visando ao alcance dos objetivos propostos.

Finalmente apresentam-se os capítulos quatro com apresentação e análise dos dados e capítulo cinco com as conclusões da pesquisa e recomendações para a realização de outros projetos.

1.3 JUSTIFICATIVA TEÓRICA E PRÁTICA

1.3.1. JUSTIFICATIVA TEÓRICA

Entender a dinâmica da globalização, bem como suas conseqüências nos sistemas político, econômico e social, tornou-se um campo fértil nos últimos anos, para que autores das diversas áreas do saber se debruçassem tratando de prever sua repercussão, seja sobre um determinado setor econômico ou sobre o sistema organizacional como um todo.

A globalização está associada a uma aceleração do tempo e as acelerações são momentos culminantes na História como se abrigassem forças concentradas, explodindo para criar o novo. A cada época percebemos que a certeza do patamar definitivo que havia se estabelecido se transformou, surgindo reações de admiração ou de medo diante do inusitado e da dificuldade de compreender os novos esquemas, para encontrar um novo sistema de conceitos que expressem a nova ordem (SANTOS, 1995).

A sociedade contemporânea passa por processos rápidos de mudança, decorrentes do avanço tecnológico, da globalização dos mercados entre outros fatores (SANTOS, 1995).

Neste contexto a academia assume cada vez mais a responsabilidade pela formação de cidadãos aptos a atender às exigências advindas da complexidade do mundo moderno.

As principais pressões ambientais externas que levam as instituições de ensino a ingressar em processos de mudança decorrem de intervenções governamentais, de alterações nos valores sociais, na tecnologia ou no conhecimento (LUNENBURG e ORNSTEIN, 1991).

A globalização como aceleração contemporânea impôs novos ritmos aos deslocamentos dos corpos e ao transporte de idéias acrescentando novos itens à história, evoluindo em termos de potências e rendimentos, com o uso de novos materiais e novas formas de comunicação, e, sobretudo a evolução do conhecimento, maravilha do nosso tempo que ilumina ou ensombrece todas as facetas do acontecer (SANTOS, 1995).

Segundo o mesmo autor o espaço em que vivemos hoje se globaliza, mas quem realmente se globaliza são as pessoas e os lugares. Quanto ao espaço também se adapta à nova era, atualizar-se é sinônimo de adotar os componentes que fazem de uma determinada fração do território o locus de atividades de produção e de troca de alto nível e por isso consideradas mundiais. Esses lugares são espaços hegemônicos em que se instalam as forças que regulam a ação em outros lugares.

Ao defrontar-se com a globalização, com a emergência da sociedade global, as ciências sociais são desafiadas a repensar o seu objeto, um objeto vivo, móvel, movediço. Parece que é sempre o mesmo, mas modifica-se o tempo todo, algumas vezes de forma visível, outras imperceptíveis; dando a impressão de que permanece, mas transfigura-se (IANNI, 1995).

No curso da história das ciências sociais, o seu objeto está sempre a modificar-se, entretanto o que tem predominado na história das ciências sociais são as interrogações sobre a sociedade nacional, o estado – nação, o projeto nacional, as condições da soberania, as possibilidades de hegemonia. Segundo IANNI ocorre que a sociedade nacional em várias significações e conotações muda de figura na medida em que se verifica a globalização, quando esta se dá através de emergência e o desenvolvimento da sociedade é global, tanto empírica como metodologicamente, tanto histórico quanto teoricamente.

Dentre os desafios empíricos e metodológicos, ou históricos ou teóricos, criados pela formação da sociedade global, cabe perguntar sobre o lugar e o significado da sociedade nacional. Quando se reconhece que a sociedade global, em suas configurações e movimentos, envolve outra realidade histórica, geográfica,

demográfica, política, econômica, social, cultural, então cabe refletir sobre as modificações que essa nova realidade incute na sociedade nacional. A sociedade global pode ser vista como um todo abrangente, complexo e contraditório, subsumindo formal ou realmente a sociedade nacional (SOUZA,1993).

Emergem exigências a sociedades originadas de encadeamentos renovados a tendências mundiais. Instalam-se as condições técnicas, econômicas, intermitentes e circunstanciais de interação e comunicação.

Um povo será tanto mais livre das suas condições locais quanto mais apto for para integrá-las e assim, superá-las; tornar coesa e eficiente a sua capacidade de processar as diferenças locais e registrar a etapa de uma mudança histórica que projeta o local no global, e se explica nessa projeção (FERRARA, 1995).

Não se trata de traduzir a realidade econômica, social e cultural local à luz de um modelo externo ou estranho que se propõe como meta a ser atingida, mas ao contrário, trata-se de ler o local no parâmetro das diferenças que estabelecem particularidades e aí, alicerçam sua identificação (SANTOS, 1995).

Esse aprendizado agencia o processo de informação, ao mesmo tempo integrada e diversificada, e é o caminho capaz de ensinar a produzir, gerar informações que se extraem de outra informação. Nesse processo o que se globaliza não é o mapa do mundo, mas a percepção desse mundo feito de fragmentos globais e diferentes ao mesmo tempo: o espaço global só se revela pelo encontro do particular fragmentado, mas reconhecido (IANNI, 1995).

Essa descoberta da identidade local pelo seu padrão de diferença global é uma ruptura que rasga o tempo da história do presente para o passado, forçando um choque de reconhecimento que explicaria as realidades atuais pela percepção dos significados já ultrapassados no tempo, mas ainda vivos enquanto sentido.

Segundo IANNI, essa procura da compreensão atual pela ordem precedente não significa que o passado ilumina e explica o presente, mas com o passado é possível ainda aprender, rever, reconhecer como podemos reverter o presente e construir o

futuro, como podemos reverter as contradições locais em instrumentos de integração mundial em que se respeitam desigualdades econômicas, sociais e culturais; tornando-se uma nova etapa da civilização que propõe um renascimento divergente de qualquer centralismo ou hegemonia.

Para HOFMEISTER, refletir e debater sobre o papel da universidade é uma tarefa permanente, acima de tudo para uma maior conscientização do seu valor junto à sociedade, estimulando reformas, quantas delas forem necessárias.

É indispensável para que um país tenha condições de processar uma informação integrada com a sua realidade, uma cirurgia perspectiva que desnude a passividade e a solidão de uma recepção mecanicamente manipulada. A concreta possibilidade de realizar essa informação depende da coragem cultural de reconhecer um cotidiano alienado que reprime e ilude o exercício ancestral da cidadania; uma conquista democrática que só se alcança reconhecendo o processo e enfrentando todas as múltiplas formas pelas quais se manifesta (FERRARA, 1996).

1.3.2. JUSTIFICATIVA PRÁTICA

O fenômeno da globalização é muito mais o resultado de uma longa, lenta e quase imperceptível evolução da sociedade moderna, do que o desfecho imediato e inexorável de um fato isolado (BEDIN, 1997).

Segundo TAVARES, a aceleração das mudanças decorrente da globalização desperta interesse das universidades e da sociedade, portanto é importante entender como as universidades estão mudando através da influência da globalização para compreendermos as necessidades atuais da sociedade. A abertura da economia e a globalização são processos irreversíveis, que nos atingem no dia-a-dia das formas mais variadas e é preciso aprender a conviver com essas mudanças.

As mudanças hoje estão acontecendo com muita rapidez, para sobreviver nesse mundo novo precisamos estar em sintonia com os demais países e também aprendendo coisas novas todos os dias. No Brasil, essa questão é equacionada geralmente no contexto da preocupação profissionalizante, mais ou menos nos seguintes termos: “Precisamos adaptar a universidade às exigências globais do mercado”. Isso quando a questão é colocada.

Responder que a universidade deve adaptar-se às necessidades globais do mercado não é ruim, desde que se saiba em que consiste propriamente a universidade. Certamente ela não se limita às opções profissionalizantes, embora as deva levar em consideração. Poderíamos dizer que a universidade é, na sua essência, *Universitas Scientiarum, Magistrorum et Scholarium*, ou seja, na nossa língua vernácula, Universalidade das Ciências, dos Mestres e dos Alunos (RODRÍGUES, 1999).

Do ponto de vista físico, a essência da universidade é o binômio professor/aluno. Acontece que, quando falamos em instituição universitária, primeiro pensamos, no Brasil, em prédios, mantenedora, reitor, funcionários administrativos, sindicato dos servidores, etc. E ainda tudo isso, na sua essência, não é a universidade. Ela se concretiza na sala de aula onde estão reunidos, ao redor da atividade acadêmica de ensinar e aprender, mestres e alunos (RODRÍGUEZ, 1999).

É evidente que para haver universidade não basta apenas a reunião de professores e alunos. É necessário destacar, também, o objeto formal daquela que consiste no cultivo da ciência básica e da cultura superior. Como frisava o educador Anísio Teixeira, em 31 de julho de 1935:

“A função da Universidade não é uma função única e exclusiva. Não se trata somente de difundir conhecimentos. O livro também os difunde. Não se trata somente de conservar a experiência humana. O livro também a conserva. Não se trata somente de preparar práticos ou profissionais de ofícios ou de artes. A aprendizagem direta os prepara, ou, em último caso, escolas muito mais singelas do que universidades. Trata-se de manter uma atmosfera de saber, para se preparar o homem que o serve e o desenvolve. Trata-se de conservar o saber vivo e não morto, nos livros ou no empirismo das práticas não-intelectualizadas. Trata-se de formular intelectualmente a experiência humana, sempre renovada, para que ela se torne consciente e progressiva. Trata-se de difundir a cultura humana, mas de fazê-lo com inspiração...”

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA

2.1. GLOBALIZAÇÃO

Chama-se globalização, ou mundialização, como padronização cultural, do crescimento da interdependência de todos os povos e países da superfície terrestre, é a integração dos países, principalmente nas áreas tecnológicas e comerciais. A globalização aparece na constituição do Império Chinês; na civilização egípcia, que manteve o domínio de todo o continente africano, na Grécia, que apesar das cidades-estado, mesmo independentes viam uma globalização da economia (MARTINS, 1997).

Em Roma surge o direito como instrumento de poder, pois só assim os romanos poderiam organizar e controlar o Estado. Além disso, com a expansão territorial, os romanos se vêem obrigados a construir uma rede de estrada, que possibilitou a comercialização e a comunicação entre os diversos povos.

Os portugueses lançaram-se às grandes descobertas não só para se proteger dos mouros espanhóis, mas também para procurar novas rotas comerciais de globalização. Nesses séculos (XIV e XV), ocorreu um descompasso entre a capacidade de produção e consumo. O resultado disso era uma produtividade baixa e falta de alimento para abastecer os núcleos urbanos, enquanto a produção artesanal não tinha um mercado consumidor, a solução para esses problemas estava na exploração de novos mercados, capazes de fornecer alimentos e metais a ao mesmo tempo, aptos a consumir os produtos artesanais europeus (MARTINS, 1997).

Quando a economia européia entrou em crise no século XIX o chamado imperialismo ou neocolonialismo ocorreu, as fábricas estavam produzindo cada vez mais mercadorias em menos tempo, assim, com uma superprodução, os preços e os juros despencaram. Na tentativa de superar a crise, países europeus, EUA e Japão buscaram mercados para escoar o excesso de produção e capitais.

Segundo MARTINS, cada economia industrializada queria mercados cativos, transformando o continente africano e asiático em centro fornecedor de matéria - prima e consumidores de produtos industrializados, gerando com isso um alto grau de exploração e dependência econômica.

Já no final dos anos 70, os economistas começaram a difundir o conceito de globalização, usado para definir um cenário em que as relações de comércio entre os países fossem mais freqüentes e facilitadas. Depois, o termo passou a ser usado fora das discussões econômicas. Assim, as barreiras comerciais entre os países, começaram a cair, com a diminuição de impostos sobre importações, o fortalecimento de grupos internacionais (como o Mercosul ou a Comunidade Européia) e o incentivo do governo de cada país à instalação de empresas estrangeiras em seu território.

No caso brasileiro, a abertura foi ponto fundamental no combate à inflação e para a modernização da economia. É o que vemos em vários setores de bens e em serviços, a opção de escolha que temos hoje é muito maior.

A necessidade de modernização e de aumento da competitividade das empresas trouxe como efeito o desemprego. Para reduzir custos e poder baixar os preços, as empresas tiveram de aprender a produzir mais com menos gente, incorporando novas tecnologias e máquinas juntamente com desafios revelados às principais economias do mundo: a questão que se coloca nesses tempos é como identificar e aproveitar as oportunidades que estão surgindo de uma economia internacional cada vez mais integrada (INFANTE, 1999).

As mudanças na tecnologia, nos meios de transporte e na área de comunicação, atrelada ao comércio global e aos investimentos estão criando um novo mundo.

Para GENTILI, o neoliberalismo constitui uma alternativa dominante para a crise do capitalismo contemporâneo que objetiva um profundo processo de reestruturação material e simbólica das nossas sociedades e deve ser compreendido como um projeto de classe que orienta, de forma articulada e ao mesmo tempo, um conjunto de reformas radicais no plano político, econômico e cultural.

Segundo RATTNER a globalização abrange aspectos positivos e negativos, dando origem à tensões e conflitos entre o antigo e o novo, as tradições e a modernidade, refletida nas posturas e discursos ideológicos dos diferentes atores sociais. RATTNER define globalização como o resultado de um processo histórico, cujos fatores dinâmicos são a concentração - centralização de capital, o desenvolvimento dos meios de comunicação e o despertar da consciência sobre o destino comum da humanidade.

Ainda para o mesmo autor, globalização é uma tendência que se manifesta na difusão dos padrões de organização econômica e social, de consumo, de formas de lazer e de expressão cultural e artística. Um estilo de vida decorrente das pressões competitivas do mercado, que aproximam culturas, políticas e práticas administrativas, difunde e generaliza os mesmos problemas e conflitos sociais (RATTNER, 1995).

RODRÍGUEZ trata o termo globalização como uma gama de transformações que se tem registrado no âmbito econômico, político, tecnológico e cultural que têm em comum sua difusão e mútua relação com o sistema mundial. No plano econômico o termo se justifica pela conformação de um mercado de recursos, produtos e serviços de alcance mundial; na área política, pela intensificação da tomada de decisões em um marco mundial e pela internacionalização de conflitos locais e regionais.

No plano tecnológico principalmente pelo desenvolvimento de fases do processo que implicam a desintegração do processo de produção e a deslocalização. No plano cultural a globalização se refere em essência à integração de formas de comunicação, difusão de informações de alcance mundial, assim como efeitos culturais desse processo.

A globalização tem lugar e marco histórico que se caracterizam pela sua complexidade, cuja descrição obriga a simplificar um grande número de processos e eventos em uma limitada enumeração de aspectos enigmáticos (LAMPERT, 1998).

2.1.1. O FENÔMENO DA GLOBALIZAÇÃO E A EVOLUÇÃO DOS EMPREGOS

De acordo com BEDIN (1997), a globalização é o mais significativo fenômeno gerador de mudanças na sociedade atual. A configuração do mundo como um sistema global é o mais significativo acontecimento político, econômico e social das duas últimas décadas. O homem após ter viabilizado várias e extraordinárias civilizações individuais, passa agora a delinear a construção de uma aventura de dimensões planetárias. Daí, portanto a percepção, hoje já bastante evidente, de que o mundo tornou-se um único lugar para todos os seres humanos e que os principais problemas e alguns de seus interesses mais relevantes adquiriram o caráter de questões mundialmente interdependentes e globais (BEDIN, 1997).

THUROW (1996) analisa através das ciências físicas e biológicas dois conceitos - ou duas metáforas - que possibilitam a compreensão das transformações que deram origem ao mundo atual globalizado: respectivamente os conceitos de placas tectônicas e de mercado equilíbrio. O conceito de mercado equilíbrio pode ser entendido da seguinte maneira: normalmente a evolução avança a um passo tão lento, que não é perceptível sob a escala de tempo humana. Normalmente, o último predador da cadeia alimentar, as espécies mais fortes, se convertem nas dominantes: as maiores e mais fortes.

Sem notificação, ocorre o que os biólogos conhecem como mercado equilíbrio. Inesperadamente, o meio ambiente se altera e as espécies que haviam sido dominantes, se extinguem rapidamente e são substituídas por outras espécies. A evolução dá um salto quântico. A seleção natural que normalmente atua na periferia, de repente altera o núcleo do sistema.

Segundo THUROW (1996) as principais forças ou placas tectônicas que conduziram o mundo em direção à globalização foram: fim do comunismo - deixando sem competidores o mundo capitalista; a emergência de uma era de indústrias de inteligência artificial, graças aos avanços da tecnologia da informação e abrindo

espaço para a era da nova economia digital, resultando na desterritorialização da produção e da anulação de qualquer vantagem competitiva; o crescimento, deslocamento e envelhecimento da população mundial, modificando o sistema capitalista; a emergência de uma economia global, possibilitando que qualquer bem possa ser produzido em qualquer parte e vendido em todo lugar; a configuração do mundo como espaço político multipolar sem um poder hegemônico.

Para um melhor entendimento das transformações do mundo é importante conceituar globalização. O mundo hoje está em meio a uma transformação fundamental na natureza do trabalho, ou seja, saindo da era industrial e entrando na era da informação, computadores sofisticados, tecnologias de telecomunicações, robôs e outras máquinas inteligentes já vêm tomando o lugar de várias categorias de trabalho em diversos países.

Estamos diante de uma revolução tecnológica, trazendo consigo sérias implicações para a sociedade civil, pois, quase metade da população do planeta depende da terra e as novas tecnologias ameaçam mudar isso nos próximos vinte anos (RIFKIN, 1996).

A disponibilidade de capital também saiu da equação competitiva, com o desenvolvimento de um mercado mundial de capitais, possível também em função do rápido avanço da tecnologia da informação e das comunicações (THUROW, 1997).

- CONHECIMENTO COMO FORÇA COMPETITIVA:

O conhecimento tornou-se a única fonte de vantagem competitiva sustentável em longo prazo, conhecimento é poder - e os possuidores de conhecimento serão radicalmente diferentes no futuro. Assistimos ao surgimento de um novo setor, cujo papel é essencial na era da informação - o setor do conhecimento - acredita-se que se possa criar igual número de empregos nesse setor, na medida em que são eliminados

nos setores agrícolas, manufatureiros e de serviços - essa é a grande esperança (RIFKIN, 1996).

Ainda segundo RIFKIN, é importante perceber que na era do poder cerebral, é necessária uma nova classe de trabalhadores - trabalhadores do conhecimento: cientistas, engenheiros, técnicos, altamente capacitados, escritores, educadores. Ainda que fosse possível recapacitar toda a força de trabalho em cada país, o que é inviável, isso levaria anos de educação.

O que separa a era da informação da era industrial é que esta se configura pela existência de trabalho humano massificado para produzir bens e serviços, enquanto aquela se caracteriza pela presença de uma pequena elite e força de trabalho com altos níveis de remuneração (uma empresa gerida por máquinas inteligentes e sofisticada).

Do ponto de vista dos trabalhadores para MASI:

“Na sociedade pós-industrial, os avanços tecnológicos caminham a tal velocidade que o equilíbrio entre oferta e procura de trabalho fica definitivamente rompido, criando um crescente acúmulo de mão-de-obra em relação às reais exigências da produção” (MASI, 1999).

Em função de tal cenário (tecnologia, produtividade e desemprego) há a oportunidade para que um novo pacto social seja apresentado ao setor privado (às empresas - 2º Setor), a toda a sociedade civil (comunidade - 3º Setor) e ao setor público (ao governo - 1º Setor).

O Banco Mundial projeta um aumento da população mundial, dos atuais 5,7 bilhões para 8,5 bilhões em 2030. O que assusta a respeito da previsão do Banco Mundial não é tanto o aumento de 50%, 2,8 bilhões de pessoas a mais, mas que dois bilhões delas irão nascer em países onde as rendas diárias são inferiores a US\$2,00. Esses países simplesmente não serão capazes de fazer os investimentos necessários para obter água para suas populações e muito menos para educá-las e lhes dar as ferramentas de que irão necessitar para ganhar a vida (THUROW, 1997).

Considerando a projeção do Banco Mundial e associando ao fato de que as novas tecnologias, além de exigirem trabalhadores altamente qualificados também

estão reduzindo/substituindo a necessidade do trabalho humano, teremos um imenso desafio para o próximo milênio - milhões de pessoas desnecessárias ao mercado de trabalho.

Segundo RIFKIN (1996) na década de 1960, os Estados Unidos eram uma nação de trabalhadores de empresas; um terço da sua força de trabalho estava nas indústrias. Hoje, menos de 17% dos trabalhadores norte-americanos estão na indústria, houve uma redução de 50% e, no entanto, o país continua sendo a primeira potência manufatureira do mundo, pois, simplesmente faz isso com menos pessoas e mais máquinas. Por volta do ano 2020, haverá uma eliminação virtual do trabalhador da indústria do mundo inteiro. Menos de 2% da força de trabalho deste planeta estará na indústria.

- TRANSFORMAÇÕES E DIFERENÇAS SOCIAIS:

A explosão demográfica dos países pobres acaba por alargar ainda mais o fosso ou bipolaridade existente entre ricos e pobres e gera instabilidade social e política crescente numa economia cada vez mais global e automatizada em que milhões de pessoas estão ou estarão desempregadas e/ou não serão mais necessárias ao mercado.

Podemos também verificar que o mundo se encontra hoje profundamente dividido: o patrimônio somado das trezentas famílias mais ricas do planeta equivale ao patrimônio somado dos 40% da população mais pobre (RIFKIN, 1996).

Segundo DURAN e BAUGARTNER (1985), a América Latina atualmente apresenta índices alarmantes de exclusão social: dois terços da sua população está subnutrida e, em algumas regiões padece de fome crônica; dois terços são analfabetos; a metade padece de doenças infecciosas ou carenciais; um terço dos trabalhadores (especialmente milhões de indígenas) continua sem participação alguma na vida econômica, social e cultural da comunidade latino-americana. O poder aquisitivo do índio em muitas partes equivale a zero; dois terços de latino-americanos vivem em condições semi-feudais de trabalho; a maioria da população rural não tem terra.

Neste contexto abre-se espaço (antes restrito ao governo), para as empresas e comunidade atuarem em questões sociais e ainda, para o surgimento de “uma nova força política intermediária em cada país” (RIFKIN, 1996).

Para corrigir os efeitos periféricos do sistema produtivo, instituições ou pessoas sensibilizadas com os efeitos perversos da lógica do mercado, procuram implementar políticas sociais com a finalidade de tornar a vida tolerável para milhões de pessoas que não preenchem as condições mínimas para participar dos direitos inerentes à cidadania. O número de pessoas excluídas na participação da riqueza é tão alto que extrapola a capacidade do Estado moderno de cumprir as suas funções básicas.

Segundo THUROW (1997), embora tenha sido a tecnologia que acelerou o desenvolvimento de uma economia global, foram as “atitudes sociais e as ações governamentais que fluíram dessas atitudes que criaram a economia global”.

Hoje a economia global molda a visão que todos têm do mundo e altera o modo de pensar de cada um de nós. Todos são mutuamente dependentes e estão ligados em padrões de oferta e demanda muito diferentes daqueles que, caso contrário, poderiam ter existido. Em um sentido muito real, a economia global incorporou-se fisicamente aos nossos portos, aeroportos e sistemas de telecomunicações e o mais importante, ela incorporou-se às nossas mentalidades (THUROW, 1997).

Essa nova economia ou realidade globalizada está produzindo o aparecimento de questões mundialmente interdependentes e globais e redefinindo o papel do Estado, das empresas e da sociedade.

- UMA NOVA ORDEM MUNDIAL:

Há um novo “contrato social”, proposto por JEREMY RIFKIN onde o setor do governo cria capitais e empregos do governo, mas isso não é suficiente. Existe ainda a sociedade civil que cria capital social e emprego .

“A globalização cultural, através da informação, possibilita o conhecimento dos problemas reais do mundo (fome, opressão, supressão de direitos) e os conflitos resultantes das desigualdades sociais” e pode-se então dizer que, “(...) possibilitam a formação da consciência sobre os problemas que afetam todos os povos e o trabalho das Organizações Não-Governamentais (ONGs), que, espalhadas por todos os Continentes, desenvolvem uma “diplomacia invisível” procurando encontrar soluções para as mazelas do sistema” (ADI VIEIRA, 1997).

É possível vislumbrar uma nova ordem mundial, se repensarmos o papel do estado e o papel das instituições na nova sociedade. Para DRUCKER (1997), é legítima a preocupação e atuação de uma empresa em questões sociais e ainda, esta atuação pode inclusive ser transformada em oportunidade.

RIFKIN (1996), defende que a solução existe, mas é preciso repensar o contrato social. Se as novas tecnologias reduzem o trabalho humano em três vezes, elas economizam trabalho. A única questão que todos os países têm de resolver é se essas três vezes vão implicar filas de desempregados ou mais tempo livre.

Alternativas tradicionais que no passado seriam o mercado ou o governo, não mais são capazes de absorver o contingente excedente. Isso ocorre porque: o mercado está atualmente se automatizando e globalizando e precisa cada vez menos de funcionários - os governos que costumavam ser empregadores de último recurso, também estão se reduzindo e complementa, que é necessário acabar com os paradigmas políticos e compreender que cada país tem três setores e não dois. A solução, segundo RIFKIN (1996), para a nova sociedade, está no Terceiro Setor:

“O governo está começando a desaparecer. O mercado está cada vez mais globalizado e não interno. A responsabilidade da vida cívica passará a ser do Terceiro Setor”.

A missão para o século XXI - o setor de mercado cria capitais e empregos de mercado, mas isso não é suficiente. O setor de governo cria capitais e empregos de governo, mas isso também não é suficiente. A sociedade civil cria capital social e empregos. Novamente aqui, vemos surgir a oportunidade e a necessidade, para as empresas de uma ação com responsabilidade social e cidadania, no mundo globalizado.

No século XXI, o novo bate a nossa porta sob diversos nomes: Mundo globalizado, ou globalização do mundo (referindo-se aos aspectos econômicos), planetarização do mundo (aspectos políticos), mundialização da cultura (aspectos culturais) - e mais, modernidade-mundo, economia-mundo, mundo sem fronteiras, aldeia global, sociedade informática, ocidentalização do mundo, sociedade de inteligência artificial, fim da história, choque de civilizações (BEDIN, 1997).

SÜSSMUTH (1998) confirma o dito acima apresentando que: a Terceira Revolução Industrial ou “Bit Bang” é o caminho da sociedade industrial para a sociedade da informação. O foco aqui é em aquisição, armazenagem, processamento, transmissão, disseminação e uso da informação e do conhecimento, incluindo as crescentes opções técnicas para as comunicações.

Estas metáforas do novo trazem em seu bojo um ambiente empresarial mais competitivo e volátil. Não apenas as empresas passaram a enfrentar a competição internacional em larga escala - diminuição das barreiras, como ocorreram movimentos constantes de fusões e aquisições em âmbito mundial ocasionando grandes concentrações de empresas transnacionais - desterritorialização do mercado, como ainda, rápidas, freqüentes e ininterruptas mudanças e avanços tecnológicos - nivelamento da tecnologia da informação, e ainda a desregulamentação dos mercados.

2.1.2. GLOBALIZAÇÃO: BEM E MAL DA ERA CONTEMPORÂNEA

O conceito de globalização vem sendo tão intensamente utilizado — não só na literatura acadêmica, mas também no jornalismo e no debate público — que ele tornou-se uma espécie de superlativo conceitual. À globalização são atribuídos todos os males — ou bondades — da era contemporânea (ALMEIDA, 1999).

Entre os efeitos negativos, bem mais lembrados que os positivos, estariam o desemprego crescente, a perda de soberania sobre processos produtivos, a ausência de controle sobre fluxos financeiros, a concentração de renda e, de modo geral, uma diminuição do bem-estar social para amplas camadas da população, quando não para países inteiros. Dentre suas benesses se costuma citar a maior disponibilidade de bens e serviços, o acesso ampliado a produtos de culturas diversas, comunicações mais baratas e facilitadas e o estabelecimento de contatos instantâneos por via eletrônica, assim como a tendência a um amplo nivelamento de preços sob o impacto da concorrência internacional.

Os defensores da “pró-globalização” apontam seu caráter inevitável e a necessidade de o Brasil preparar-se para a era dos mercados globais e do dinheiro virtual, ao passo que os “contras” julgam não apenas ser possível, como também necessário, preservar a soberania nacional em face da “ditadura do capital” (ALMEIDA, 1999).

Seja no caso dos que acreditam que ela deve ser recusada, bloqueada e, se possível, revertida, seja no espectro político dos que são virtualmente a favor — neoliberais, segundo o jargão progressista —, estamos em face de duas correntes antitéticas que entretêm ideologias perfeitamente simétricas e mutuamente excludentes, de aceitação ou de recusa absolutas da globalização.

No primeiro grupo, bem mais estridente e numeroso, o dos partidários convencidos da “anti-globalização”, fala-se dos mitos econômicos e das falcatruas

intelectuais supostamente ostentados pelos defensores da globalização, cabendo-lhes apontar todos os defeitos e desgraças provocados por esse processo propriamente avassalador e impiedoso (ALMEIDA, 1999).

O grupo dos que são a favor, em contrapartida, é bem mais discreto, sendo composto por representantes da chamada *mainstream economics*, economistas geralmente já “globalizados”, freqüentando os encontros empresariais e os seminários acadêmicos, onde algumas vezes ambas as espécies se cruzam de maneira estridente e flagrantemente dialética.

Segundo ALMEIDA (1999) no meio dessa dicotomia se encontra um número significativo de pessoas indiferentes ao “universal concreto” da globalização. Estes, aparentemente, já se deixaram abater pelo “fatalismo do momento”, resignando-se a uma atitude passiva em face do processo. Como este tipo de atitude não parece ostentar nenhum apelo intelectual mais sofisticado ou uma ideologia própria a defender.

- AS CONSEQÜÊNCIAS DA GLOBALIZAÇÃO:

A questão das conseqüências sociais da globalização não deve ser esquecida, nem deixada de lado tentando separar os efeitos supostos ou prováveis desse processo de outras variáveis de transformação, que derivam tão simplesmente de uma tendência de modernização da economia e da sociedade brasileira.

Com apoio na História pode-se afirmar que o fenômeno da globalização é quase tão velho quanto as navegações e as grandes descobertas dos séculos XV e XVI. A economia da era do *laissez-faire*, entre meados do século XIX e 1914, era bem mais aberta e internacionalizada do que sob o capitalismo contemporâneo.

O processo “geloconômico” é bem mais recente em suas manifestações concretas, coincidindo com a eliminação, no terço final do século XX, das fronteiras políticas e econômicas entre os diferentes grupos de países que integravam o sistema econômico mundial. Com efeito, até os anos 80, se poderia distinguir, claramente, três grupos de economias: as capitalistas do primeiro mundo, as socialistas do segundo e um universo mais vasto de economias em desenvolvimento do chamado Terceiro Mundo (RODRIGUEZ, 1999).

Estas últimas se caracterizavam por níveis insuficientes de renda per capita e por formas variadas de controle sobre os processos produtivos, muito embora com menor monopólio estatal sobre tal processo do que o que marcava as economias socialistas.

Entre meados dos anos 80 e princípios dos 90, a realidade da fragmentação econômica e política do planeta mudou dramaticamente: não apenas alguns países da área “subdesenvolvida” passaram a se integrar decisivamente na economia capitalista madura.

O segundo mundo simplesmente desapareceu dos sistemas classificatórios da “geopolítica” e o terceiro não apresenta hoje contornos muito bem definidos, a despeito de que a maioria dos Estados membros da ONU possa ser legitimamente classificada como “países em desenvolvimento”.

De acordo ainda com RODRÍGUEZ (1999) mesmo esses países, contudo, abandonaram o programa difuso de uma “nova ordem econômica internacional” e, superando a antiga rejeição dos capitais multinacionais, buscam atrair investimentos diretos que os habilitem a melhor competir segundo as regras institucionais negociadas no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Tivemos em consequência não tanto um “fim da história”, porém mais exatamente um fim da geografia, com a diluição das fronteiras políticas nacionais num vasto mercado de bens, pessoas e capitais. Essa integração econômica mundial é que se dá usualmente o nome de “globalização”, muito embora esse processo não seja uniforme nem tenda a produzir efeitos similares

para os diferentes grupos de países que hoje participam de uma mesma arena competitiva global (ALMEIDA, 1999).

- A RIQUEZA E A AGREGAÇÃO DE VALOR:

A integração dos mercados, a internacionalização dos circuitos produtivos e a livre circulação de bens, serviços, capitais ou tecnologia (eventualmente também de pessoas), se dá de maneira muito diferenciada entre os “atores” ou “espectadores” desse processo, fundamentalmente segundo sua própria dotação de fatores — humanos e materiais — e em função de sua capacidade de reagir aos novos estímulos de uma economia regida bem menos pelos velhos protagonistas estatais do que, crescentemente, pelos novos agentes da economia transnacional: as empresas multinacionais.

Pela primeira vez na história econômica da humanidade, a riqueza e a agregação de valor — que são basicamente sinônimos econômicos, mas não necessariamente sociais — podem ser obtidos sem mobilização significativa ou talvez mesmo absolutamente marginal de recursos materiais existentes e de produtos do mundo natural. A natureza do crescimento é, no entanto, diversa daquela observada nos países mais dinâmicos do capitalismo mundial, sobretudo no que se refere à inserção internacional dessas economias.

Segundo ALMEIDA (1999) as críticas mais freqüentes dos adversários da globalização referem-se a seu suposto papel empobrecedor de países da periferia como o Brasil e seu impacto fragilizador na estrutura econômica desses países, na medida em que ela conduz a inevitáveis desequilíbrios na balança comercial e, portanto, no balanço de pagamentos, com o aumento conseqüente da dependência financeira e tecnológica e na perda de controle dos fluxos financeiros associados à abertura externa e à liberalização comercial.

Um dos temas mais recorrentes no debate político e econômico nacional é, sem dúvida alguma, o do impacto da globalização nas políticas econômicas nacionais e, por extensão, o quanto a incorporação ampliada do país na chamada interdependência

global — ou seja, os fluxos internacionais de comércio, finanças, serviços e investimentos — afeta a soberania nacional. Trata-se de um debate que é também internacional, ele mesmo sujeito à globalização, como o prova, o alinhamento de forças favoráveis e contrárias à continuidade desse processo.

As perguntas mais freqüentes relativas ao impacto do processo de globalização na vida econômica e social referem-se a uma possível fragilização das políticas nacionais como resultado das políticas de abertura externa conduzida atualmente pela maior parte dos países envolvidos no grande sistema capitalista mundial e a seu eventual impacto em termos de homogeneização das políticas públicas (nas áreas regulatória, previdenciária, tributária, por exemplo).

Uma outra série de questões, de natureza propriamente política, aponta para os efeitos aparentemente negativos da globalização em termos de distribuição da renda e das oportunidades de emprego e de bem-estar dentro dos países e entre os Estados (INFANTE, 1997).

A visão pessimista da globalização acredita que ela é automaticamente sinônima de crescimento das desigualdades e da concentração de riquezas, seja nas nações ricas como um todo, seja nos estratos mais ricos dos próprios países avançados ou em desenvolvimento. Quando combinada ao livre comércio, ela significaria, nada mais nada menos, do que a diminuição da participação dos países menos desenvolvidos nos fluxos mundiais de comércio e investimentos, uma vez que estes tenderiam a se concentrar nos países dotados de maiores vantagens competitivas numa era de tecnologias intensivas em know-how e em produtos da inteligência.

São poucos ou relativamente escassos, para não dizer inexistentes, os estudos consistentes que permitam tirar conclusões positivas ou definitivas a esse respeito, ou seja, fornecendo evidências empíricas que demonstrem cabalmente algum tipo de vínculo estrutural entre a marcha da globalização e o aumento das desigualdades sociais, regionais ou setoriais.

A missão econômica “racional” mais evidente da globalização é a de produzir uma maior quantidade de bens a custos continuamente mais baixos, no que se deve reconhecer sua tremenda eficiência relativa, maior em todo caso do que os sistemas baseados na alocação administrativa de recursos. Se grande parte desse processo — isto é, volumes crescentes de comércio de mercadorias, de intercâmbio de serviços e de investimentos recíprocos — se dá preferencialmente entre os próprios países desenvolvidos e com uma gama reduzida de países “emergentes”, isso não deriva de nenhuma discriminação a priori perversa contra certos povos ou nações, mas tão simplesmente em função da equação de “custo-oportunidade”. Considerando que fosse a globalização uma via de mão única, provocando uma concentração absoluta de riquezas nos países “visualmente” beneficiários, aqueles que mais aumentaram os valores de seus PIBs nominais, supostamente em detrimento dos países em desenvolvimento, não ostentariam hoje índices tão desiguais nas taxas de desemprego e nos ritmos de crescimento do produto (ALMEIDA, 1999).

Coincidentemente, as maiores taxas de desocupação se encontram, precisamente, naqueles países que mais concentram movimentos políticos e sociais — não apenas sindicais, mas também ONGs — virulentamente, ou retoricamente, contrários à globalização.

- AS CRISES ECONÔMICAS E SUAS TRANSFORMAÇÕES:

No que se refere, à concentração de rendas no interior dos países, cabe apenas lembrar que as variáveis desse processo são muito mais amplas do que a simples exposição de um país à interdependência global e que o Brasil, por exemplo, tornou-se um campeão das desigualdades sociais numa fase de notório fechamento externo da economia e de acirrado protecionismo comercial (ALMEIDA, 1999).

As crises não são necessariamente o resultado ou reflexo de políticas globalizantes, podendo resultar, tão simplesmente, de desajustes propriamente internos. Não há dúvida de que as crises complicam os processos de integração, ao suscitar a necessidade de medidas contracionistas ou de ajuste fiscal que diminuam a demanda externa e, portanto o crescimento da interdependência recíproca. Mas, as crises também podem significar uma oportunidade para fazer avançar os processos integrativos, ao sugerirem respostas conjuntas a desafios que são, basicamente, comuns: necessidade de maior competitividade externa, modernização tecnológica, maior abertura a investimentos e intercâmbios de todo tipo com parceiros estrangeiros, em primeiro lugar no espaço integrado que se busca criar.

Ainda segundo ALMEIDA (1999) há sem dúvida uma tensão inerente aos processos de globalização e de regionalização. Eles são aparentemente contraditórios e opostos em seus objetivos: de um lado, a abertura irrestrita e universal, de outro a constituição de sistemas relativamente fechados de “reservas de mercado” que são ampliadas ao território dos membros do bloco.

Esses dois processos são basicamente complementares e se sustentam mutuamente, sobretudo nos modelos de “regionalismo aberto” como é o caso do Mercosul.

O Brasil participa de ambos os processos e pode-se dizer que não houve, até aqui, oposição entre ambos os fenômenos e tendências. Em conseqüência, assim como a resposta aos problemas conjunturais da integração aponta para mais integração, o desafio da globalização deve ser enfrentado de maneira aberta e decidido, e não mediante uma reação defensiva de fechamento externo e de descolamento da economia mundial.

A regionalização deveria ceder o terreno à globalização ou à liberalização multilateral, mas num mundo ainda permeado por desigualdades econômicas e assimetrias estruturais entre os diferentes participantes do sistema multilateral de comércio, a regionalização pode ser um avanço no sentido da uniformização de regras, harmonização de medidas de concorrência, antes de sua generalização num foro de

caráter universal como a OMC, por exemplo. Nesse sentido, a regionalização antecede e prepara a globalização e, pela experiência histórica já registrada, sem dúvida é mais fácil liberalizar e uniformizar em escala mais restrita, antes de se pensar na adoção de padrões universais de comércio, colocando em confronto parceiros muito diferenciados (ALMEIDA, 1999).

- O BRASIL E A GLOBALIZAÇÃO:

O debate sobre a globalização e seus impactos sociais e econômicos tem sido contaminado, não apenas no Brasil, mas de modo geral no mundo, por considerações passionais e por motivações políticas não de todo desprovidas de forte conteúdo ideológico.

Do lado da esquerda, há notória prevenção não apenas contra o processo em si, mas contra a própria idéia de globalização, certamente derivada do preconceito tradicional dessa corrente contra o funcionamento de mercados livres ou desprovidos de qualquer forma de regulação estatal.

A idéia de globalização traduziria, mais um recuo na possibilidade de se ter uma última linha defensiva, representada pelo Estado, contra as forças avassaladoras do capital, que seriam naturalmente concentradoras e descomprometidas em relação a normas mínimas de defesa dos direitos dos trabalhadores ou dos próprios “interesses nacionais”. Do lado das chamadas “forças conservadoras”, a marcha da globalização é considerada como inevitável e, de certa forma, desejável, uma vez que ela é identificada com a modernidade tecnológica e com a inserção econômica internacional.

Ainda, o exame mesmo perfunctório, das evidências empíricas, revela, entretanto, um Brasil bem menos “globalizado” do que o pretendido ou desejado por uma e outra corrente de pensamento.

O Brasil é um dos países menos inseridos na economia internacional, com baixo coeficiente de abertura externa, uma pequena exposição à concorrência “predatória” de parceiros mais globalizados – tendo em vista, no plano tarifário e não-tarifário, os níveis relativamente elevados de proteção efetiva – e um grau ainda limitado de interdependência efetiva, com pequena participação dos fluxos de investimentos estrangeiros na formação bruta de capital fixo e no próprio PIB (ALMEIDA, 1999).

Isso não impede, evidentemente, o Brasil de apresentar-se como um dos países mais “modernos” da periferia capitalista, com a presença crescente de todas as grandes marcas e produtos mundiais e uma notável capacidade de absorção de modas e modismos estrangeiros. Ao contrário de países como Coréia do Sul, Japão e Estados Unidos que usam a educação como peça central para a prosperidade, o Brasil vem ignorando sua importância ao longo de muitas décadas. Como justificativa poderíamos tentar entender que nunca houve por aqui uma tradição legítima que relacionasse educação a desenvolvimento, talvez devido ao pensamento que vingou por muito tempo de que desenvolvimento estivesse relacionado a construção de estradas, fábricas e obras (EXAME, 1999).

Podemos entender que o desenvolvimento e as riquezas dos países são oriundos da combinação do uso de capital físico (máquinas, equipamentos, computadores, etc.) com capital humano (pessoas com boa educação e treinamento), como o pensamento declarado pelo americano GARY BECKER, ganhador do Prêmio Nobel de Economia. O Brasil, como perceberam economistas da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, tem um desempenho considerado bom na acumulação de capital físico e na produtividade, mas no caso de educação o resultado ainda é muito pobre. Adotar Educação como estratégia, além da certeza de seu retorno em desenvolvimento, conseguiríamos inverter situações hoje enfrentadas decorrentes de tal negligência. A grande desigualdade de renda entre a população brasileira poderia ser reduzida com a expansão do ensino.

Segundo estudos do IPEA¹ (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) cada ano a mais de estudo acrescenta hoje em média 16% aos salários dos trabalhadores.

¹ Fonte: Revista Exame: Abril/2000

Deparamos com um grande contingente de pessoas com um nível mínimo de instrução de um lado, e de outro pessoas com diplomas que não garantem o conhecimento que deveriam possuir. Houve um tempo em que valia para o país ter mão-de-obra pouco qualificada, dava a base da competitividade nacional, o contrário afastaria investimentos. Hoje começamos a nos deparar com o fato de que ter pessoas mais bem preparadas nos trará vantagens competitivas que não eram vislumbradas até então.

2.2. EDUCAÇÃO

A Nova Economia nos revelou a fragilidade de nosso sistema educacional, não é possível mais camuflar o despreparo de nossos estudantes em todos os sentidos. É fundamental repensar nosso modelo educacional onde os estudantes recebam conteúdos mais próximos das necessidades do mercado na sociedade como um todo (MARQUES, 1986).

Nada substituirá o esforço individual, cada pessoa precisa reconhecer a educação como grande aliada e buscar o desenvolvimento conforme as exigências atuais encarando o desafiante papel da inovação educacional.

Falar de perspectivas atuais da educação é também identificar o espírito presente no campo das idéias e das práticas educacionais que marcam o passado, caracterizam o presente e abrem possibilidades para o futuro, identificando mudanças (GADOTTI, 1985).

A educação é estratégia fundamental para qualquer nação, mas apesar de discursos inflamados enaltecendo o significado de se investir em educação, convivemos com tamanha falta de atenção sobre o assunto que nos deparamos com resultados como o número alarmante de analfabetos, os altos índices de repetência e evasão escolar, a baixa escolaridade dos brasileiros em comparação com países tão ou mais pobres, evidenciando o fato de que a educação nunca fez parte da efetiva

estratégia brasileira de desenvolvimento (LEITE, 2000).

Esbarramos numa incômoda sensação quando refletimos sobre o que realmente se aplica do muito que se fala sobre educação, existem sérias divergências entre o que se promete realizar e o que realmente se consolida, evidencia-se que há falta de articulação entre teoria e prática. Existe hoje um consenso de que o caminho para o sucesso econômico passa pelas salas de aula em qualquer lugar do mundo e que todos serão contemplados com os benefícios da educação que se propagam em todas as direções (GADOTTI, 1985).

Na sociedade ao mesmo tempo em que aumentou o desemprego no país, cresceu também o número de vagas que não conseguem ser ocupadas por falta de pessoal qualificado e treinado. Boa parte das empresas não está encontrando pessoal com os atributos necessários para o trabalho sem negar a deficiência da mão-de-obra brasileira resultante dos problemas crônicos de educação do país.

Na Nova Economia com a revolução tecnológica e o aumento da produtividade, todos os processos tornaram-se mais sofisticados. Aos poucos aquelas tarefas mais repetitivas nas empresas estão sendo substituídas por novas tecnologias, e é cada vez maior a procura por pessoas com habilidades específicas, e encara-se o trabalhador ideal neste novo momento econômico como aquele que tem uma visão do todo, um profissional com raciocínio lógico e capacidade de análise (LUCENA, 1997).

Ao se comparar os gastos educacionais de Brasil e Coréia do Sul, em uma análise superficial nota-se que o Brasil investe maior fração de seu PIB em educação, 5% contra 3,5%. No entanto além da Coréia ter um PIB per capita maior, seus gastos estão concentrados no ensino fundamental e médio. Podemos começar a entender que existe uma distorção na destinação dos gastos em educação em nosso país. A Nova Economia nos revelou a fragilidade de nosso sistema educacional, não é possível mais camuflar o despreparo de nossos estudantes em todos os sentidos. É fundamental repensar nosso modelo educacional onde os estudantes recebam conteúdos mais próximos das necessidades do mercado (GADOTTI, 2000).

2.2.1. UNIVERSIDADE

- HISTÓRICO:

A universidade é a instituição destinada a ministrar educação superior, composta de número variável de escolas e autorizada a conferir títulos de graduação e pós-graduação. Como órgão máximo do sistema educacional regular de um país, a universidade tem representado sempre um instrumento de preservação da cultura nacional e universal, embora, às vezes, possa constituir um núcleo para a transformação do contexto sócio-cultural em que se situa (BUARQUE, 1994).

CRONOLOGIA

Século	Situações históricas
XI	Surgimento das universidades em Salerno (Medicina) e Bolonha (Direito)
XII	Surgimento da Universidade de Paris, que se tornou o mais importante centro de estudos teológicos da era Medieval.
XIII	Muitas universidades se transformam em corporações, com funções administrativas bem definidas.
XIV	As Universidades passam a designar uma comunidade de mestres e alunos
XIX	Novas universidades fundadas em todo o mundo, como resposta às necessidades decorrentes da expansão industrial.
XX	É criada, no Brasil, a Universidade do Rio de Janeiro, que, mais tarde, se tornaria a UFRJ. Também são criadas a USP e a UnB.

- FATOS MARCANTES:

As universidades atuais se originam de escolas medievais conhecidas como studia generalia, organismos de ensino criados para dar a sacerdotes e monges uma formação mais aprofundada do que as recebidas em escolas religiosas.

- Universitas era o nome atribuído às sociedades de estudantes estrangeiros, que se reuniam para proteção mútua num país estranho;
- A participação da Igreja Medieval nas questões sobre a Educação;
- A reforma religiosa exerceu profunda influência nas universidades européias, especialmente nas alemãs; mesmo os centros universitários de formação católica não deixaram de sentir seus efeitos, embora procurassem reagir através da Contra-reforma;
- A partir do início do século XIX novas universidades foram fundadas em todo o mundo, já agora como resposta às necessidades decorrentes da expansão industrial, enquanto as existentes sofreram profundas modificações, no sentido de uma crescente democratização;
- Grandes centros de ensino universitário surgiram no século passado, como a Universidade de Bruxelas (Bélgica), Göteborg e Estocolmo (Suécia), Helsinki (Finlândia) e Lausanne (Suíça);
- As universidades dos Estados Unidos originaram-se dos colégios fundados na época colonial e seu objetivo era formar ministros protestantes, à exceção do Colégio e Academia da Filadélfia que, sob a influência de Benjamim Franklin, adotou em 1755 um currículo que incluía matemática, ciências e leis. A partir da independência, os colégios mais antigos dos Estados Unidos passaram a ser denominados Universidades;
- Na América Latina a primeira universidade surgiu em 1551, no Peru. Com os movimentos de independência aumentou-se muito o número de centros de educação superior. A Universidade de Buenos Aires, a maior da América Latina atualmente, surgiu no ano de 1821;
- O Brasil, enquanto colônia de Portugal, não contou com nenhuma universidade. Em 1920 foi criada a Universidade do Rio de Janeiro, hoje UFRJ. Em 1954, a USP (Universidade do Estado de São Paulo) e, em 1962, a UnB (Universidade de Brasília). Ao comemorar 50 anos, a USP era a maior universidade do país.

Fazendo ainda uma comparação histórica entre as universidades do mundo e do Brasil sabe-se que em um período em torno de 1000 anos atrás se dá o surgimento das primeiras universidades européias, enquanto que, no Brasil, este período é dez vezes menor. Isto quer dizer que o Brasil ainda precisa caminhar muito no sentido de sistematizar e aprofundar sua cultura, história, tradições, costumes, crenças, etc., num movimento contrário à Globalização, enquanto que as culturas da América do Norte e, principalmente, da Europa, já apresentam uma acentuada e consolidada fonte de formação através de suas universidades quase milenares (BUARQUE, 1994).

2.2.2 PAPEL TRADICIONAL DA UNIVERSIDADE

Segundo ADI VIEIRA (1997) certamente a tarefa essencial da universidade é, na pesquisa e no ensino, abarcar o todo da realidade, mas esta tarefa compete faticamente às diversas ciências particulares que dividem entre si o trabalho; o papel de estabelecer fins, antigamente atribuição da filosofia, foi totalmente assumido pelas ciências .

Modestamente críticas em relação a si mesmas, as ciências se limitam ao que pode ser conhecido com precisão, ao particular e, portanto, ao concreto. Por isso elas alcançam resultados seguros e comprováveis e, acima de tudo, um progresso incontestável; efetivamente, a pesquisa científica tem atingido campos até então desconhecidos.

Além disso, os resultados assim adquiridos podem ser frutuosa e traduzidos em aplicações práticas: a descoberta de novas fontes de energia, colheitas mais abundantes, melhores métodos de cura, maior rapidez nas comunicações, meios mais

eficazes de defesa militar, etc. Também o significado educativo de tudo isto é evidente: impele o homem a crítica objetiva, a disciplinar todo devaneio especulativo descomprometido, à orientação para o serviço ao bem comum. Numa formulação resumida, a tese poderia enunciar-se assim: a universidade é primariamente um lugar das ciências e da colaboração entre elas; sua missão educativa consiste em ser, no dizer de FICHTE: “uma escola da arte de usar cientificamente a inteligência”. Precisamente isto é o que faz dela uma universidade.

É evidente que a universidade é essencialmente um lugar de ciência; ela não pode sequer ser imaginada de modo diferente. E é perfeitamente acertado dizer que é graças às ciências e só a elas que se dá o progresso no conhecimento tanto do cosmos quanto da realidade histórica do homem. Como também é verdade que os resultados da pesquisa científica atingiram um grau incomparável de precisão e segurança (CARVALHO E SILVA, 1992).

Finalmente, ninguém contestará que a atividade científica tem podido, de modo insubstituível, formar o homem, na medida em que ela, e só ela, leva sempre a clareza e à disciplina de pensamento, à objetividade, à sobriedade e à devida integridade. É necessário, porém, especificar também as críticas.

A justaposição espacial ou organizacional das ciências particulares é claramente insuficiente para revelar, a quem quer que seja, aquele universum, a realidade como um todo, com a qual a universidade tem - até pelo seu próprio nome - um compromisso (TAVARES, 2000).

A própria universidade, enquanto instituição, não é um indivíduo, que “possa dirigir seu olhar para algo” ou considerar algo; para fazê-lo, é necessário o sujeito, o espírito singular, a pessoa. Só as pessoas que constituem a universidade podem realizar essa abertura para a totalidade. É necessário, pois, que os estudantes, por mais que se limitem a um aspecto parcialmente formado da realidade (aliás, pela sua própria disciplina científica), sejam postos em condições, sejam estimulados, continuamente provocados, compelidos pelo próprio espírito da instituição, a olhar de modo pessoal o todo do mundo e da existência (ENGUIA, 1988).

Não há nenhuma outra forma de encarar a coesão global do existente e de ponderar a nossa experiência sobre isso. O que faz com que uma universidade seja uma universidade, é que ela é o núcleo, o reduto, a cidadela e o território livre preparados e permanentemente aberto, deliberadamente, por uma organização que específica e metodicamente visa esse objetivo. Quando isto não se dá, ela fracassa na sua missão essencial; desperdiça uma potencialidade que se encontra em nenhuma outra parte do mundo (MARTINS, 1997).

2.2.3 OS IDEAIS DA UNIVERSIDADE

Vinte anos atrás, a Universidade brasileira tinha problemas, mas os ideais da Universidade pareciam claros: bastava olhar para os países ricos e desenvolvidos, ver como suas universidades acolhiam massas cada vez maiores de estudantes, formavam profissionais competentes para todas as áreas de conhecimento, eram centros de pesquisa e de cultura, e foros de debates e novas idéias. O ensino universitário universal parecia ser a meta óbvia a ser atingida, ainda que dela estivéssemos tão distantes.(CARVALHO E SILVA, 1992).

Os problemas de nosso sistema de ensino superior, em contraste com esse ideal, pareciam igualmente óbvios e fáceis de diagnosticar, se não de resolver. Havia poucos recursos; professores catedráticos que não se renovavam impediam a melhoria da qualidade do ensino; exames vestibulares seletivos controlavam a entrada dos cursos, elitizando as escolas; alunos e jovens professores tinham pouca ou nenhuma voz ativa nos assuntos universitários; as universidades dividiam-se em escolas isoladas, departamentos estanques que não permitiam o aproveitamento racional de seus recursos; o ensino, em muitas áreas, era dogmático, repetitivo, desligado da realidade, pouco prático (CARVALHO E SILVA, 1992).

A Universidade precisava urgentemente ser aberta, ampliada, flexibilizada, enriquecida, valorizada, democratizada precisava, enfim, de uma Reforma.

Não importa que muitos desses objetivos fossem contraditórios entre si, ou dificilmente realizáveis na prática, a prazo previsível; o significativo, do ponto de vista dos ideais da Universidade, é que parecia haver consenso a respeito dos grandes objetivos a alcançar.

Um dos principais objetivos, que sempre acompanhou a expansão de educação em todo o mundo, é a função democratizadora da Universidade. Na época moderna, a conquista do direito à educação passou a ser considerada como parte da ampliação do próprio conceito de cidadania, junto com o direito ao voto e a condições mínimas de assistência social, salário e condições adequadas de trabalho. No início, vinculada somente à educação básica ou primária, essa noção foi gradativamente se estendendo a níveis educacionais cada vez mais altos, até atingir a educação superior.

De acordo com a concepção de SCHWARTZMAN (1980), o sistema educacional, e o sistema universitário em particular, tem a grande função de dar a todos uma oportunidade igual de participação da sociedade, ao mesmo tempo em que selecionaria os mais qualificados para o exercício das diversas funções profissionais. Como também expressa Darcy Ribeiro, quando diz que:

“Apenas o sistema educacional e, especialmente, a Universidade, cuja função é adestrar quadros poderá conferir legitimidade ao exercício do poder nas sociedades futuras, cujos gestores serão obrigatoriamente diplomados em cursos universitários”.

Sempre se soube, naturalmente, que o ensino superior no Brasil era extremamente seletivo, disponível quase exclusivamente para os filhos de famílias ricas que pudessem pagar uma boa educação secundária e tivessem o ócio suficiente para o estudo e a aprendizagem de qualidade. No entanto, essa seletividade era sempre vista como uma deformação possível de ser corrigida. Na medida em que o ensino primário e secundário se expandisse como ensino universal, a Universidade também estaria aberta para todos, estabelecendo um sistema de igualdade de oportunidades onde as únicas diferenças a vigorar seriam aquelas do mérito pessoal.

- A RACIONALIZAÇÃO DA SOCIEDADE:

Além dos ideais de democratização e seleção dos mais aptos, a Universidade cumpriria uma terceira função, a de racionalização da sociedade.

A educação universitária universal permite eliminar as diferenças entre o culto e o inculto, entre o saber científico e o saber pré-científico. Ela proporciona enfim, a chegada do terceiro estado de evolução positivista da sociedade, o da ciência. No dizer de Darcy Ribeiro:

“A promessa de superar a dicotomia entre a cultura erudita e a cultura vulgar, substituindo-a por uma cultura de base científica”, que teria de ser difundida, necessariamente, por um novo sistema formal de educação”.

A Universidade deveria ainda realizar uma série de outros objetivos igualmente nobres. Como centro de cultura e ciência, ela deveria proporcionar, na área das ciências humanas, um pensamento crítico que pudesse dar direção e sentido ao desenvolvimento da sociedade através do tempo; e, na área das ciências naturais, proporcionar os conhecimentos técnicos que permitissem participar com plenitude do mundo tecnologicado que nos espera no futuro próximo.

A Universidade deveria proporcionar a cada um uma profissão bem remunerada, socialmente prestigiada, e que pudesse utilizar com plenitude o potencial de todos. Na versão moderna dos economistas, a Universidade seria a instituição que dotaria cada um de um capital humano que produziria cada vez mais riquezas, e iria, gradativamente, acabando com as desigualdades e aumentando o desenvolvimento do país.

Na última década, o número de matrículas nas universidades e escolas superiores no Brasil quase decuplicou, a cátedra foi abolida, institutos e departamentos acabaram com as escolas isoladas nas universidades, um amplo sistema de pós-graduação foi implantado. Nem por isso parece que a universidade tenha menos problemas. (SCHWARTZMAN, 1980).

O número de candidatos que não conseguem entrar nas escolas superiores é maior, proporcionalmente, do que antes; a qualidade média dos alunos caiu assustadoramente; houve uma grande proliferação de cursos de má qualidade, diplomando profissionais de formação cada vez mais tênue para um mercado de trabalho cada vez mais saturado: a pós-graduação é cara, restritiva, e muitas vezes de qualidade duvidosa; a criação de sistemas de vestibular unificado não igualou efetivamente as oportunidades, ao permitir que os alunos melhor formados oriundos de famílias mais ricas, e educados nas melhores escolas secundárias privadas - escolham as carreiras de maior prestígio das universidades públicas, deixando as escolas pagas, de má qualidade e nas áreas profissionais menos valorizadas para os alunos de origem social mais humilde.

Ainda não está claro que as ciências sociais e naturais geradas pelos novos institutos de pesquisa tenham a qualidade e a pertinência que seriam necessários. Cada um desses problemas, tomado de forma isolada, é passível de um certo grau de correção e melhoria, desde que exista uma aplicação adequada de recursos, vontade política, inteligência e imaginação.

Um reexame dos objetivos mais gerais vem sendo feito por estudantes, professores, pesquisadores, especialistas em educação, pela sociedade como um todo. Esse reexame não produziu, até hoje, uma visão alternativa para os antigos ideais. Mas tem sido suficiente para enfraquecê-los, a ponto de tornar todo o sistema universitário uma espécie de criatura sem objetivo e conseqüentemente, sem alma. Essa falta de alma, objetivos, motivação, impedem, por sua vez, que surja a vontade política que possa enfrentar os problemas crescentes da universidade.

Com a crise da universidade em 1968 ao contrário do que se presumia começou a ficar claro para muitos que a educação universitária poderia ser pouco rendosa, intelectualmente frustrante, pessoalmente extenuante. O Brasil também teve sua crise estudantil em 1968, mas, ao contrário da Europa e Estados Unidos, ela não surpreendeu ninguém. Existe um traço comum entre a experiência universitária latino-americana e a dos países desenvolvidos, que é a da crescente falta de correspondência

entre o que é ensinado e exigido dentro da Universidade e as realidades da vida do trabalho. Mas há uma vantagem de renda e prestígio social que a Universidade proporciona.

O prestígio e a renda proporcionados pelo nível universitário na América Latina têm menos a ver com o conteúdo específico dos ensinamentos obtidos nas universidades do que com a força que os diversos grupos profissionais, principalmente nas carreiras mais clássicas, têm em manter seus níveis de renda e assegurar monopólios de trabalho para as suas respectivas corporações de médicos, engenheiros, advogados, odontólogos, etc. Essa força, por sua vez, é mantida graças ao número relativamente pequeno de profissionais nas diversas áreas, e à posição socialmente privilegiada de suas famílias de origem, que lhes dão o amparo econômico e político necessário.

São essas vantagens econômicas e sociais que fazem da carreira universitária um objetivo tão universalmente desejado. É sabido que a grande maioria dos estudantes brasileiros em nível primário e secundário aspiram à Universidade, e isso independentemente de suas possibilidades reais de ingresso através dos exames vestibulares, ou de seus recursos para financiar uma vida de estudos.

A miragem dos cursos universitários faz fracassarem os cursos secundários de tipo profissionalizante (ainda que existam, certamente, outras causas), e lança milhares de estudantes em uma maratona de estudos onde todo o conteúdo substantivo da educação é abandonado em função das exigências ritualizadas dos vestibulares.

Tradicionalmente, a vida política nas universidades latino-americanas tem sido uma forma de antecipação e preparação para lideranças políticas nos respectivos países. É nas escolas de direito que se exercitam os tribunos que mais tarde formarão as lideranças dos partidos, são nas associações estudantis e nas diversas formas de co-governo que, desde a Reforma Universitária de Córdoba de 1916, os estudantes se preparam para o exercício do poder.

- A EXPERIÊNCIA NACIONAL:

A diferença entre essa experiência tradicional de participação política e as mais recentes, que começam no Brasil no final da década de 1950 e culminam nas grandes manifestações de 1968, é que o número de estudantes agora é maior, a origem social é muito mais diversificada, e as posições de liderança estão, em grande parte, ocupadas. É por isso que a politização estudantil assume um tom revolucionário e intransigente que até então não era tão presente. Além disso, existe um sentido de urgência: a vida estudantil dura só uns poucos anos, e as promessas para depois de formado, que atraíram os estudantes para as universidades, parecem miragens cada vez mais inatingíveis para a grande maioria.

Ao contrário de muitos estudantes europeus e norte-americanos, que descobriram que a carreira universitária era, para eles, um falso privilégio, o estudante Latino americano reage porque os direitos derivados de seu privilégio, que lhes parecem óbvios, não são reconhecidos e correspondidos.

É essa posição privilegiada dos universitários latino-americanos que faz com que os problemas do sistema de ensino superior sejam percebidos em nossos países como meramente técnicos, administrativos, financeiros ou mesmo políticos, mas raramente como problemas relativos à própria concepção e objetivos da educação e da universidade.

Segundo os estudos do autor SCHWARTZMAN, no entanto, a experiência hoje vivida pelos países mais desenvolvidos nos faz temer que estejamos buscando um objetivo inatingível, que todo o esforço de aperfeiçoamento do sistema universitário nos esteja conduzindo, na melhor das hipóteses, aos problemas das universidades nos países mais maduros.

O desenvolvimento do sistema universitário em um país como o Brasil não será similar ao já ocorrido nos países desenvolvidos; assim como nas demais áreas, os

países subdesenvolvidos de hoje não são como os países desenvolvidos de ontem, mas uma realidade própria, que funde várias épocas históricas e etapas distintas de desenvolvimento em uma realidade inédita.

2.2.4 A CRISE DA EDUCAÇÃO FUNCIONAL

O grande modelo alternativo à educação igualitária e universal é o da educação funcional, que deveria preparar as pessoas para o desempenho de funções sociais específicas. O ensino “profissionalizante” tem, aparentemente, este sentido: visa educar as pessoas para atividades que elas possam, de fato, desempenhar, deixando de lado os conhecimentos mais supérfluos que não serão jamais utilizados pelos estudantes.

No entanto, a própria resistência dos estudantes e suas famílias a esse tipo de ensino já chama atenção para sua principal dificuldade: aceitar um diploma profissional ao nível secundário pode significar o abandono dos ideais de sucesso econômico e social prometidos pela Universidade. Os sistemas educacionais que consagram escolas e cursos diferentes para categorias sociais e profissionais distintas abandonam, de fato, os ideais igualitários e emancipatórios da educação geral universal. O operário que manda seu filho à escola técnica industrial desiste, de antemão, de transformá-lo em “doutor”; o mesmo vale para a moça que opta por um curso de secretária.

A realidade do mundo do trabalho faz com que, muitas vezes, esses cursos sejam realmente buscados, e os grandes ideais, por inatingíveis, abandonados.

As grandes empresas, as associações comerciais e industriais, os grandes setores da administração, por sua vez, não confiam no sistema de educação regular para formar as pessoas de que necessitam. Por isso, elas tratam de criar seus próprios sistemas de educação profissional, desde formas mais ou menos organizadas de treinamento no trabalho até sistemas mais complexos como o SESI ou o SENAI. Isso

reforça ainda mais a falta de interesse do “ensino profissionalizante” que pretenda funcionar independentemente do mundo empresarial (GADOTTI,2000).

Essa maneira de tentar resolver os problemas da educação genérica é apresentada, muitas vezes, como uma busca de maiores vínculos entre a educação e a comunidade da qual vêm e para onde devem voltar os estudantes.

A busca de uma vinculação mais íntima entre o sistema educativo e o meio que o circunda foi um dos temas centrais dos movimentos pela reforma universitária do final dos anos 1950 e início dos anos 1960 no Brasil .

Buscava-se uma Universidade menos alienada, mais sintonizada com as necessidades e aspirações do meio mais imediato que a cercava. Esta era, também, uma das dimensões importantes do ideário educacional de Anísio Teixeira e do movimento escolanovista a descentralização do ensino, sua manutenção e orientação pelas comunidades às quais as escolas pertencem, tal como ocorria nos Estados Unidos fonte de inspiração desse como de outros movimentos de reforma.

Tanto quanto o ensino profissionalizante, a educação controlada e dirigida para as comunidades tem o grave defeito de consagrar e consolidar as desigualdades existentes. No Brasil, foi certamente o reconhecimento da crônica indigência econômica e cultural da maior parte da sociedade - a ponto de a expressão “comunidade” não ter, na realidade, muito sentido no país - que levou ao desenvolvimento de um sistema educacional tão hierarquizado, centralizado, padronizado e controlado, como o que criamos. As comunidades não mereciam confiança, nem tinham os recursos para educar a população do país; principalmente porque a educação que se buscava não era para agora, mas para o futuro, que ainda está por construir (GADOTTI, 2000).

2.2.5 A QUALIDADE DA UNIVERSIDADE EM TRANSFORMAÇÃO

Os sistemas educacionais têm uma característica que torna o ideal democratizador e igualitário inatingível: é que eles são, pela sua própria constituição, criadores de diferenciação, desigualdade e estratificação. Além disso, possuem outra característica que, em conjunto com a primeira, torna o ideal funcionalista extremamente problemático: é sua capacidade de isolamento e diferenciação em relação aos demais sistemas sociais (FRANTZ, 1992).

Ainda para o mesmo autor existe uma tendência em avaliar as pessoas pela posição relativa que ocupam em uma escala de conhecimentos, e não pelo conteúdo do que sabem ou podem fazer. A hierarquização dos estudantes em séries, a ordenação dos alunos por notas, o ordenamento das escolas por prestígio, a aplicação de testes de inteligência e uma série de outros processos fazem parte desse lado da educação formal nas escolas. Na medida em que eles fossem meros recursos didáticos para a aferição do aproveitamento dos alunos, poderiam ser substituídos por sistema de avaliação diferenciados e qualitativos, onde os aspectos mais competitivos e ordenadores fossem eliminados. A substituição do sistema de notas por conceitos, por exemplo, foi uma tentativa nesse sentido.

No entanto, não tardou que se estabelecessem equivalentes numéricos dos conceitos, que, de qualquer forma, sempre foram hierarquizados de “A” a “D”. A persistência dos sistemas de ordenação dentro da escola mostra que seu objetivo está longe de ser exclusivamente didático e pedagógico.

De fato, os sistemas escolares, em sua pretensão de eliminar as desigualdades de origem social dos estudantes, terminam por criar um sistema próprio de estratificação social, baseado na capacidade que têm os estudantes de vencer os diversos testes e rituais de passagem que encontram pelo seu caminho. Os sistemas de educação igualitária e universal colocam todos os estudantes dentro de um sistema de ordenamento único para toda a sociedade, definido, essencialmente, pela escolaridade

obtida. Já vimos que esse ordenamento reproduz, em grande parte, a estratificação social das famílias de origem dos estudantes (GADOTTI, 2000).

Acrescenta-se ainda que, em muitos casos, não só os efeitos de democratização social não ocorrem, como também novas e mais dolorosas desigualdades são introduzidas.

O ideal da educação funcional supõe que deveria haver uma correspondência entre as características de educação dadas pelo sistema de ensino e as atividades para as quais as pessoas se destinam. No entanto, essa correspondência muito freqüentemente não existe.

Segundo SCHWARTZMAN (1980), uma dessas razões é a própria tendência dos sistemas de ensino a desenvolverem a educação geral, em nome da igualdade de oportunidades, e não a formação específica. Depois, existe um grande “time lag” entre o “mundo da escola” e “o mundo do trabalho”.

Em sociedades em transformação, é praticamente impossível prever e proporcionar aos estudantes os conhecimentos que lhes serão necessários muitos anos mais tarde, quando tratarem de buscar uma atividade profissional.

Seria de esperar que houvesse um mecanismo de mercado que corrigisse, a médio prazo, o afastamento dos sistemas de ensino em relação ao mercado de trabalho. Isso não se dá, principalmente, pelo fato de que a manutenção do sistema educacional de um país só muito indiretamente depende do seu sistema produtivo.

A educação pública é mantida com recursos fiscais, os educadores e administradores da educação se constituem em grupos de pressão importantes que zelam pela continuação de suas instituições e rotinas de trabalho, e a própria incapacidade do mercado em ir absorvendo as pessoas educadas faz com que elas terminem trabalhando no sistema educativo, que assim se infla e reforça cada vez mais como sistema isolado (GADOTTI, 2000).

Reforçado pelo fato de que existe uma demanda contínua e crescente por educação superior, que parece não se arrefecer mesmo quando o nível das escolas cai,

o custo da educação aumenta e as possibilidades de trabalho bem remunerado tendem a diminuir. Enquanto nos países mais desenvolvidos a expansão do sistema educacional parece ter acarretado maior competição por um número relativamente restrito de postos disponíveis, gerando assim maior emulação e melhoria de qualidade em um extremo do sistema universitário (e desânimo e perda de interesse no outro), isso parece não se dar no Brasil.

A explicação desse paradoxo só é possível quando nos damos conta de que o que está ocorrendo não é só a disputa acirrada por um número cada vez menor, em termos relativos, de empregos, mas uma progressiva ocupação de faixas cada vez maiores do mercado de trabalho por pessoas portadoras de diploma (SCHWARTZMAN, 1980).

O universitário brasileiro, em outras palavras, não compete por cima, pelo acesso aos melhores lugares, e sim por baixo, para deslocar os que têm menos educação, de posições que ocupavam. Esse deslocamento ocorre de diversas formas. A mais simples é a eventual preferência de um empregador por um candidato que porte um diploma superior, em relação a qualquer outro menos educado. As mais complexas consistem na monopolização progressiva de diversas áreas de atividades para universitários devidamente titulados.

O modelo da corporação profissional, antes privativo das carreiras mais clássicas, como a medicina, a engenharia e o direito, passa a ser estendido para um grande número de novas profissões. Áreas do mercado de trabalho são reservadas para economistas, estatísticos, comunicadores sociais, psicólogos, administradores, e, quem sabe, sociólogos. Na administração pública, uma série de funções passa a ser privativas de profissionais de nível superior.

É claro que, na medida em que esse sistema cresce, os privilégios profissionais tendem a valer cada vez menos, até o ponto em que o valor do título profissional não mais compense. Mas existe um longo caminho a percorrer até chegarmos a esse ponto. Enquanto isso, o diploma universitário terá seu valor, mas um valor que independe do

conteúdo dos estudos, já que a competição não é feita pelos melhores lugares, e sim na margem.

A educação, em si mesma, não é necessariamente um recurso produtivo, ainda que seja rentável para o indivíduo que a possua. Na situação brasileira, a obtenção de um nível educacional alto é uma garantia de consumo, de emprego em um mercado de trabalho privilegiado e protegido, de ingresso em uma corporação profissional capaz de, pelo menos, discriminar contra os menos educados (GADOTTI, 2000).

Enquanto o sentido da competitividade no sistema educacional não se alterar enquanto ela não se transformar em competição por qualidade, e não por escola a expansão do sistema educacional representará, predominantemente, um custo social, e não um investimento, apesar dos ganhos individuais que proporcione.

2.2.6 A UNIVERSIDADE CIENTÍFICA E CRÍTICA

A noção de que a Universidade deve normalmente abrigar a atividade científica, e que esta é fundamental para a melhoria e garantia do nível de ensino universitário, é um dos postulados que poucos ousam discutir, ainda que todos reconheçam as grandes dificuldades que existem para que isso seja feito. Uma visão histórica e comparada revelaria, no entanto que é na realidade impossível, e talvez mesmo indesejável, tratar de reunir a pesquisa científica e a atividade de ensino em um sistema de educação superior como o nosso (GADOTTI, 2000).

A situação no Brasil é particularmente grave, nesse sentido, porque as inspirações originais de nosso sistema de ensino superior são as escolas profissionais francesas, o chamado “modelo napoleônico”, que consiste em uma série de estabelecimentos de ensino que têm a “faculdade”, ou seja, a permissão, de outorgar títulos e qualificações profissionais (SCHWARTZMAN, 1980).

A função dessas faculdades é distribuir na sociedade certos privilégios, corporificados nos diplomas que emitem e que devem ser depois sancionados pelo Estado. Se acrescentarmos a isso o fato de que a tradição cultural brasileira, católica ou positivista, nunca chegou a incorporar os valores e as motivações da atividade científica; e que o desenvolvimento econômico do país, na periferia dos grandes centros industriais, nunca criou maior demanda por uma atividade tecnologicamente mais complexa, poderemos sentir a dificuldade de levar à frente, em nosso meio, o ideal do ensino-pesquisa.

Em síntese, a atividade de pesquisa científica pode eventualmente se implantar e desenvolver em instituições excepcionais relativamente marginais ao sistema de ensino superior do país; mas nunca coube, e talvez nem deva caber, no centro do sistema de ensino superior, cujas funções efetivas são, e quase certamente continuarão sendo, profundamente distintas dos objetivos e necessidades do trabalho científico (FRANTZ, 1992).

As dificuldades quanto à implantação da atividade científica têm a ver com outro objetivo atribuído à Universidade, que é o de integrar, racionalizar e cientificar a sociedade. Esse é, na realidade, um ideal iluminista que tem pouco a ver com o mundo de hoje e com o que podemos prever do mundo de amanhã.

O principal efeito da difusão do ensino superior e da educação não tem sido a eliminação das diferenças de conhecimento e informação entre os diversos grupos e setores sociais, mas, ao contrário, um aumento contínuo da diferenciação e especialização (FRANTZ, 1992).

A “aldeia global” das sociedades modernas só existe no que se refere ao consumo de informações relativamente simples e devidamente empacotadas para difusão pelos grandes meios de informação.

Caberia examinar a crise da Universidade como fonte de formação de uma reflexão crítica sobre a sociedade (SCHWARTZMAN, 1980). Essa é, sem dúvida, uma área em que a Universidade tem desempenhado bastante bem, principalmente

através de seus estudantes. Ao mesmo tempo, existem limitações sérias em relação ao alcance dessa crítica.

Estudantes e professores universitários são, afinal, beneficiários dos ganhos proporcionados pelo sistema educacional a que pertencem; seria pouco razoável esperar, assim, que o sentido crítico que eles tão freqüentemente manifestam possa voltar-se com facilidade para alterar os próprios mecanismos de prestígio social e mobilidade que os gratificam.

Uma revisão profunda do sistema universitário do país deveria contar, certamente, com a colaboração ativa dos diversos grupos que compõem nosso sistema de ensino superior; mas assim como as guerras são sérias demais para serem deixadas aos generais, a Universidade é importante demais para ser deixada, somente, a seus professores e alunos. É necessária uma nova agenda de objetivos e prioridades, e essa agenda deve interessar a todos.

2.2.7 O PAPEL ATUAL DA UNIVERSIDADE E COMPROMISSO SOCIAL

Nos últimos anos a Universidade Pública vem sofrendo um desgaste crescente decorrente de uma política educacional “mercadológica”, onde o desenvolvimento social e humano fica em segundo plano, submetidos aos interesses do capital.

As Universidades Públicas do Brasil vêm sistematicamente sendo “enquadradas” a um perfil que atende às demandas do mercado, e não às demandas sociais (FRANTZ, 1992). As Universidades Públicas, enquanto instituições de ensino superior mantida diretamente pela sociedade, ainda que não pressupondo formalmente o compromisso dos estudantes, impõe de maneira incisiva o compromisso ético com esta sociedade.

Segundo GADOTTI (2000), é necessário um maior comprometimento com as causas populares, com a ética política, com a democracia participativa, a fim de que, longe dos malefícios burocráticos que centralizam e impedem o “despertar” da

consciência crítica, da consciência coletiva, consigamos garantir cada vez mais a expressão da vontade do povo, manifesta sobretudo nos movimentos populares e na organização dos trabalhadores, além de fornecer instrumentos para que este criticismo desperte. Nesse novo milênio, a universidade precisa redescobrir e redefinir, através de uma auto-reflexão sobre os desafios emergentes e a sua participação na sociedade construída ao longo do século XX, a sua missão histórica, social e política nas suas relações com os indivíduos e instituições da sociedade em que está inserida (GADOTTI, 2000).

O grande desafio que se lhe coloca é sair de si mesma e estar aberta, tornando possível um saber que capacite os diversos grupos sociais a tomar consciência das limitações e potencialidades, para com eles produzir e buscar novos conhecimentos, técnicas e competências que levem o indivíduo a analisar, planejar e construir o seu futuro como alguém que se encontrou e integrou na coletividade do seu grupo social, no exercício na sua cidadania (TAVARES, 2000).

O que caracteriza o final do século XX são os conflitos e as contradições entre ciência e sabedoria popular, indivíduos e organizações, iniciativa privada e sociedade, multinacionais e interesses regionais, globalização e realidades locais.

Como parte desta sociedade e sua história, a universidade está convocada a, para o século XXI, dar sua contribuição na busca continuada de padrões e alternativas para a superação dos desafios emergentes em meio a esta realidade contraditória, conflituosa e desafiadora (SCHWARTZMAN, 1980).

Para isto, a universidade precisa se redescobrir e se redefinir, através de uma auto-reflexão sobre os desafios emergentes e sobre a sua participação na sociedade construída ao longo do século XX. Assim poderá projetar a sua missão histórica, em sintonia com as transformações sociais do Terceiro Milênio, gestando novas perspectivas paradigmáticas.

- FUNÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DA UNIVERSIDADE:

Sabedora da sua especificidade dentro da interação das instituições-homens, ela deve sair de si mesma e estar aberta, tornando possível um saber (modo de sentir/pensar/agir) que capacite os diversos grupos sociais a tomar consciência das limitações e potencialidades da realidade, e das alternativas sociais deste século fazendo emergir novos paradigmas (GADOTTI, 2000).

As considerações sobre os aspectos abordados, referentes ao ser e fazer universitário, não estão fechadas e acabadas. Além do mais, eles trazem consigo o desafio de uma reflexão sobre muitas outras questões da universidade e da sociedade.

As exigências reais e legais convocam as instituições de ensino superior, a colocarem a sua qualidade a serviço de uma verdadeira qualificação técnica, científica e pedagógica dos profissionais da educação. A universidade estará traindo a si mesma se abstendo de sua função histórica e social, caso não atenda ao verdadeiro processo de democratização da universidade.

Através do tempo as variáveis educacionais têm sua importância; alunos cuja origem social normalmente os levaria a aproveitar pouco da escola se saem melhor se colocados em escolas mais bem equipadas, dotadas de orientação pedagógica adequada, e em contato com colegas de origem social mais alta. Existem, no entanto, sérios limites no papel que a escola pode desempenhar.

O grande limite é que as escolas tendem a se estratificar de acordo com os setores da sociedade a que servem. Em geral, as classes altas têm condições de proporcionar escolas melhores a seus filhos, e fazê-los conviver em ambientes normalmente mais intelectualizados e letrados do que as classes menos favorecidas. Assim, os efeitos potencialmente equalizadores da educação não se dão (FRANTZ, 1992).

É pela desigualdade de recursos que se leva à busca de um sistema educacional gratuito, e essencialmente igualitário em seu conteúdo e sua pedagogia. Não era outro

na realidade, o grande objetivo do movimento da Escola Nova, de proporcionar a toda a população uma educação homogênea, de formação geral, e que desse a todos uma oportunidade igual de participação nos benefícios da sociedade.

Os sistemas públicos de educação tendem a estabelecer padrões uniformes de ensino e avaliação do desempenho dos estudantes e esses padrões, dizem seus críticos, tendem a ser próprios da cultura dos setores mais privilegiados da sociedade.

Na competição pelos melhores lugares - como já ocorre, hoje, nas universidades públicas brasileiras - ganhariam sempre os filhos das classes mais favorecidas. O sistema de educação pública, assim, novamente sancionaria o sistema de desigualdades sociais existentes agora à custa do erário. A mesma crítica é estendida aos testes de inteligência e todos os demais instrumentos de avaliação de nível intelectual - seriam sempre enviesados em favor dos padrões culturais e modos de pensar das classes mais favorecidas, e por isso prejudicariam, sistematicamente, os de outra origem social.

Segundo FRANTZ (1992) traz que, além disso, os sistemas universais e igualitários de educação devem ser, necessariamente, generalistas em seu conteúdo. Para que todos tenham a mesma oportunidade é necessário que todos tenham um núcleo comum de habilidades e conhecimentos; e esse núcleo não pode ser qualquer, mas deve ser aquele que maximize as oportunidades de acesso a posições sociais mais valorizadas. Dessa maneira, os sistemas de educação pública terminam por proporcionar uma educação geral, não especializada, que não habilita o estudante para o desempenho de uma profissão determinada.

Isso ocorre no nível da educação primária e secundária, e no sistema do college norte-americano, com seus programas de liberal arts, até no nível universitário. Não é outro na realidade, o sentido do ciclo básico que, de uma forma ou de outra se tratou de implantar nos últimos anos no Brasil.

Os efeitos desse tipo de educação são, novamente, regressivos do ponto de vista das oportunidades econômicas e sociais. A educação genérica é apropriada para os que a utilizam como forma de socialização cultural e acesso a posições sociais mais altas,

mas não para os que necessitam, mais imediatamente, de habilidades profissionais com as quais possam comparecer ao mercado de trabalho. A promessa da educação genérica só se torna realidade para os poucos que se podem valer dela; para a grande maioria, ela se torna um ritual sem sentido totalmente afastado de sua realidade quotidiana, um ritual que deve ser seguido, no entanto, pelas promessas de grandes recompensas ao final do ordálio (SCHWARTZMAN, 1980).

O encastelamento da academia, a dicotomia entre o saber da universidade e a realidade socio-político-econômica tem gerado crises e desvalorização para a universidade, sobretudo por parte da sociedade civil. Tanto assim que, nos últimos tempos, a universidade tem se preocupado muito com atividades extensionistas. Entretanto, a falta de homogeneidade na universidade levou a uma pulverização de “extensões” diferentes, que podem ser revelação da diversidade de concepções e práticas educacionais, bem como diferentes visões sobre o seu papel na sociedade; mas também podem ser sintoma da falta de um Projeto Político-Pedagógico claro e efetivo (FRANTZ, 1992)

- A UNIVERSIDADE INTEGRADA AO AMBIENTE SOCIAL:

A relação e o compromisso social da universidade é maior que “estender” seu conhecimento ao meio. Ela deve estar integrada, ser instrumento de reflexão e ação da população, ser expressão das buscas, anseios e conflitos da caminhada e da vida do povo. Sabedora de que a sua função específica é a produção do saber, ou seja, a produção de um modo de sentir/pensar/agir, ela vai até o povo, bebe do seu saber e organicamente reelabora e sistematiza o modo de sentir/pensar/agir, junto com o povo, ou então explicita o projeto de sociedade com suas relações, para que o povo encontre seu espaço.

Assumindo o seu compromisso social, a universidade é desafiada a sair da pretensa “neutralidade política”, sob cujo “domínio” dizia não se comprometer com

um projeto social específico, quando na verdade encobria e colaborava com os projetos das elites minoritárias.

Ao identificar-se com a população do meio onde está inserida, saberá priorizar atividades, projetos e instrumentalizações a serviço deste meio. Uma postura de fechamento e um discurso de “resistência corporativista” passarão a dar lugar ao diálogo com os demais segmentos da sociedade e a uma prática de “resistência propositiva”.

Assim resgatará a sua identidade e natureza, colocando-se a serviço da elaboração científica de um saber popular nascido das relações do homem-meio e dos homens entre si, transformado-o também em conhecimento acadêmico, mas já a serviço da melhoria da qualidade de vida do povo trabalhador, em cujas relações está a verdadeira fonte do saber, entendendo-se que esta deriva da relação do homem com a natureza e dos homens entre si, o que passa necessariamente pelo processo de trabalho (GADOTTI, 2000).

Levar em conta o que vem da sociedade – e sobretudo dos profissionais que atuam na educação básica - fará da universidade uma instituição orgânica, útil, dinâmica, prestigiada por todos (e não só por quem nela trabalha ou estuda).

Segundo FRANTZ (1986), em outras palavras, as competências técnicas e científicas confrontar-se-ão com as condições situacionais concretas; os profissionais terão que assumir o seu papel específico, intervindo pedagógica, científica e tecnicamente para que a universidade exerça o seu papel no engajamento e desenvolvimento geral do povo.

“É urgente que a universidade assuma o seu papel de colaboradora decisiva do grande esforço que o povo brasileiro vem fazendo para assumir os destinos do país, fazendo o que melhor sabe fazer: elaborar o conhecimento, o saber desta população, e capacitá-lo a fazer o mesmo, desenvolvendo-o para que se torne instrumento efetivo para a prática da cidadania” (FRANTZ, 1986).

Embora muitas outras instituições produzam ou confirmem um saber, geralmente distribuindo e produzindo bens e serviços, a universidade tem, como

função específica, a produção de um saber, ou seja, um modo de sentir/pensar/agir, inserido na realidade concreta do meio em que se encontram. O saber como modo de sentir/pensar/agir deve ser a “matéria prima, o insumo, o instrumento de trabalho e o produto da universidade” (SALES, 1987).

Ela não produz apenas conhecimento, que é apenas um componente do saber. E aqui entra justamente a importância de como estes saberes são produzidos. A forma, a maneira, o processo como se dá a produção do saber caracteriza-se como “a produção de saber na universidade”. Por sua vez, este saber como produção tem como matéria prima a realidade em transformação e o fato de também ser instrumento transformador de outros saberes. Isto tem a ver com uma visão de mundo, história e sociedade.

Segundo SALES (1987):

“O saber é o modo de sentir/pensar/agir a geração, gestação e transformação do mundo. O processo de produção do saber vive o mundo como algo produzido ou como algo mágico. Admitimos que vive melhor ou mais adequadamente o mundo quem vive suas leis de geração, gestação e transformação do que quem o vive como algo mágico, sem história”.

Nesta perspectiva de viver e ver o mundo como algo histórico, construído e transformado pela ação dos homens, “a produção do saber tem sempre a ver com a aliança/enfrentamento de interesses na sociedade. É sempre um serviço à afirmação ou negação de interesses”.

A universidade deve estar a serviço de quem são os principais construtores da sociedade: os trabalhadores. E ela prestará este serviço na medida em que produzir e organizar um modo de sentir/pensar/agir como luta de afirmação dos interesses dos trabalhadores, sempre a partir e com os trabalhadores, numa interação dialética e orgânica, caracterizando-se assim como uma tecnologia, um modo de atuação, “tecnologia de aproveitamento das potencialidades dos agentes humanos e materiais na construção da sociedade.

São tecnologias de diminuição de desgaste e reposição de energias dos agentes e materiais, investidas na construção da sociedade. São tecnologias apropriadas à produção de um modo de sentir/pensar/agir na sociedade, adequado a fazer valer

interesses negados, resgatar auto - estima e altivez de quem não está conseguindo sentir/pensar/agir como construtor da sociedade e detentor de um saber. O papel, a função, a especificidade e a natureza da universidade como instituição está ligada à interação orgânica com as outras instituições, organizações e agentes na construção, organização, estruturação e funcionamento da sociedade.

Assim sendo, a universidade não está totalmente livre para estudar o que quiser. Ela está convocada a produzir um saber que esclarece e organiza os interesses dos trabalhadores - maiores construtores da sociedade. Para isto, precisa sair, consultar as organizações dos diferentes grupos, aliados e adversários dos trabalhadores, para ter condições de identificar, entender e buscar soluções para muitos problemas.

“É evidente que a universidade não pode fechar-se em si mesma. Todas suas finalidades vão confluir numa última, que é a de contribuir para o bem comum, colaborando na solução dos problemas nacionais, formando o espírito cívico das novas gerações, elevando o nível intelectual do povo e comunicando ao meio social os valores culturais de que é portadora” FIORI, 1992, p. 26).

2.3 UNIVERSIDADE E GLOBALIZAÇÃO

Segundo APPLEBERRY (1998) em 1750 se duplicou pela primeira vez o conhecimento da humanidade desde os tempos de Cristo. Em 1900 se repetiu o fenômeno. A seguinte duplicação se verificou em 1950. Hoje o conhecimento humano se duplica a cada 5 anos. No ano 2020 se estima que a cada 73 dias, o conhecimento aumentará o dobro. Isso mostra a hiperaceleração na geração de conhecimento, que, naturalmente, obriga as pessoas a atualizar seus conhecimentos para manter o nível de empregabilidade exigido no seu respectivo trabalho, profissão, ofício e até para o convívio social do cotidiano.

Para quem está entrando no mercado a empregabilidade passa a ser uma exigência de praxe, haja vista que as organizações para sustentar seu posicionamento no mercado precisam de gente capacitada para idear e implementar estratégias, em

curto prazo, que possibilitem saltos competitivos ainda que pequenos, mas freqüentes e que permita manter sob controle a concorrência.

É neste contexto de acirrada competição que se está deparando o novo graduado egresso da Universidade. O tema globalização se constitui num assunto atual que prende a atenção dos mais variados segmentos organizacionais e acadêmicos, pela sua complexidade e relevância, frente aos desafios da nova ordem socio-econômica globalizada (INFANTE, 1999).

A interação da Universidade com o mercado de trabalho vem sendo vista como uma das ações competitivas para aumentar a empregabilidade dos graduados; e, de outro lado, constitui-se numa forma efetiva para aumentar e socializar os conhecimentos gerados pela Universidade, propiciando junto ao mercado a geração de inovações que possibilitem a promoção do crescimento econômico sustentado e, conseqüentemente, se provoque o reposicionamento da imagem corporativa da Universidade.

Como resultado dessa aliança, a vantagem competitiva será tanto para a Universidade como para as organizações que compõem o mercado de: bens, serviços e trabalho. Nesse contexto de alianças estratégicas, ambos os atores se beneficiam: para a universidade, a parceria lhe abre uma janela para aplicar e divulgar suas pesquisas, suas novas tecnologias, projetos científicos em andamento perante a sociedade, e, sobretudo, para a compreensão das necessidades, anseios e aspirações do mercado a respeito dos serviços gerados.

De outro lado, as organizações, principalmente as do setor privado, percebem que a Universidade é uma das fontes de pesquisa básica e aplicada que podem ser aproveitadas no processo produtivo, através de mútua cooperação.

- PARA UMA UNIVERSIDADE MAIS COMPETITIVA:

Os novos tempos em que vivemos, onde a quebra de paradigmas é cada dia mais acelerado, pressupõem uma Universidade mais competitiva, mais flexível, mais atualizada e com uma aguda capacidade proativa para gerar ciência, tecnologia e capacidade para acompanhar as drásticas e dramáticas mudanças no ambiente multidimensional dos negócios.

Neste contexto salienta ALENCAR (1996) de forma incomparavelmente mais intensa do que em qualquer outra época da História, vivemos hoje um momento de aceleradas transformações tecnológicas decorrentes de uma acumulação de conhecimentos sem precedentes-cujos limites são impossíveis de se visualizar. Por sua vez, esse processo está conduzindo a rápidas, contínuas e profundas mudanças econômicas, políticas e sociais.

Tudo isto reflete como sucessivos choques no gerenciamento das organizações, em especial nas empresas que lidam em um ambiente competitivo. Novas estruturas, novos procedimentos administrativos, novas formas de liderança já estão se fazendo necessários e o serão muito mais no futuro imediato.

Atualmente, a Universidade, principalmente a pública, dá a impressão global de estar encastelada dentro das paredes físicas como consequência da cultura que construiu ao longo de sua existência, tornando-se complicada a rápida mudança dessa cultura para adaptar-se aos novos tempos, aos novos modelos de gestão; porém se assim não o fizer, estará fadada a perder seu papel que a história lhe reservou logo nos primórdios de nossa era. Naturalmente que, se isso acontecer, novas estruturas organizacionais poderão ser geradas e tomar seu lugar, pois a geração de ciência e tecnologia em nível do state-of-the-art é um caminho sem volta nesta era de hipercompetição (SOLINO, 1996).

Por outro lado, evidencia-se que a Universidade em si parece não estar em crise, mas sim o modelo de gestão, sobretudo da Universidade pública, já que, em se tratando de uma organização complexa, é ela gerida sob a égide de mais de um

modelo, muitas vezes antagônico. Na Universidade privada os modelos de gestão utilizados são mais harmônicos, haja vista que esta é gerida mais próximo ao modelo de empresa cuja finalidade implícita é o lucro. Porém, tanto a Universidade gerida pelo Estado como a gerida pelo setor privado, ambas estão sendo questionadas na capacidade empregável dos egressos do terceiro grau segundo a opinião do mercado de trabalho (INFANTE, 1998).

Nessa mesma linha de pensamento coloca-se TRAGTENBERG apud SOLINO (1996):

“A Universidade não pode continuar sendo fábrica de desempregados diplomados e de quadros de opressão e de exploração do trabalhador”.

Portanto, evidencia-se que há uma preocupação crescente pela interação efetiva da Universidade com a sociedade, visando acompanhar as mudanças sociais que permeia a sociedade mundial.

É neste contexto que a Universidade geradora do desenvolvimento do conhecimento, da ciência, da tecnologia e das artes, começa a ser questionada, no que diz respeito ao nível de atualização dos serviços oferecidos à comunidade.

Estamos atravessando uma época onde a “cross-cultural management” passa a ser parte da cultura das organizações globais, isto é, não mais a organização lida apenas com a cultura local onde está fisicamente sediada a organização, mas deve compreender, assimilar e conviver com a cultura global, haja vista que seus produtos e serviços poderão ter clientes alhures das fronteiras físicas do país de origem. E a partir do ponto de vista mercadológico esse cliente deve ser atendido em suas necessidades, anseios e aspirações, levando-se em conta as peculiaridades culturais (INFANTE, 1999).

- A REALIDADE DA UNIVERSIDADE GLOBAL:

A Universidade não escapa da realidade da globalização. Por ser a geradora de conhecimento utilizado por todas as organizações, sem exceção alguma, é que deve estar no top line gerando conhecimento no state-of-the-art; reposicionar-se perante as novas tendências de comportamento sócio - econômico, dando respostas diferenciais e competitivas as exigências do mercado.

De acordo com SOLINO (1996):

“A instituição universitária, em qualquer realidade social, sempre tem respondido pela excelência do saber científico e do nível filosófico e cultural, e por isso mesmo geralmente tem recebido por parte da sociedade o reconhecimento a que faz jus, mas também tem sido severamente criticada quando não consegue acompanhar os avanços científicos e tecnológicos, perdendo assim sua capacidade para traduzir em ações concretas as necessidades emergentes da sociedade, através de suas funções básicas: o ensino, a pesquisa e a extensão”.

Desta forma e nesta turbulência no ambiente sócio - econômico, a Universidade precisa ouvir e compreender as necessidades e anseios da sociedade, gerar conhecimento básico e aplicado e, ainda, melhor tecnologia apropriada para cada segmento social e/ou nichos de mercado, levando-se em conta o desenvolvimento sustentado tão propalado e exigido pela sociedade mundial (INFANTE, 1996).

Para ser eficaz em tempos de mudança, e visto desde uma ótica de desenvolvimento sustentado, a estratégia tem que ser voltada para o futuro, de acordo com os segmentos do mercado-alvo. Isto pressupõe que, no momento atual, o gestor universitário tem que possuir uma excelente sensibilidade, capaz de detectar os menores movimentos de mudança no mercado, e, portanto, elaborar estratégias temporárias que possibilitem a otimização das oportunidades de interação com a sociedade, de modo a aumentar a vantagem competitiva da organização, bem como preparar novas estratégias, que lhe permita sustentar essa vantagem competitiva.

De outro lado, conhecer o perfil dinâmico e multifacetado dos profissionais que o mercado de trabalho está precisando, no presente momento, tanto em nível local

como regional, e ainda no futuro imediato, é um desafio premente para o sistema educacional de qualquer país.

- ESTATÍSTICAS DE NOSSA UNIVERSIDADE:

O número de alunos vem crescendo nas universidades, as vagas aumentaram em torno de 30 % nos últimos cinco anos, algo próximo de 500 000 novas matrículas, onde estima-se que ao todo sejam 2,2 milhões de universitários no país. Talvez também pelo estímulo do Provão, que é o sistema de avaliação das universidades, acredita-se perceber uma melhora também na qualidade do ensino superior, aonde as universidades vêm buscando aliar-se às novas tecnologias educacionais e contínuos investimentos em profissionais comprometidos com a boa educação (MEC, 2000).

Sendo das Universidades Públicas uma fração do orçamento nacional, algumas preocupações são repartidas com toda a sociedade. A opção preferencial pela universidade foi destacada pela Unesco, que indicou o Brasil como um dos países a gastar mais com o ensino superior do que com o ensino fundamental e médio. Os números indicam que no Brasil gasta-se treze vezes mais por ano com um universitário do que com um aluno do ensino básico.

Na maioria dos países ricos essa diferença é muito menor. A tecnologia educacional não se reduz à utilização de meios, mas precisa ser um instrumento mediador entre o homem e o mundo, fundamentando-se um novo estilo educacional, preparando-se uma nova sociedade, onde a manipulação da informação é o eixo mais importante. O grande desafio está em selecionarmos a universidade e a globalização do capital.

Falar da universidade como lugar de produção econômica nos obriga a situá-la no atual movimento de globalização do capitalismo mundial. A globalização se assenta sobre dois pilares, o aumento brutal da exploração dos trabalhadores em todos os

cantos do mundo e o aumento da exploração das economias dominantes sobre as economias dominadas no mercado mundial” (MARTINS, 1997).

Segundo o mesmo autor, à medida que o capital se apropria de novas condições tecnológicas e produtivas, como a informática, visando a ampliar seu crescimento, as burguesias nacionais são chamadas a empreender reformas políticas para adaptação de seus respectivos Estados à marcha internacional do capital.

A universidade, também em nível mundial, não fica à margem, pelo contrário, participa ativamente do movimento de globalização. É o mesmo fenômeno econômico que, de ponta a ponta, separa, qualifica e distingue as pessoas, porque a força de trabalho potenciada, é capital (MARTINS, 1997).

2.4 MUDANÇA ORGANIZACIONAL

Não é tarefa fácil acompanhar as mudanças, mas é necessário que todos se esforcem e cumpram seus papéis, governo, universidades, sindicatos e empresas.

Mudança organizacional é um assunto muito amplo, onde o estudo passa tanto pela implementação, numa abordagem prescritiva, quanto pelo estudo do processo de mudança, numa abordagem analítica.

Para entendermos as mudanças que ocorrem nas organizações podemos buscar as diversas perspectivas e visões sobre o assunto. Ao dispor as formas de pensar a mudança sobre duas dimensões, WILSON (1995) propõe uma síntese: numa primeira dimensão a mudança é um continuum, que tem como extremos a mudança planejada e a emergente. A mudança planejada é marcada pelo voluntarismo, onde os tomadores de decisão das organizações têm capacidade de dirigir as mudanças, seja na implementação de idéias ou pelo treinamento e condicionamento de pessoal. A

mudança emergente é caracterizada pelo determinismo, onde os dirigentes não encontram nem possuem o controle sobre as mudanças.

As correntes que abordam a organização como um sistema aberto se encaixam nessa visão. A segunda dimensão apontada por WILSON (1995) indica que a mudança tem como extremos o processo e a implementação da mudança, onde implementação seria entendida como um foco no gerenciamento da mudança, é colocar em ação modelos preconcebidos de mudança, buscando-se alcançar objetivos esperados ou predeterminados (WILSON, 1995).

Os termos mudança incremental e mudança estratégica utilizada por NADLER e TUSHMAN (1990) procuram designar mudança de primeira e segunda ordem respectivamente, originando a dimensão de mudança incremental – estratégica. Também é discutida entre os autores outra dimensão de mudança que é a reativa – antecipatória, referindo-se ao tempo da mudança em relação ao evento externo. Mudança reativa é aquela realizada em resposta a um evento externo, forçando a organização a um movimento. Quando a mudança realizada é feita como forma de antecipar eventos que estão por vir, é chamada então de antecipatória.

- MUDANÇA NO AMBIENTE UNIVESITÁRIO:

A mudança no ambiente universitário deve ser investigada para aprendermos a lidar com as incertezas, turbulências e ambiguidades como em qualquer instituição.

A reforma do Estado brasileiro pretende modernizar e racionalizar as atividades estatais, redefinidas e distribuídas em setores, um dos quais é designado Setor dos Serviços Não-Exclusivos do Estado, isto é, aqueles que podem ser realizados por instituições não-estatais, na qualidade de prestadoras de serviços. O Estado pode prover tais serviços, mas não os executa diretamente nem executa uma política reguladora dessa prestação. Nesses serviços estão incluídas a educação, a saúde, a cultura e as utilidades públicas, entendidas como "organizações sociais" prestadoras de serviços que celebram "contratos de gestão" com o Estado

(CHAUI,1995).

Ainda segundo CHAUI a posição da universidade no setor de prestação de serviços confere um sentido bastante determinado à idéia de autonomia universitária e introduz termos como "qualidade universitária", "avaliação universitária" e "flexibilização da universidade". De fato, a autonomia universitária se reduz à gestão de receitas e despesas, de acordo com o contrato de gestão pelo qual o Estado estabelece metas e indicadores de desempenho, que determinam a renovação ou não-renovação do contrato. A autonomia significa, portanto, gerenciamento empresarial da instituição e prevê que, para cumprir as metas e alcançar os indicadores impostos pelo contrato de gestão, a universidade tem "autonomia" para "captar recursos" de outras fontes, fazendo parcerias com as empresas privadas.

A "flexibilização" é o corolário da "autonomia". Na linguagem do Ministério da Educação, "flexibilizar" significa:

- Eliminar o regime único de trabalho, o concurso público e a dedicação exclusiva, substituindo-os por "contratos flexíveis", isto é, temporários e precários;
- Simplificar os processos de compras (as licitações), a gestão financeira e a prestação de contas (sobretudo para proteção das chamadas "outras fontes de financiamento", que não pretendem se ver publicamente expostas e controladas);
- Adaptar os currículos de graduação e pós-graduação às necessidades profissionais das diferentes regiões do país, isto é, às demandas das empresas locais (aliás, é sistemática nos textos da reforma referentes aos serviços a identificação entre "social" e "empresarial");
- Separar docência e pesquisa, deixando a primeira na universidade e deslocando a Segunda para centros autônomos.

A "qualidade" é definida como competência e excelência, cujo critério é o "atendimento às necessidades de modernização da economia e desenvolvimento social"; e é medida pela produtividade, orientada por três critérios: quanto uma universidade produz, em quanto tempo produz e qual o custo do que produz. Em outras palavras, os critérios da produtividade são quantidade, tempo e custo, que definirão os contratos de gestão. Observa-se que a pergunta pela produtividade não indaga o que se produz, como se produz, para que ou para quem se produz, mas opera uma inversão tipicamente ideológica da qualidade em quantidade. Observa-se também que a docência não entra na medida da produtividade e, portanto, não faz parte da qualidade universitária, o que, aliás, justifica a prática dos "contratos flexíveis". Considerando-se que a proposta da reforma separa a universidade e o centro de pesquisa, e considerando-se que a "produtividade" orienta o contrato de gestão, cabe indagar qual haverá de ser o critério dos contratos de gestão da universidade, uma vez que não há definição de critérios para "medir" a qualidade da docência (CHAUÍ,1995).

- MUDANÇA : ORGANIZAÇÃO OU INSTITUIÇÃO

Desde seu surgimento (no século XIII europeu), a universidade sempre foi uma instituição social, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela.

A legitimidade da universidade moderna fundou-se na conquista da idéia de autonomia do saber diante da religião e do Estado, portanto na idéia de um conhecimento guiado por sua própria lógica, por necessidades imanentes a ele, tanto do ponto de vista de sua invenção ou descoberta como de sua transmissão. Por isso mesmo, a universidade europeia tornou-se inseparável das idéias de formação,

reflexão, criação e crítica. Com as lutas sociais e políticas dos últimos séculos, com a conquista da educação e da cultura como direitos, a universidade tornou-se também uma instituição social inseparável da idéia de democracia e de democratização do saber: seja para realizar essa idéia, seja para opor-se a ela, a instituição universitária não pôde furtar-se à referência à democracia como idéia reguladora, nem pôde furtar-se a responder, afirmativa ou negativamente, ao ideal socialista.

Uma organização difere de uma instituição por definir-se por uma outra prática social, qual seja, a de sua instrumentalidade: está referida ao conjunto de meios particulares para obtenção de um objetivo particular. Não está referida a ações articuladas às idéias de reconhecimento externo e interno, de legitimidade interna e externa, mas a operações definidas como estratégias balizadas pelas idéias de eficácia e de sucesso no emprego de determinados meios para alcançar o objetivo particular que a define. É regida pelas idéias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito. Não lhe compete discutir ou questionar sua própria existência, sua função, seu lugar no interior da luta de classes, pois isso, que para a instituição social universitária é crucial, é, para a organização, um dado de fato. Ela sabe (ou julga saber) por que, para que e onde existe.

Segundo CHAUI a instituição social aspira à universalidade. A organização sabe que sua eficácia e seu sucesso dependem de sua particularidade, significa que a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa, enquanto a organização tem apenas a si mesma como referência, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos particulares.

Em outras palavras, a instituição percebe-se inserida na divisão social e política e busca definir uma universalidade (ou imaginária ou desejável) que lhe permita responder às contradições impostas pela divisão. Ao contrário, a organização pretende gerir seu espaço e tempo particulares aceitando como dado bruto sua inserção num dos pólos da divisão social, e seu alvo não é responder às

contradições, e sim vencer a competição com seus supostos iguais.

Por isso mesmo, a permanência de uma organização depende muito pouco de sua estrutura interna e muito mais de sua capacidade de adaptar-se celeremente a mudanças rápidas da superfície do meio ambiente. Donde o interesse pela idéia de flexibilidade, que indica a capacidade adaptativa a mudanças contínuas e inesperadas. A organização pertence à ordem biológica da plasticidade do comportamento adaptativo.

A passagem da universidade da condição de instituição à de organização insere-se nessa mudança geral da sociedade, sob os efeitos da nova forma do capital, e ocorreu em duas fases sucessivas, também acompanhando as sucessivas mudanças do capital. Numa primeira fase, tornou-se universidade funcional; na segunda, universidade operacional. A universidade funcional estava voltada para a formação rápida de profissionais requisitados como mão-de-obra altamente qualificada para o mercado de trabalho.

Adaptando-se às exigências do mercado, a universidade alterou seus currículos, programas e atividades para garantir a inserção profissional dos estudantes no mercado de trabalho, separando, cada vez mais, docência e pesquisa. Enquanto a universidade clássica estava voltada para o conhecimento, e a universidade funcional estava voltada diretamente para o mercado de trabalho, a nova universidade ou universidade operacional, por ser uma organização, está voltada para si mesma como estrutura de gestão e de arbitragem de contratos.

A heteronomia da universidade autônoma é visível a olho nu: o aumento insano de horas/aula, a diminuição do tempo para mestrados e doutorados, a avaliação pela quantidade de publicações, colóquios e congressos, a multiplicação de comissões e relatórios etc. Virada para seu próprio umbigo, mas sem saber onde este se encontra, a universidade operacional opera e por isso mesmo não age. Não surpreende, então, que esse operar coopere para sua contínua desmoralização pública e degradação interna.

A docência é pensada como habilitação rápida para graduados, que precisam entrar rapidamente num mercado de trabalho do qual serão expulsos em poucos anos, pois tornam-se, em pouco tempo, jovens obsoletos e descartáveis; ou como correia de transmissão entre pesquisadores e treino para novos pesquisadores. Transmissão e adestramento. Desapareceu, portanto, a marca essencial da docência: a formação.

No jogo estratégico da competição no mercado, a organização se mantém e se firma se for capaz de propor áreas de problemas, dificuldades, obstáculos sempre novos, o que é feito pela fragmentação de antigos problemas em novíssimos microproblemas, sobre os quais o controle parece ser cada vez maior.

2.5. POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

Pode-se conceituar o posicionamento estratégico como padrões que integram os principais objetivos e políticas da organização em um todo coeso, em face do ambiente ou contexto externo (MINTZBERG, 1987; QUINN, 1991). Para conceituar posicionamento estratégico, sua posterior identificação e caracterização como mudança é necessário iniciar pelo conceito de estratégia.

A estratégia é o padrão ou plano que integra os principais objetivos, políticas e seqüência de ações da organização num todo coeso. Uma estratégia bem coordenada ajuda a ordenar e alocar os recursos da organização em uma única e viável postura, baseada nas suas próprias competências e defeitos, na antecipação de mudanças no ambiente e em possíveis movimentos dos oponentes (QUINN, 1991). Segundo este autor a estratégia deve seguir três elementos essenciais: objetivos a serem atingidos; políticas que guiem ou limitem a ação; seqüências de ações ou programa para realizar os objetivos dentro das limitações.

Também, a estratégia deve ser desenvolvida em torno de conceitos chaves, que dêem equilíbrio, foco e coesão. A estratégia deve possibilitar a construção de uma postura forte mas flexível, que permita alcançar os objetivos ao mesmo tempo que possa adaptar-se às mudanças do ambiente.

- O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA E A UNIVERSIDADE:

O Ministério da Educação (MEC) defini, em sua legislação que as universidades deverão ter "*produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional*" (Lei 9394 - 20/12/1996 - Artigo 52 - Parágrafo I).

Além disso, as universidades deverão possuir "*atividade efetiva de pesquisa em, no mínimo, três áreas*", "*pós-graduação implantada*" e "*existência de fundo de pesquisa destinado ao financiamento de projetos acadêmicos, científicos e tecnológicos da instituição, com recursos equivalentes a, no mínimo, 2% do orçamento operacional da instituição*" (Portaria 637 -13/05/1997 - Artigo 3).

Completa ainda, o MEC, que "*por ocasião de seu credenciamento ou credenciamento como universidade, as instituições de ensino superior deverão demonstrar que suas atividades de pesquisa estão consolidadas e são permanentes*" (Portaria 2040 - 22/10/1997 - Artigo 2).

É necessário abordar a relação da universidade com a sociedade pois nas atividades de extensão, os profissionais têm a oportunidade de traduzir para o campo operativo os conhecimentos que as universidades vêm produzindo. Nesta perspectiva, a aproximação da universidade com a sociedade deve ocorrer com a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, quando entende-se que a tradução do conhecimento científico no campo operativo exige profissionais com competência para a produção do conhecimento científico e técnico, assim como exige habilidades ao socializarem esses conhecimentos aos grupos sociais, de forma a contribuir para sua autonomia.

O fato de a extensão ser mediadora da relação universidade/sociedade não

significa tê-la como responsável única pela manutenção dessa relação. Esse fato apenas destaca a extensão como aferidora da existência e qualidade dessa parceria, materializada também nas práticas do ensino e da pesquisa. Ocorre que, ao se avaliar a inserção da universidade no meio social, econômico e político, o foco é colocado na extensão por, tradicionalmente, ser esta compreendida como atividade prática. É oportuno ressaltar que esta maneira de ver a extensão dicotomiza a relação teoria/prática, não a concebendo como um momento do processo de construção do conhecimento. Isto permite enquadrá-la como prestação de serviços, tornando-se, assim, uma prática assistencialista, através da qual a universidade busca o seu reconhecimento social.

- POSICIONAMENTO NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO:

As estratégias das universidades devem ser investigadas para entendermos seus posicionamentos e perspectivas. “O futuro é o resultado de um pequeno número de decisões estratégicas a serem tomadas agora”. No tocante ao posicionamento político e ideológico da universidade, visível na materialização das suas funções, é oportuno ressaltar a posição de Pedro Demo:

“ A universidade deve ser necessariamente ideológica e não inevitavelmente ideológica, pois a qualidade política não é um pacote que se compra ou se impõe, mas sim uma questão de opção individual e social no horizonte da liberdade possível, ou seja, uma conjuntura histórica que supõe a rejeição de propostas reconhecidas como incorretas e a aceitação de outras abraçadas como a construção prática de um compromisso político coletivo.”

A posição de Demo descarta a neutralidade da universidade quanto aos rumos da organização da sociedade. É certo que as limitações dessa instituição no campo político são inúmeras, tendo em vista o seu lugar nesta organização. Entretanto, ela pode dar contribuições valiosas ao se debruçar sobre temas que dizem respeito às realidades econômica, social e política. O posicionamento da universidade acerca desses temas no âmbito científico, técnico e político por certo pode interferir nos rumos políticos da sociedade, sejam esses rumos instituídos pelo Estado, sejam

instituídos pela sociedade civil.

Esta influência pode ser constatada na ação do Estado brasileiro nos últimos cinco anos, dada a participação no governo de profissionais ligados organicamente com a universidade. Sua presença também pode ser observada nas parcerias que a universidade vem fazendo com os movimentos popular e sindical. É visível a aproximação desses movimentos, após 1978, com segmentos da universidade. As expectativas dos movimentos popular e sindical e da universidade têm sido colocadas em vários encontros que se sucederam nos últimos 15 anos. Em diversas oportunidades, lideranças de movimentos sociais têm expressado o sentido das alianças com a universidade.

A aproximação da universidade com segmentos da sociedade detentores do saber popular tem aberto novos campos de investigação em várias áreas do conhecimento. Estas novas investigações possibilitam ampliar o campo de intervenção da universidade, principalmente em áreas fundamentais para a preservação da vida humana.

Mudanças aconteceram também com os parceiros da universidade, pois na sociedade há setores, principalmente no universo do trabalho, em que o acesso aos conhecimentos científicos e técnicos resultou em novas formas de luta no enfrentamento da relação trabalho/capital, principalmente quando essas lutas ocorrem em um cenário de consolidação dos valores democráticos.

É desejável que a universidade mantenha uma relação de parceria com a sociedade e que, nesta aliança, busque contribuir para o seu processo organizativo de forma que, na atual conjuntura, sejam amenizadas as desigualdades sociais, econômicas e políticas. Esta contribuição também deve reafirmar os valores da democracia e a ética da humanização dos indivíduos. Espera-se que, ao afirmar a função da extensão como mediadora da relação universidade/sociedade, os pró-reitores de extensão ou quem responder institucionalmente por ela, docentes e discentes, se orientem por estes princípios em suas parcerias e práticas com a

sociedade e que, nesta perspectiva, a extensão seja afirmada enquanto dimensão acadêmica, indissociada do ensino e da pesquisa.

De uma parte, a universidade pode ser entendida enquanto uma *instituição social*, fundada na elaboração e na difusão do saber livre de ingerências externas, na universalidade de campo, na formação humanista que se alia à necessária capacitação técnica, enfim, no exercício da reflexão e da crítica, que objetiva o aperfeiçoamento da formação cultural do ser humano. A universidade, constituindo-se em um direito do cidadão e, como tal, inseparável dos princípios democráticos, deve ser pública e gratuita, com sua manutenção garantida pelo Estado.

De outra, uma universidade concebida como uma *organização social*, pautada pelo princípio da instrumentalidade, regida pela lógica da produtividade do mercado. Como parte do processo de descentralização ou, mais explicitamente, da proposição minimalista do Estado, a educação e os demais serviços situados no setor do bem-estar social são considerados serviços não-exclusivos do Estado. Em outras palavras, enquanto parte da Reforma do Estado, a educação passa a ser concebida como um serviço a ser prestado por organizações sociais através de contratos de gestão, conforme explicitado nas diretrizes apresentadas pelo MEC para a autonomia universitária.

A partir desta perspectiva, a universidade torna-se um organismo com capacidade de se adaptar diretamente às exigências do mercado. Tendo a produtividade como pressuposto, ensino, pesquisa e serviços deixam de ter como referência a valorização do ser humano e a ação civilizatória que tipificam a universidade autônoma.

Aqueles que perfilham a concepção de universidade enquanto uma instituição social têm conseguido, arduamente, ao longo destes anos, contrapor-se a tal tendência privatista. Não foi diferente na discussão da Constituição de 1988, nem na luta pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Estamos diante da maior ofensiva já desencadeada contra a universidade pública, com uma proposta de

autonomia que, garantida constitucionalmente, desfigura-se diante da proposta do governo.

2.6 SÍNTESE DO ARGUMENTO

Algumas questões estiveram pautando o desenvolvimento desta pesquisa, que buscou investigar as mudanças ocorridas em universidades públicas e particulares em função da globalização. A partir do entendimento da necessidade da formação de um cidadão consciente e que consiga responder aos desafios de qualquer ordem – sem especificar apenas os desafios tecnológicos - para conseguir qualidade de vida, percebe-se que é muito necessário um estudo que investigue a prática das políticas educacionais, as funções atuais da universidade em relação às mudanças sociais, sua postura diante deste quadro.

Para a pesquisa é interessante salientar quais aspectos da globalização estarão em evidência para entendermos sua influência nas transformações da universidade, podendo-se então destacar, a evolução dos empregos; as novas áreas de trabalho que surgem mundialmente e são incorporadas pelas universidades; a importância de cursos de graduação atuais e inovadores que garantam a empregabilidade de seus egressos; as transformações culturais como a necessidade da fluência em outros idiomas, o domínio de novas tecnologias, a importância das soluções padronizadas; entre outros aspectos da globalização, como os já identificados nesta pesquisa.

Existe uma necessidade da universidade em responder ao contexto imediato em função das pressões sociais, pois vivemos em uma sociedade afetada pela globalização, tornando o processo de aprendizagem mutante em função da tecnologia da informação originada pela globalização. Os avanços tecnológicos em toda e qualquer área de estudo devem estar acessíveis para a sociedade.

O que se espera neste trabalho é entender quais são as novas funções da universidade, comparando-as com as funções tradicionais até então manifestadas, diante destas mudanças tão marcantes e aceleradas em nossa sociedade. Identificar o que vem mudando no ensino, na formação cultural e profissional é o que se espera, e ainda, o porquê da mudança e se realmente ocorre na universidade; o que altera e move o ensino universitário, sendo constantemente investigado até que ponto a globalização pode ser considerada influência nessas transformações.

3. METODOLOGIA

Procurando dar continuidade ao presente trabalho apresenta-se a metodologia de pesquisa que utiliza-se, em coerência com o problema de pesquisa, objetivo geral e específicos e com os pressupostos discutidos na base teórico – empírica.

3.1 ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA

Este estudo parte do pressuposto de as universidades vêm se transformando com o evento da globalização, ocasionando mudanças em seus posicionamentos. A forma como ocorrem essas mudanças, os fatores que mais as influenciam, qual o efeito da globalização e até que ponto afeta diversos grupos da sociedade deve ser aqui investigado.

a) PERGUNTAS DE PESQUISA:

O trabalho em questão pretendeu verificar as seguintes perguntas de pesquisa:

- Quais as principais mudanças ocorridas nas universidades em função da globalização?
- Qual o efeito da globalização nas perspectivas da universidade e da sociedade em relação ao ensino?
- Quais os principais fatores responsáveis pela mudança na universidade?

- Quais as principais funções da universidade do ponto de vista da instituição e da sociedade?
- Que papel cabe aos gestores organizacionais nesta nova sociedade em que o conhecimento é uma força produtiva e política decisiva na dinâmica do sistema produtivo?
- Qual o papel da Universidade na formação dos novos profissionais diante das transformações em curso na sociedade contemporânea?
- Que competências e habilidades serão requeridos dos egressos da Universidade diante deste quadro global?

b) DEFINIÇÃO DAS CATEGORIAS ANALÍTICAS:

Fazem parte do problema de pesquisa as seguintes categorias analíticas:

GLOBALIZAÇÃO:

Definição Constitutiva (DC): A globalização não é um fato acabado, mas um processo em marcha que transforma as instituições, representada por uma integração de atitudes políticas, econômicas e culturais. (SCHUMANN, 1996)

Definição Operacional (DO): A globalização será verificada com base na análise dos conteúdos das legislações de ensino, dos relatórios, registros e comunicações internas, documentos, jornais e outras fontes referentes às universidades.

EDUCAÇÃO:

Definição Constitutiva (DC): Processo de desenvolvimento individual e social, que exige lucidez para ler o mundo, buscando soluções novas para velhos problemas. É um grande desafio que exige a contribuição de toda a sociedade(FREIRE, 1991).

Definição Operacional (DO): Será verificada através de análise de documentos, registros e outras fontes, e em seguida realizadas entrevistas semi-estruturadas com grupos diversos da instituição.

MUDANÇA ORGANIZACIONAL:

Definição Constitutiva (DC): WILSON (1995) propõe uma síntese de mudança sobre duas dimensões: numa primeira dimensão a mudança é um continuum, que tem como extremos a mudança planejada e a emergente. A segunda dimensão apontada por WILSON (1995) indica que a mudança tem como extremos o processo e a implementação da mudança, onde implementação seria entendida como um foco no gerenciamento da mudança, é colocar em ação modelos preconcebidos de mudança, buscando-se alcançar objetivos esperados ou predeterminados.

Definição Operacional (DO): Pode ser verificada por meio da análise documental da legislação em vigor, dos relatórios e documentos administrativos, de onde a partir de tal análise elabora-se o roteiro para entrevistas semi-estruturadas com os diversos grupos da instituição. Também verifica-se através da análise das entrevistas as principais mudanças relatadas e evidenciadas dos cursos observados.

POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO:

Definição Constitutiva (DC): São padrões expressos pela disposição de recursos que integram os principais objetivos, políticas e ações da organização em um todo coeso

para fazer frente ao ambiente ou contexto externo (MINTZBERG, 1987, QUINN, 1991).

Definição Operacional (DO): Pode ser verificada por meio da análise documental dos relatórios e documentos administrativos; por meio também da análise das entrevistas verifica-se as principais mudanças de atitudes e comportamento dos cursos observados e outros indicadores de seus posicionamentos.

b) DEFINIÇÕES DE TERMOS RELEVANTES:

- CULTURA ORGANIZACIONAL:

SCHEIN (1985) define cultura como o produto do aprendizado pela experiência comum de um grupo, abrindo a perspectiva de poder haver várias "culturas" diferentes em uma organização. O autor afirma que o problema em cultura organizacional é distinguir as particularidades daquele grupo social, dentro de uma cultura mais ampla, defendendo que cultura é aprendida e que se desenvolve com a experiência.

- TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E EDUCAÇÃO:

A expansão dos sistemas educacionais tem sido historicamente acompanhada de uma grande abertura de oportunidades no mercado de trabalho, através da criação de novos empregos, novas formas produtivas, novas fronteiras de atividade e mobilidade social, são essas algumas transformações sociais de interesse na área da educação (SCHWARTZMAN, 1980).

3.2 DELIMITAÇÃO E DESIGN DA PESQUISA

3.2.1 DELINEAMENTO DE PESQUISA

Esta pesquisa é um estudo comparativo de casos, com avaliação longitudinal e se utilizará de abordagem descritivo – qualitativa.

- Estudo Comparativo de Casos
- Seccional com Avaliação Longitudinal
- Abordagem Descritivo - Qualitativa
- Nível de Análise: Organizacional e departamental
- Unidade de Análise: coordenação de curso , chefias de departamento e professores.

Quando um estudo envolve dois ou mais sujeitos, duas ou mais instituições, podemos falar em casos múltiplos. Aqui, podemos encontrar pesquisadores, cujo único objetivo é descrever mais de um sujeito, organização ou evento, e aqueles que pretendem estabelecer comparações (GODOY, 1995).

Na pesquisa descritiva procura-se conhecer a realidade sem nela interferir no intuito de modificá-la; o pesquisador está interessado em descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los, desejando conhecer a natureza do fenômeno, sua composição, processos que o constituem ou nele se realizam. RICHARDSON (1989) considera que a pesquisa descritiva deve ser usada quando se deseja obter uma melhor compreensão do comportamento de diversos fatores que influem em determinado fenômeno. Para GIL (1991) há pesquisas, que embora definidas como descritivas a partir de seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias.

A pesquisa qualitativa é apropriada a investigação, quando a familiaridade, o conhecimento e a compreensão do fenômeno, por parte do pesquisador, são insuficientes ou inexistentes, sendo esse tipo de pesquisa constantemente utilizado para a clarificação de conceitos, como no caso em questão desta pesquisa.

Segundo GODOY (1995):

“O estudo de caso tem-se tornado a estratégia preferida quando os pesquisadores procuram responder como e por que certos fenômenos ocorrem, quando há pouca possibilidade de controle sobre os eventos estudados e quando o foco de interesse é sobre fenômenos atuais, que só poderão ser analisados dentro de um contexto de vida real”.

O estudo de caso se caracteriza como um tipo de pesquisa, cujo objeto é a unidade que se analisa profundamente. Visa ao exame detalhado de um ambiente, de um simples sujeito ou de uma situação em particular. De acordo com YIN (1989), o estudo de caso é uma forma de se fazer pesquisa empírica que investiga fenômenos contemporâneos, dentro de seu contexto de vida real, em situações em que as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente estabelecidas, utilizando-se múltiplas fontes de evidências.

O estudo de caso pode fazer surgir relações que não seriam observadas e visualizadas de outra forma, e são direcionadas para a obtenção de descrição e compreensão das relações dos fatores envolvidos (FACHIN, 1993).

Mesmo considerando que tanto o estudo de caso como o estudo comparativo de caso seguem a mesma metodologia, o segundo tem-se mostrado mais eficaz, à medida que ao envolver mais de uma organização, quando analisadas amplamente, garante maior validade para as relações sugeridas (LAKATOS e MARCONI, 1991).

3.2.2 POPULAÇÃO E AMOSTRAGEM

As organizações foram escolhidas intencionalmente, utilizando como critério de escolha a diferença das instituições e a crescente interação internacional, sendo elas: Universidade Federal do Paraná (UFPR), Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), e a Universidade Positivo (UNICENP). A população será composta por coordenadores, chefes de diferentes departamentos dessas universidades.

Foram escolhidos três cursos de graduação para o referido estudo:

- Administração
- Pedagogia
- Engenharia Civil

- População: foi composta por coordenadores, chefes de departamento e professores dos três cursos de graduação das organizações em estudo.

- Amostra: intencional, composta por três representantes (coordenador, chefe de departamento, e professor) das organizações em estudo completando nove entrevistados em duas instituições mais tradicionais e três na mais recente, totalizando vinte e um entrevistados.

3.2.3 DADOS: COLETA E TRATAMENTO

A coleta dos dados foi feita por meio de:

- Dados secundários:

Foram obtidos dados por meio de análise de comunicações internas, registros, documentos, planejamento estratégico e projetos pedagógicos, relatórios, organogramas, atas de reuniões, memorandos, jornais, artigos e demais fontes. Com base nos dados obtidos nas fontes secundárias elabora-se o roteiro da entrevista semi - estruturada que se utiliza como fonte primária.

- Dados primários:

Os dados foram obtidos por meio de entrevistas semi - estruturadas com coordenadores de curso, chefes de departamentos, e professores responsáveis pelo ensino nos cursos analisados.

3.2.4 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados coletados foram analisados de forma descritivo – qualitativa. Segundo RICHARDSON (1989), os procedimentos qualitativos visam a descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender certos processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

Os dados primários foram analisados pela técnica de análise de conteúdo, que é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores, quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1979).

Os dados secundários foram analisados pela análise documental, como uma operação ou conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e referência (BARDIN, 1979).

No presente estudo, se adotou como principal técnica de coleta de dados primários a entrevista semi-estruturada que, analisando na forma de um continuum é equidistante entre as formas altamente estruturada e não estruturada. As perguntas são

mais flexíveis, ou a entrevista mistura perguntas mais e menos estruturadas. Mas na maior parte, a entrevista é guiada por uma lista de perguntas ou assuntos a serem explorados.

O estudo de caso segundo Yin (1992), pode ser qualitativo, quantitativo ou uma combinação de ambos, não sendo uma escolha metodológica, mas uma escolha de objeto a ser estudado. De acordo com STAKE (1994), o estudo de caso é definido pelo interesse nos casos individuais e não pelos métodos de inquirição utilizados. Um estudo de caso pode ser um estudo de uma pessoa, de um conjunto de indivíduos, de organizações e instituições, eventos, etc.

3.2.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

GODOY (1995) menciona que na pesquisa qualitativa o pesquisador parte de focos de interesse amplos, que vão sendo definidos na medida em que o estudo avança. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando entender o fenômeno segundo a perspectiva dos sujeitos.

Para MERRIAM (1998), a pesquisa qualitativa apresenta algumas características centrais que são inerentes à maioria das suas tradições, das quais merecem destaque: a pesquisa qualitativa baseia-se na ótica da realidade construída por indivíduos interagindo nos seus mundos sociais. É um esforço para entender situações únicas como parte de um contexto particular e suas interações, onde a preocupação básica é entender o fenômeno sob a perspectiva dos atores e não do pesquisador.

O pesquisador é o instrumento primário de coleta de dados, ao invés de inventários e questionários inanimados, usualmente envolve pesquisa de campo.

Utilizando estratégia indutiva de pesquisa é ricamente descritiva, pois enfoca processos, sentidos e conhecimentos.

Como estratégia de pesquisa, o estudo de caso foi a opção. MERRIAM (1998) definiu estudo de caso como um processo que procura descrever e analisar alguma entidade em termos qualitativos, complexos e compreensivos e, não invariavelmente, como ele se desdobra em um período de tempo.

O estudo de caso se concentra num fenômeno singular ou entidade e então o pesquisador busca descobrir a interação de fatores significativos característicos do fenômeno. O estudo de caso focaliza uma descrição e explicação holística e aprofundada. Como YIN (1984) observa, o estudo de caso é uma forma particularmente apropriada para situações nas quais é impossível separar as variáveis do fenômeno do seu contexto.

Usou-se o método de estudo de caso porque se quis deliberadamente cobrir condições contextuais - acreditando que elas poderão ser altamente pertinentes para o fenômeno de estudo. Para este mesmo autor, o estudo de caso é a estratégia preferida quando questões tipo como e por que são colocadas, tendo o pesquisador pouco controle sobre os eventos.

Os principais pontos fortes de se adotar o estudo de caso são: é um excepcional meio para responder questões de pesquisa; oferece meios para investigar unidades sociais complexas; oferece insights e esclarece os propósitos; e processos, problemas e programas podem ser avaliados para gerar conhecimento.

Como limitações da utilização do estudo de caso, MERRIAM (1998) apresenta argumentos como o de que o pesquisador pode não ter o tempo e os recursos para fazer um estudo em profundidade; os resultados podem ser prolixos, muito detalhistas e/ou muito envolvido em fazer política; podem ser super simplificados, levando os leitores a conclusões errôneas; estudos de caso são também limitados pela sensibilidade e integridade do investigador; questões de falta de ética podem ocorrer

quando o investigador se permite selecionar dados que queira usar para ilustrar resultados desejados; e falta de rigor na coleta, estruturação e análise, vinculadas a problemas de preconceitos introduzidos pela subjetividade do pesquisador e de outros envolvidos no caso.

Em relação à coleta dos dados, segundo MERRIAM (1998), na pesquisa qualitativa adota-se, principalmente, as técnicas de entrevista e observação. O questionário é frio e impessoal, pois o pesquisado o responde fora da situação estudada, bem como não permite extrair a dinâmica do fenômeno estudado. Contudo, não se descarta tal possibilidade, quando se requer um primeiro levantamento sobre o tema abordado.

Com respeito à delimitação do estudo, MERRIAM (1998) enfatiza que na pesquisa qualitativa é indicado o uso de amostra não probabilística, da qual destaca-se a amostra intencional, que consiste em identificar e selecionar uma amostra onde seja possível obter as informações necessárias para o estudo. A lógica e o poder da amostra intencional reside na seleção da informação rica de casos para o estudo em profundidade.

Dessa forma, o estudo foi desenvolvido nas universidades UFPR, PUCPR e UNICENP situadas em Curitiba. Os participantes da pesquisa foram selecionados em função dos conhecimentos e das informações de que dispunham em torno do tema proposto. A identidade dos entrevistados foi protegida, não sendo registrada no relatório da presente pesquisa. Tal medida é uma prática amplamente adotada em estudos qualitativos. A pesquisa na UNICENP foi um pouco diferenciada, pois devido ao fato de ser uma universidade recente, com implantação do primeiro planejamento estratégico e projeto pedagógico em 1999, ainda é cedo para compararmos seu processo de transformação com universidades mais tradicionais. Para tanto, as entrevistas semi-estruturadas foram realizadas apenas com os coordenadores de curso da UNICENP, e sua análise também foi diferenciada em relação às outras instituições.

Por ser um estudo comparativo de casos compreende-se a impossibilidade da generalização para todas as universidades e também, para aquelas que estiveram em investigação. Todas as conclusões apresentadas nesta pesquisa são baseadas nas entrevistas semi - estruturadas com coordenadores e professores de alguns cursos específicos de graduação, como Pedagogia, Engenharia Civil e Administração, observações e análises, não estendendo conclusões a outros cursos ou outras universidades.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa foi realizada com coordenadores e professores considerando-os como equipe pedagógica que conhece a nova lei de educação e está empenhada em uma práxis educacional adequada aos novos tempos, devendo também, estar preparada para reconhecer em sua comunidade seu desenvolvimento, anseios e expectativas para que todos os envolvidos no processo de formação cultural e profissional consigam fazer a leitura de mundo que favoreça aos jovens a sua inclusão cidadã na sociedade globalizada.

Os dados foram obtidos em entrevistas semi-estruturadas realizadas com vinte e um professores das universidades, sendo nove representantes da UFPR, nove representantes da PUCPR e três coordenadores da UNICENP, todos representantes dos cursos de graduação de Pedagogia, Engenharia Civil e Administração. Foram realizadas entrevistas que são instrumentos no qual o entrevistador tem por objetivo obter informações dos entrevistados relacionadas a um objetivo específico. Nesse estudo utilizou-se entrevista semi-estruturada, que é caracterizada pela:

“Formulação da maioria das perguntas previstas com antecedência e sua localização é provisoriamente determinada”. (COLOGNESE E MÉLO, 1998).

Na entrevista semi-estruturada o entrevistador tem uma participação ativa, apesar de observar um roteiro, ele pode fazer perguntas adicionais para esclarecer questões para melhor compreender o contexto.

A pesquisa pretendeu levantar até que ponto a globalização afeta a universidade buscando descrever a partir do material coletado os resultados obtidos. Tal pesquisa, então, foi do tipo estudo de caso, com características de pesquisa qualitativa (TRIVIÑOS, 1995), realizada nas três universidades a partir de um pesquisador, instrumento-chave.

Entrevistando-se vinte e uma pessoas que desempenham diferentes funções nas instituições, foi propiciada à pesquisa inúmeros olhares que levam a encontrar pontos de interseção na rede de significados em que se transforma o conjunto de entrevistas.

Por serem entrevistas do tipo semi-estruturado, já que partem de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam a pesquisa, oferecendo posteriormente um amplo campo para questionamentos, enriquecidos pelos dados dos informantes (TRIVIÑOS, 1995, p.146).

Este procedimento abre espaço de interação para o pesquisador, que assim é um parceiro na elaboração do conteúdo da pesquisa.

Após a realização da pesquisa foi realizada a transcrição das falas, adotando-se a técnica de análise de conteúdo, através do levantamento de temas emergentes das falas que podem fazer surgir a rede de relações, que segundo MINAYO (1993, p.208) podem ser evidenciadas através de uma palavra, de uma frase ou de um resumo. Os dados foram categorizados de acordo com análise temática proposta por BARDIN, (1988. p.108) de tal forma que possam responder às questões formuladas. A análise de conteúdo é atualmente um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a "discursos" (conteúdos e conteúdos) extremamente diversificados.

Dentre as técnicas existentes na análise de conteúdo, foi escolhida especificamente a análise categorial, que é cronologicamente a mais antiga e na prática a mais utilizada (BARDIN, 1979). Funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos.

A categorização nesse tipo de análise pode ser feita de diferentes maneiras, sendo que entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou análise temática, é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos diretos (significações manifestas) e simples. (BARDIN, 1979).

As diferentes fases da análise de conteúdo organizam-se em torno de três pólos cronológicos: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Todas as entrevistas foram transcritas e revisadas pelo pesquisador para se evitar lacunas ou leituras equivocadas dos depoimentos.

As entrevistas foram gravadas para assegurar que tudo que foi dito seja preservado para análise. Outra técnica considerada foi a observação, que foi adotada durante as visitas às instituições, principalmente durante as entrevistas, para registrar emoções, expressões faciais e corporais que complementem os dados gravados. Também foi utilizado a análise documental para a coleta de dados secundários. A análise documental constitui uma fase do tratamento técnico que tem em vista a descrição do conteúdo dos documentos. Trata-se de um processo essencial que permite a arrumação temática da bibliografia e possibilita a pesquisa por assuntos nas bases de dados bibliográficos.

Para o presente estudo procurou-se obter documentos tais como: artigos de jornais, memorandos, fotos, relatórios, projetos pedagógicos e planejamentos estratégicos.

A ênfase no processo de análise se faz com base no que os entrevistados disseram que aconteceu e nas questões enfrentadas por eles e pela universidade. A análise de dados nesta dissertação considera a simultaneidade da análise e da coleta dos dados, o que demonstra o caráter flexível do método qualitativo.

A análise foi realizada por instituição, dividindo-se o estudo primeiramente por curso de graduação Pedagogia, Engenharia Civil e Administração, entrevistando primeiramente o coordenador ou diretor de curso, chefe de departamento e professor da graduação. Esse processo foi realizado para a PUCPR e UFPR, sendo que para a UNICENP foram entrevistados apenas os coordenadores dos cursos de graduação, em função de sua recente implantação. Cada curso foi analisado separadamente por instituição, seguindo posteriormente a análise dos três cursos de graduação em conjunto, para formar uma visão geral de cada instituição, e finalmente os resultados das três instituições foram confrontados para comparativamente explicar suas transformações, finalizando com a triangulação de dados.

4.1 ANÁLISE DOS DADOS DA PUCPR

Pela análise dos dados foi possível determinar que a globalização afeta a PUCPR como é demonstrado em toda a necessidade de se responder ao contexto imediato, aos avanços tecnológicos que devem ser compreendidos e estar acessíveis para a sociedade. Considerando-se que ao se trabalhar com pessoas que formam a sociedade e que estão se transformando, ajustando-se aos novos tempos, a globalização então também transforma a universidade. Percebe-se tal influência na PUCPR na busca por soluções mais padronizadas que se possam aplicar de maneira mais mundial possível.

Os alunos da PUCPR vão especializar-se fora do país (5% a 10%), necessitando cada vez mais de uma formação internacional. Existem hoje muitas empresas estrangeiras e multinacionais trazendo tecnologias e necessitando de profissionais mais qualificados para operacionalizá-las.

Ficou evidenciado na pesquisa que o acesso muito mais facilitado às informações nacionais e internacionais vem alterando o comportamento de alunos e professores da PUCPR.

O planejamento estratégico que envolve a universidade como um todo foi decisão de contexto, onde é relevante o fato de que a globalização afeta a universidade de maneira direta a partir do momento em que o mundo tornou-se um só. Editoras mais avançadas no processo de traduções e publicações simultâneas, favorecem a renovação e atualização de bibliografias sendo fortes indicadores da influência da globalização nas mudanças e transformações da PUCPR, como demonstrado a seguir pela análise realizada.

4.1.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA PUCPR:

Desde 1990, a PUCPR desenvolve, periodicamente, o seu Planejamento Estratégico, definindo metas, projetos e ações que têm sido realizados com êxito.

Em sucessivos encontros de trabalho, foram discutidas as grandes questões relativas à Universidade, desde a sua Missão, Visão de Futuro e Grandes Opções Estratégicas até uma Agenda de Prioridades Estratégicas imediatas. Em um esforço coletivo, foram mobilizadas cerca de 90 pessoas, reunindo toda a Reitoria da Universidade, Decanos de Centro, Diretores de Curso, Professores, Representantes dos Alunos, dos Funcionários que trabalharam em cinco encontros dedicados à tarefa de planejar. O Plano Estratégico da Universidade PUCPR para o Horizonte 1998/2010 apresenta uma síntese dos resultados deste trabalho.

De acordo com o Plano Estratégico, a graduação continuará sendo a atividade central da PUCPR, sendo fortalecidas outras atividades já existentes e expandindo a atuação para nichos inexistentes ou ainda pouco explorados.

A PUCPR deverá manter a "graduação" como centro de suas ações, com uma estratégia de expansão que fortaleça algumas linhas já existentes (como a extensão, a

prestação de serviços, a especialização e os mestrados) e evoluindo em direção a outras, tais como os doutorados, os cursos de formação de técnicos e tecnólogos, os cursos seqüenciais e, principalmente, o ensino a distância e a educação continuada.

A PUCPR, orientada por princípios éticos, cristãos e maristas, tem por missão desenvolver e difundir o conhecimento e a cultura e promover a formação integral permanente de cidadãos e de profissionais comprometidos com a vida e com o progresso da sociedade.

A Visão de Futuro é a descrição (ou imagem) da situação desejada para a instituição num longo prazo. Representa um "sonho" bom, difícil, porém alcançável. Até o ano 2010, a Universidade PUCPR será reconhecida como uma universidade de referência nacional, pelo dinamismo, pela criatividade e qualidade de seus cursos e pelos serviços prestados à comunidade.

Onde estamos? Para onde vamos? Para responder tais perguntas básicas e chegar às conclusões principais deste trabalho, foram realizadas várias análises que 'desenharam' o ambiente interno e externo da PUCPR.

A partir desta análise, que levou em conta fatores como aspectos políticos, econômicos, tecnológicos e, inclusive, os atuais pontos fortes e fracos da PUCPR, foi possível se chegar a um futuro provável, com informações e tendências que poderão criar ameaças ou oportunidades para a PUCPR nos próximos 10 anos.

Após todas as reuniões, análises e discussões de idéias chegou-se a dois temas principais, duas idéias-força, que orientarão o desenvolvimento da PUCPR dos próximos 10 anos:

- A crescente busca da empregabilidade dos seus alunos.
- Um esforço articulado para intensificar e compatibilizar a qualidade, o crescimento e a inovação.

4.1.2 OBJETIVOS E FUNÇÕES DA PUCPR

O Curso de Pedagogia PUCPR demonstra que os objetivos da universidade nascem de princípios pedagógicos e epistemológicos, proporcionando a construção do conhecimento interdisciplinar através da utilização de pesquisa. Como objetivos do curso hoje se ressalta o desenvolvimento da autonomia, de capacidades, a formação profissional ligada ao conceito de conhecimento interdisciplinar, visando enxergar ao fenômeno da educação na sua totalidade com ampliação de atuação.

“(...) Nós temos a pesquisa, a interdisciplinariedade e a construção do conhecimento, logo daí dá para se deduzir que como objetivo do curso é realmente desenvolver autonomia e capacidade desse profissional que está em processo de formação (...)”.

Para o curso de Engenharia Civil da PUCPR a função da universidade é de ensino, pesquisa e extensão em parceria com a comunidade, também como instituição Católica, tem como função básica à formação de ideais e princípios católicos, buscando a formação de pessoas com habilidades tentando aproximar ao máximo ao que o mercado está pedindo. Os objetivos do curso referem-se a passar aos alunos condições para iniciar carreira profissional tendo base nos conhecimentos teóricos e práticos. Entende-se como objetivo o fazer com que o aluno tenha conhecimentos técnicos e de gerenciamento para executar suas funções no mercado, buscando uma base sólida e depois a especialização, seguindo o conceito de educação continuada, sempre próximo do mercado de trabalho:

“(...) como função básica a instituição tem a formação de ideais e princípios católicos, e procura levar à formação de pessoas com habilidades, tentando se aproximar ao máximo do que o mercado está pedindo”.

Para o curso de Administração da PUCPR a universidade deve colaborar com a sociedade propiciando conhecimento, cultura e outros esforços educacionais, formar profissionais que irão responder pelo futuro não só das organizações de nossa nação bem como do mundo. Trabalha pela produção do conhecimento que possa intervir no meio e fazer modificação na sociedade, sendo apontados como objetivos específicos do curso: formar profissionais com habilidades técnicas específicas, aptidões, e

desenvolvimento de relacionamento interpessoal; formar administradores que também sejam empreendedores.

A universidade hoje busca uma maior interação com o mercado de trabalho através dos convênios e parcerias. O Curso de Pedagogia da PUCPR possui diversos convênios com a justificativa de possibilitar a busca de subsídios para o desenvolvimento da formação do profissional, desenvolver autonomia no processo de educação continuada, enquanto que o curso de Engenharia Civil da PUCPR realiza convênios com universidades de diversos países (do Canadá, e França são os convênios mais ativos), Itália; contatos com a UFPR, e outras locais, convênios esses com empresas para trazê-las para dentro da universidade gerando maior interação da universidade e mercado. O objetivo desses convênios é diminuir a distância entre empresa e universidade, estreitando relações para um acesso mais facilitado ao emprego.

“(...) existem contatos com universidades ou empresas para que se tragam essas empresas para dentro da universidade, para que possam tomar os serviços da universidade, dos laboratórios e tudo o mais, e com isso gerar uma interação no mercado e universidade(...)”

“Os convênios existem principalmente para diminuir a distância da empresa com a universidade, estreitar relações para que o aluno nosso possa conseguir emprego mais facilmente”.

O Curso de Administração da PUCPR comprova existirem intenções de parcerias, como o programa de Integração PUCPR /Empresa para facilitar e viabilizar a aproximação da universidade com empresas; aproximar teoria e prática, também fortalecendo convênios com universidades no exterior com países como França, Austrália, Canadá, buscando propiciar a prática, troca de facilidades e também integração com outros cursos da universidade.

Em relação ao desempenho da universidade o Curso de Pedagogia da PUCPR salienta quanto aos aspectos da demanda do contexto social atual e às necessidades de formação do pessoal da educação o desempenho é o melhor possível, julgando-o até excelente. A justificativa reside no fato de que a universidade busca respostas avaliando constantemente esse processo, estando sempre à frente das propostas,

correndo riscos de mudanças da LDB, mas sendo preferível ao ficar parado aguardando, pois não estariam dando respostas para a sociedade.

“(...)Então tem muitos princípios que alteraram, primeiro a necessidade de fato de se ter uma proposta que possibilite uma formação mais inteira, mais globalizada, outro aspecto, não estejamos mais enfocando simplesmente num pressuposto de se trabalhar com o princípio da certeza e sim com o princípio da indagação da pesquisa, ou princípio da dúvida, então quando você muda de disciplina para programa de aprendizagem a preocupação é que não mude apenas a etiqueta mas que de fato o foco seja o processo da construção.”

Para o Curso de Engenharia Civil da PUCPR hoje a universidade está em um período de transição, pois o mundo está sendo alterado pela globalização, as atividades hoje são desenvolvidas na universidade não só pensando em atender às necessidades regionais, mas já expandidas aos outros países. Cabe à universidade buscar estar na frente das modificações e inovações repassando-as aos alunos, assim, rompendo com paradigmas de ensino a PUCPR vem atendendo às expectativas. A universidade vem tentando superar o atraso em relação à sociedade que evolui muito rapidamente:

“(...) a universidade está num processo de transição, porque o mundo está sendo alterado pela globalização, com o exemplo da engenharia, eu já não desenvolvo tecnologia isoladamente, quando eu desenvolvo tecnologia tenho que pensar que essa tecnologia tem que ter abrangência maior, por exemplo, para o Mercosul, etc.

(...) a gente percebe que a universidade tem que buscar estar na frente das modificações, porque de certa forma a universidade é conservadora, mantendo-se resistente a essa tal globalização, então a universidade tem que puxar essas modificações, essas inovações e passar isso para seus alunos. Nossa universidade tem feito isso, essa reciclagem de nosso projeto pedagógico é nesse sentido (...).”

O Curso de Administração da PUCPR sugere um desempenho bom tendendo a melhora contínua, talvez também em função do Projeto Pedagógico o desempenho vem melhorando sensivelmente, quebrando padrões, com ênfase no aluno sendo centro do processo de ensino - aprendizagem e na interação das disciplinas. Em relação aos resultados acadêmicos ainda há muito que melhorar, embora ainda não enquadrado no novo projeto quando da avaliação.

“Com relação aos resultados acadêmicos, uma da maneira de avaliar o desempenho é através do provão e nós estamos a três anos com C. Como

ainda estamos em transição, existe uma expectativa muito grande nosso no sentido de que realmente através das práticas educacionais previstas no novo projeto pedagógico, onde o centro do processo de ensino-aprendizagem é o aluno, aí sim realmente vamos demonstrar se a bagagem vai ficar mais completa como esperamos, não tivemos ainda essa oportunidade, estamos ainda no projeto antigo e com o projeto novo sendo implementado”.

Quando questionados sobre quais os fatores que poderiam afetar a universidade o Curso de Pedagogia da PUCPR enfatiza a necessidade de mudança de cultura, que é a necessidade de se trabalhar de forma integrada que exige mudança. Existe uma dificuldade de se transformar o docente, a experiência profissional anterior é fator às vezes de dificuldade para a mudança, a competência e o conhecimento que são grandes trunfos por vezes são fatores de complicação.

Para o Curso de Engenharia Civil da PUCPR a modificação no aluno que recebe influências da mídia, das informações em massa que recebe a todo instante é um forte indício de ser o que afeta mais a universidade, em conjunto com a tecnologia da informação, as mudanças externas e a própria globalização.

A dinâmica ambiental requer mudanças e a universidade precisa de flexibilização dos cursos, para o Curso de Administração da PUCPR, onde a globalização exige dos professores um processo de atualização constante. Ainda referem-se ao que afeta a universidade em função da exigência do MEC as novas diretrizes, os aspectos econômicos, excesso ou falta de mão de obra capacidade e tecnologia.

4.1.3 COMPARANDO A UNIVERSIDADE TRADICIONAL E ATUAL

Para os entrevistados do Curso de Pedagogia da PUCPR mudou a própria função social do educador, mudou todo o panorama da sociedade como um todo, mudaram nos processos operacionais os princípios, os conceitos, mudou o próprio papel da escola que não é só mais formar e preparar para o mercado atual, pois assim estaria em bem pouco tempo desatualizado, hoje se deve ter o cidadão envolvido e

consciente, participativo de todas as questões sociais, existe hoje uma conscientização planetária e o contexto educacional é um todo do ponto de vista histórico e geográfico. Hoje então o pedagogo deve ser formado para ter uma base de competência que possibilite a interpretação e intervenção do fenômeno pedagógico dinâmico em concordância com a idéia da educação continuada.

“(...) quando temos o professor que tem a sua formação, o seu trabalho em uma determinada área e temos um tema que integra três ou quatro disciplinas, neste momento existe a necessidade de se trabalhar de forma integrada, e isso exige mudança, que é bem difícil, tem que se trabalhar com a mudança do docente(...)”.

“(...) mudou a própria função social do educador como um todo, mudou todo o panorama da sociedade como um todo, mudaram os processos organizativos, os princípios, os conceitos (...) então mudou o papel da escola, que é atuar no interior da sociedade, então o papel da escola não é simplesmente formar e preparar para o mercado atual, porque ela estaria formando mal o profissional que estaria em pouco tempo desatualizado(...)”.

“(...) então hoje o profissional deve estar formado para ter uma base de competências para que consiga interpretar e intervir no fenômeno social, mas uma competência que tenha idéia de algo muito dinâmico, com a idéia da educação continuada”.

A mudança é positiva, historicamente a educação está em crise no Brasil. Hoje se percebe uma construção da identidade do profissional do pedagogo, existe uma perspectiva bastante otimista onde o profissional não está restrito a uma atividade, percebe-se a ampliação dos espaços de atuação do pedagogo. Mudou a idéia de educação com o conceito de educação continuada, onde se aplica que a formação continuada é necessária a todos os contextos da atuação humana.

Para o Curso de Engenharia Civil da PUCPR o engenheiro civil hoje é menos questionador, com alto nível de abstração, encontra facilidades tecnológicas, é mais preocupado com a formação em administração e menos do que propriamente em engenharia, é mais gerenciador de obras do que no passado.

O mercado de trabalho não absorve todos profissionais na tradicional função da construção civil e o profissional engenheiro do passado era mais generalista pela sua

formação, hoje existe uma tendência em formar e especializar melhor em uma determinada área.

Na mesma linha de raciocínio o Curso de Administração PUCPR indica que as modificações na formação em função das inovações, qualidade e produtividade, havendo uma necessidade de acompanhar as mudanças para que a instituição evolua e encaminhe para a pós – graduação com maior facilidade. O diferencial está na maior capacidade do profissional em enfrentar o desafio de mercado mais competitivo, sendo necessária a educação continuada.

“Hoje o administrador vai buscar continuamente o conhecimento, não digo de cinco, mas talvez de sete ou dez anos atrás, parecia que ele se formava e ia depois gastar seu conhecimento durante a execução de sua carreira. Hoje a gente sabe que o que aprendeu no primeiro período provavelmente até o quarto período ele vai ter que renovar aquilo (...) o que viu de três em três anos muda muito, precisa ser renovado (...) hoje se aprende que é importante renovar o conhecimento (...) buscar o conhecimento, analisar o problema e conseguir através de uma pesquisa achar soluções criativas, ver oportunidades...acho que é esse o enfoque.”

“Cada vez mais é necessário acompanhar as mudanças (...) creio que a instituição vem acompanhando essa evolução (...) as instituições estão crescendo oferecendo outros projetos, pós-graduação ou doutorado”.

O que se espera dos egressos do Curso de Pedagogia da PUCPR é que tenham sensibilidade para o humano e princípio ético, o que não está distante dos anseios do Curso de Engenharia Civil da PUCPR que hoje apesar do egresso demorar duas vezes mais para se sentir completamente integrado ao mercado de trabalho e auto suficiente, necessita de uma formação básica para entrar no mercado de trabalho e prosseguir com sua educação continuada, especializando-se para proporcionar à comunidade serviços de qualidade na área específica de engenharia civil ou outras. Ainda é preciso que tenha ideal e habilidades de raciocínio lógico, cálculo, informática como na universidade tradicional, mas enfatiza-se muito mais o domínio de outro idioma e criatividade.

Para o Curso de Administração da PUCPR o profissional precisa estar hoje muito ligado à dinâmica das organizações, capacidade de interação com as pessoas, postura ética, sem esquecer em prosseguir sua educação com pós-graduação e

especializações aperfeiçoando-se e atualizando-se como exige o mercado, a visão globalizada e empreendedorismo, sendo marcas de nossa era.

Quando questionados ao que interferiria na modernização do curso, foi resposta do Curso de Pedagogia da PUCPR a proposta pedagógica. Para o Curso de Engenharia Civil da PUCPR a situação econômica no mercado brasileiro pode afetar a modernização do curso, ou seja, a política governamental. A educação básica deve ter forte interação com recursos modernos, como a informática, softwares avançados, tecnologias diversas e investimentos. Ainda sobre o que pode afetar para a modernização, para o Curso de Administração da PUCPR o Projeto Pedagógico seguido da exigência do MEC na resolução de 1993, e a próxima resolução vêm prometendo a flexibilização dos cursos, comissão de avaliação e aspectos legais.

“(...) a mudança na universidade é extremamente positiva desde que a universidade esteja percebendo isso (...) se voltarmos na história da educação percebemos que o profissional da educação sempre esteve em crise, hoje estamos em crise que gera mudança, crise de identidade, etc.,..., então temos muitos princípios que se alteraram, primeiro a necessidade de fato se ter uma proposta que possibilite a formação mais inteira, mais globalizada, outro aspecto, não estejamos mais enfocando simplesmente num pressuposto de se trabalhar com o princípio da certeza e sim com o princípio da indagação da pesquisa(...)”

“(...) a própria dinâmica ambiental requer mudanças, é tão intensa que os cursos tem que ter flexibilidade, não devendo ficar engessados, pois ficariam perdidos no tempo e no espaço”

“A universidade mudou por causa do planejamento estratégico, até então a decisão era mais de idéia, hoje é mais de contexto. Esse planejamento estratégico envolveu a universidade como um todo, envolveu todos os cursos, professores, diretores, alunos, pessoas chaves dos cursos também entraram na estratégia, então mudou, a universidade estabeleceu grandes trechos que é o crescimento, a inovação e a qualidade...”

Em relação às mudanças e alterações curriculares suas causas para o Curso de Pedagogia da PUCPR vem sendo explicadas a partir da última alteração de 1998; disciplinas voltadas à pesquisa, estágio nas habilitações das tecnologias, como em Gestão da Tecnologia da Ação Docente. Com a proposta implantada em 2000/2001, ampliando turnos, conseqüentemente vagas, mudanças na abordagem curricular que era disciplinar e linear, o curso era composto de parte básica e habilitações a partir do

2º ano, hoje não se trabalha mais com o conceito de habilitação, hoje o currículo é integrado trabalhando o curso em três âmbitos: docência, gestão e na interface a pesquisa e as tecnologias educacionais, ou tecnologias da informação e da comunicação, integrados por eixos ou temas, disciplinas são hoje chamadas de programa de aprendizagem. São destacadas como causas a necessidade de fato de se ter uma proposta que possibilite uma formação mais inteira, mais globalizada; não se trabalhar no princípio da certeza e sim no princípio da indagação da pesquisa, ou princípio da dúvida, mudar o foco do processo de construção.

Para o Curso de Engenharia Civil da PUCPR foi a mudança da LDB que desengessou o modo como eram ofertados os currículos pelas universidades, assemelhando-se aos currículos de outros países como Estados Unidos e Inglaterra. Desde 1998 uma alteração curricular era discutida, embora só em 2000 foi implementada reciclando o conceito ensino-aprendizagem onde houve o foco na aprendizagem, e não mais no ensino. Implementado o Projeto Pedagógico em 2000 a partir dessas alterações curriculares, também se destaca como fator que provocou mudança à maneira nova de pensar, a geração da informação, a existência de “professores profissionais” que deixaram de trazer o mercado para a universidade não permitiu por muito tempo que a universidade acompanhasse a evolução da sociedade.

“(...) é uma adequação a uma realidade de mercado, muitas disciplinas não estavam adequadas para essa nova conjuntura de ensino, as novas necessidades de mercado e da sociedade como um todo, então estamos dando mais ênfase à empregabilidade de nosso aluno, precisando fazer algumas correções em nosso projeto pedagógico(...)”.

“(...) essas mudanças foram ocorrendo justamente em função dessa massa nova que está vindo aí, essa maneira de pensar nova, eu diria que é a geração do aperta botão, essa geração de muita informação, uma informação muito rápida, tendo que a s universidades se adaptem a elas”.

Hoje é necessária uma adequação a uma realidade de mercado, adequação à nova conjuntura de ensino, objetivando a empregabilidade de seus alunos faz-se necessário ajustes às novas necessidades de mercado.

Para o Curso de Administração da BPUCPR em 2000 início da implantação do Projeto Pedagógico apesar das disciplinas serem organizadas pela portaria 12/93, buscando a flexibilização do curso houve a quebra de padrões pelo Planejamento Estratégico da universidade que define três grandes rumos: qualidade, inovação e crescimento, conforme se comprovou na análise documental. A necessidade de adequação ao mercado, aos novos tempos e suas mudanças. Busca de adequação em função da competitividade entre as universidades, onde o aluno passa a ser centro da aprendizagem no novo Projeto Pedagógico.

4.1.4 A GLOBALIZAÇÃO E A PUCPR

A Globalização afeta a universidade para o Curso de Pedagogia da PUCPR, pois existe uma necessidade em se responder ao contexto imediato; os avanços tecnológicos devem ser compreendidos o tempo todo e estar acessíveis aos alunos. Novas formas de se fazer o mesmo trabalho surgem a todo instante, novos temas de relevância a serem trabalhados em função desse universo caracterizado pela globalização.

“Trabalhamos com pessoas e essas pessoas formam a sociedade, essas pessoas estão mudando, transformando-se, ajustando-se aos novos tempos e necessidades, a globalização afeta a todos”.

“As universidades de uns vinte anos para cá estiveram perdendo um pouquinho aquela qualidade de estar na frente da sociedade, a sociedade seguiu o que a universidade pensava e houve uma mudança tão grande que a universidade começou a ficar atrás (...) aconteceu o fenômeno da globalização acelerada”.

“A universidade ainda está atrás da sociedade, parece dizer ‘espera aí um pouco’, acelera um pouco menos, que eu preciso fazer uma leitura do que você está precisando para eu poder oferecer aqui na universidade”.

“Percebemos a globalização na área tecnológica (...) as empresas estrangeiras hoje estão trazendo as novas tecnologias, nós temos muitas vezes que correr atrás das tecnologias que ainda não temos aqui (...) a parte de idiomas percebe-se essa influência da globalização, e ainda a internet está aí (...)”.

Para o Curso de Engenharia Civil da PUCPR a globalização afeta ainda em várias áreas, lembrando que existem muitas empresas estrangeiras trazendo tecnologias novas e necessitando de profissionais mais qualificados para operacionalizá-las sem mencionar que o uso da internet para facilitar acesso a informações internacionais.

“Nós estamos buscando soluções padronizadas que permitam não só aplicar a um estado, precisamos mais ou menos de um padrão internacional (...)”

Para Curso de Administração da PUCPR o Planejamento Estratégico envolvendo a universidade com um todo foi uma decisão de contexto onde a globalização afeta a universidade de maneira direta a partir do momento que o mundo se tornou um só. As informações mais acessíveis a todos, editoras hoje avançadas no processo de traduções e publicações simultâneas. Os aspectos econômicos nacionais são influenciados pela globalização e por sua vez influenciadores na universidade.

“O acesso a informação é notável...a Editora X, está traduzindo livros que foram lançados em 2000 nos Estados Unidos, e já estão aqui no Brasil...existem outras editoras avançadas neste processo, esse acesso a informação é uma grande consequência da globalização(...)”.

Quando se questiona a velocidade das mudanças na Universidade para o Curso de Pedagogia da PUCPR entende-se que existe uma mudança rápida em função do planejamento estratégico vivenciado a partir de 1998. Não existem entraves da reitoria e pro-reitoria, existe um grande esforço conjunto para possibilitar a mudança, não existe uma concepção de que não se pode mudar e o reitor é o grande agente dessa mudança.

Para o Curso de Engenharia Civil da PUCPR todas as universidades estão atrás de soluções mais rápidas em seus problemas, e a universidade privada é mais ágil do que a pública, pois não sofre problemas de infra-estrutura e falta de recursos para operacionalizar soluções, seja talvez porque a estrutura burocrática da universidade pública a deixa mais lenta do que a universidade privada que tem uma interação facilitadora dessa mudança com o mercado.

Para o Curso de Administração da PUCPR a velocidade de mudança é grande em função da necessidade de se adaptar às mudanças existentes. A mudança é rápida, mas a universidade não consegue acompanhar o mercado, é mais lenta comparativamente ao mercado.

“A mudança na universidade depende muito da reação de quem esteja à frente, no nosso caso afigura do reitor é muito importante.”

“Não é tão fácil mudar na parte acadêmica, não dá para ser muito rápido pois esse é mais um perfil das empresas, aqui por ser uma instituição de ensino as mudanças não são assim tão rápidas, pois toda mudança acaba fazendo parte de toda instituição acadêmica.”

Ainda comparando mudanças entre universidade pública e privada o Curso de Pedagogia da PUCPR sugere que a universidade pública enfrenta dificuldades de investimentos, de falta de recursos, de infra-estrutura bastante comprometida, a própria política do governo federal fala em autonomia das universidades, mas não fornecem as condições para tal, enquanto a instituição privada nesse aspecto é mais ágil, mais veloz.

“(...) talvez o grande problema da universidade pública seja a falta de infraestrutura, a própria política do governo federal não dão condição de autonomia, tendo um mínimo de liberdade financeira (...) falta professor, falta laboratório, equipamentos...”

“É evidente que a universidade particular é mais rápida nas mudanças do que a pública, e não é um defeito da universidade, e sim do setor público, ele é mais lento do que o setor privado, isto em qualquer área”.

Para o curso de Engenharia Civil da PUCPR toda mudança depende de pessoas, são as pessoas que fazem a universidade, muitas vezes são as mesmas pessoas trabalhando em ambas instituições, não mudam seus valores, então sob esse aspecto a mudança não é diferente. Por ser a universidade privada mais rápida em seus processos de mudança, por sua proximidade com o mercado de trabalho, a mudança entre as instituições vai se distanciando e diferenciando. O setor público em geral possui características diferentes em questão de mudança do que o setor privado: é mais lento, moroso, complicado, sujeito a aprovações, interesses políticos. A diferença de aluno que frequenta as instituições pública e privada reflete na atuação da universidade e em

seu processo de mudança. Ainda a universidade privada não tem dependência do governo para dar continuidade às suas tomadas de decisões acadêmicas.

Para o Curso de Administração da PUCPR ainda destacam-se as diferenças baseadas na forma de organização. A universidade pública sofre com morosidade, lentidão, falta de recursos, dificuldades na operacionalização de mudanças que não ocorrem na universidade privada.

“A mudança é diferente pela própria forma de organização, a pública depende de um sistema, é diferente na sua forma particular de administração, mas duas coisas são comuns: o aprimoramento do corpo docente, na universidade privada é uma exigência e na pública há muito tempo se tem...; os alunos de ambas instituições possuem acesso às informações, então podem fazer pressão sobre o ensino muito maior hoje em dia”.

4.1.5 POSICIONAMENTO DA PUCPR

Em relação ao posicionamento da universidade o Curso de Pedagogia da PUCPR responde que a universidade não pode se curvar às exigências do mercado, mas deve dar condições para a formação que proporcione a boa atuação no mercado que é volátil.

Segundo Ortega e Garcez em 1946:

“O intelectual tem que estar à altura das idéias do seu tempo”, a altura das exigências do mercado, hoje a partir de idéias do nosso tempo temos que estar à frente de tempo, percebendo e entendendo tendências”.

“Eu acho que devemos levar em consideração o que o mercado está sinalizando, mas de forma crítica, sabe, não até porque o mercado muda numa velocidade que nenhuma instituição consegue acompanhar. A demanda que a universidade deve estar atenta mesmo é a social, como um todo, que inclui claro o mercado, mas também a comunidade, as associações, os excluídos de alguma forma a universidade tem que atender a todos”.

Para o Curso de Engenharia Civil da PUCPR seu posicionamento está na busca em adequar seu planejamento estratégico às grandes necessidades sociais, almejando soluções integradas com o mundo. Por princípios éticos procura passar ao

aluno a necessidade de estar a serviço da sociedade, exercendo sua função de forma integrada a outras áreas de conhecimento. Procura atender a sociedade possibilitando aos alunos a educação continuada, preocupando-se com as inovações, áreas emergentes e oportunidades. Posiciona-se também dando ênfase ao mercado de trabalho e suas exigências, sintonizando anseios e na atuação como entidade filantrópica.

“Procuramos formas de atender à sociedade e aos alunos egressos, e uma forma é dar um estudo continuado”.

“A universidade vem atuando como uma unidade de negócios, olhando os concorrentes, olhando o planejamento estratégico (...)”.

“Nosso curso está centrado em cinco pilares: um é o próprio curso de graduação, outro é o stricto sensu, nós temos o mestrado aqui também que é um dos pilares, outro é o processo de educação continuada, são os diversos cursos de especialização, ao todo dezesseis, alguns cursos de extensão, e estamos agora lançando em 2002 o quarto pilar que é o BETA/Empresa que inclusive tem um ícone desse programa em São José dos Pinhais, a casa do empreendedor. O quinto pilar seria o projeto pedagógico não só em si, mas todo esforço que a universidade tem feito para melhorar e melhor qualificar seu corpo docente.”

Para o Curso de Administração da PUCPR o posicionamento da universidade está em qualificar seu corpo docente e discente sempre visando à melhor formação possível, à capacitação do profissional apto a desempenhar suas funções atendendo às necessidades do mercado de trabalho. As instituições de ensino superior precisam buscar adequação ao máximo com o mercado de trabalho, é parte da competitividade.

A PUCPR posiciona-se como unidade de negócios, olhando os concorrentes, melhorando seu planejamento estratégico, vendo oportunidades e ameaças, buscando maior poder no sentido de formar melhor o seu profissional.

4.2 ANÁLISE DOS DADOS DA UFPR

É fato que a globalização afeta em interferências externas em relação ao ensino público no país, podendo não afetar de maneira imediata dada a complexidade da estrutura universitária, mas com certeza as suas interferências esbarram em relações que são construídas gerando um plano de imediações, induzindo à privatização. Este é um dos pontos levantados na análise dos dados, inclusive ressaltando que a globalização pode formar uma demanda que a universidade nem sempre está pronta em atender.

Pela análise dos dados da UFPR corrobora-se a idéia de que a globalização afeta a universidade, pois afeta a sociedade como um todo, sendo um marco nas relações sociais. Não se deve pensar numa relação mecânica, mas à medida em que a globalização é traduzida por determinada política governamental, aí sim implicará em mudanças na UFPR.

Dois aspectos podem ser salientados no que se refere à influência da globalização para a UFPR: um aspecto positivo seria pensar a universidade como parte de uma estrutura não regional, mas mundial, uma universidade consentânea com os seus problemas, voltada ao atendimento das necessidades do mundo do seu momento.

O aspecto negativo se refere ao fato de que existem perspectivas de adequação de maneira estrita, coercitiva ao mercado, e que se deve ter uma posição mais crítica.

Estágios em empresas estrangeiras exigem um conhecimento padronizado com o mundo e a UFPR não é exceção em relação aos convênios e estágios como outras universidades. Os movimento da globalização ocupam todos os espaços possíveis, justificando a necessidade de se ter condições para desenvolver habilidades culturais, cross culture competences.

Considerando-se ainda que são os setores de maior crescimento: softwares, hardwares e educação seguidos da comunicação, em função da globalização e mudanças decorrentes no mundo, corrobora-se a influência da globalização no setor educacional.

Percebe-se também a influência da globalização na preocupação com a flexibilização e internacionalização da UFPR, no processo de aprendizagem que vem mudando em função da tecnologia da informação originada no processo da globalização.

4.2.1 OBJETIVOS E FUNÇÕES DA UFPR

O Curso de Pedagogia UFPR ressalta o tripé conhecido como ensino, pesquisa e extensão. Ensino voltado para produção, sistematização, divulgação do conhecimento, realizados nas três esferas (ensino, pesquisa e extensão), sistematização de conhecimento produzido na prática social, portanto deve ser próximo da prática social. É preciso entender a universidade como espaço de sistematização de saber.

A universidade tem vínculo e responsabilidade social com a preservação da sociedade, com objetivo de produzir uma classe dirigente, com capacidade de guiar sociedade, formar dirigentes para nossa sociedade, manter tradição histórica das profissões e das direções da sociedade, cabendo ainda à Instituição constituir a base necessária ao desenvolvimento da reflexão crítica, do pensamento global do conjunto

da sociedade. São suas funções também tarefas específicas no sentido de prover o desenvolvimento científico e tecnológico, interferir no debate e vida cultural, fornecendo subsídios para efeito reflexivo, para a melhoria do padrão de vida cultural, cumprir atividade assistencionista, propiciar às populações acesso aos benefícios daquilo que a universidade produz, a universidade deve estar voltada para a sociedade, buscando a melhoria do padrão de vida do conjunto das pessoas.

Como objetivos do curso encontram-se os de preparar profissionais para atuação na área da educação, entender a educação enquanto fenômeno social e humano; formar professores ampliando espaços de atuação desses profissionais, preocupação com a formação de ser humano, da cultura humana. Ajudar a universidade ao cumprimento de suas funções com as tarefas de ensino, pesquisa e extensão, qualificar professores num sentido abrangente, amplo são suas funções. Ainda, formar educadores como sujeitos preparados para intervir no sistema educativo, buscando a melhoria do processo como um todo.

“A universidade tem como objetivo o tripé do ensino pesquisa e extensão, aquilo que deve estar voltado para a produção, sistematização e divulgação desse conhecimento, realizado nas três esferas, no ensino, na pesquisa e na extensão (...) quanto mais próxima a universidade estiver da prática social seja via os alunos, seja principalmente pela extensão que é essa relação mais próxima com a prática social, eu acho que melhor ela vai estar realizando esse trabalho de fato estar sistematizando e elaborando um conhecimento que de fato atenda às exigências dessa prática(...)”.

“A universidade é a instituição que está destinada a constituir a base necessária do desenvolvimento da reflexão crítica, do pensamento global do conjunto da sociedade, deve ter tarefas específicas no sentido de prover o desenvolvimento científico e tecnológico (...) deve interferir no debate cultural, na vida cultural , no sentido de fornecer subsídios para o efeito reflexivo, para a melhoria do padrão de vida(...)”.

“A universidade tem a função e responsabilidade juntamente com o estado de preservar a sociedade e como objetivo essencial produzir uma classe dirigente, com capacidade de guiar essa sociedade (...), já que o acesso é impossível para todas as pessoas nesse modelo de sociedade que nós conhecemos hoje, pode ser que um dia nós possamos ter grupos de autogestão, mas para a universidade hoje o objetivo está em manter essa tradição histórica da profissões e dessas direções da sociedade.”

“O ensino, a pesquisa e a extensão são os objetivos mas também para a engenharia, a atividade de consultoria porque a universidade tem muito a contribuir em termos de iniciativa privada que está carente no mercado de trabalho. A universidade deve estar participando disso no mercado.”

Para o Curso de Engenharia Civil da UFPR os objetivos e funções da universidade estão no ensino, pesquisa e extensão intensificando-se em formar bons profissionais, bons docentes e também gerar conhecimento passado no ensino e na extensão de fins sociais. Como objetivos do curso encontramos os mesmos objetivos da universidade além da atividade de consultoria, onde a universidade tem muito a contribuir em termos da iniciativa privada que está carente no mercado.

Para o Curso de Administração da UFPR o trabalho da universidade está sobre o tripé: ensino, extensão e pesquisa, onde a geração e reprodução do conhecimento através do ensino em benefício da sociedade são funções primordiais da universidade. O atendimento à comunidade deve ser feito de diversas formas: pesquisas, relacionamento com empresas, em conjunto com outras funções didáticas e de pesquisa; didáticas em transmitir o conhecimento, e a pesquisa, buscam aumentar o cabedal de conhecimento. É objetivo específico do curso formar profissionais de maneira que possam enfrentar os desafios e as oportunidades que a vida lhes oferece, seguindo a preparação de profissionais que permita a realização de empreendimentos humanos, formando administradores e cidadãos competentes que possam ajudar o desenvolvimento da sociedade gerando riqueza e distribuição dessa riqueza para a comunidade.

“Os objetivos da universidade são basicamente preparar as pessoas da comunidade a enfrentar melhor os desafios e as oportunidades que a vida oferece. Gerar conhecimento e transmitir esse conhecimento para o benefício da sociedade”.

“O papel da universidade é a geração de conhecimento, é a reprodução do conhecimento através do ensino e o atendimento á comunidade de diversas formas...”

Para o Curso de Pedagogia da UFPR existem convênios e interações até por imposição da LDB/96 como estágios obrigatórios, para complementar a formação do profissional, propiciar aos alunos o intercâmbio e trocar experiências.

Existe um conjunto de convênios, interações ou parcerias. Em um processo de aproximação com a empresa, há uma atmosfera econômica que pressiona nesse sentido. Pela própria especificidade do curso de Pedagogia, existe uma maior proximidade com sistemas de estrutura de ensino, auxiliando na qualificação da docência, prestando assessoria. Pólo que vem se intensificando justamente para que a universidade não fique voltada só para si, buscando cumprir seu papel com a periferia, e não só fazer o atendimento ao meio empresarial.

“Nós trabalhamos preferencialmente com escolas públicas, então é muito comum fazermos convênios com secretarias estaduais de educação, municipais de educação (...) com empresas os convênios são questões mais episódicas, até porque a entrada do pedagogo na empresa é muito recente(...) Existem alguns casos de convênios para pesquisa como a Siemens, Eletrolux, Petrobrás, e aí é uma oportunidade para pensar o papel do pedagogo na atualidade(...)”.

“Existe um conjunto de convênios e também de relação mais particulares com empresas, é um processo de aproximação que vêm se acentuando cada vez mais, há uma atmosfera econômica que pressiona nesse sentido”.

Para o Curso de Engenharia Civil da UFPR existem convênios com CEFET, PUCPR, Universidade Estadual de Ponta Grossa, e outros como COMEC, Prefeituras, inclusive IEL, SENAI, etc., entre outros com empresas que são diversos. Em função de repasse de conhecimento esses convênios que podem ser gerais ou isolados, geram interação institucional de representatividade em órgãos empresariais. Nos níveis operacionais a interação é individual.

“A função do convênio é também um repasse de conhecimento, às vezes até questão de patrocínio de algum evento, mas é pela troca de conhecimentos, inclusive entre universidades”.

“Eu acho que o colegiado deveria pensar mais nas parcerias que deveriam ser feitas, mas na engenharia nós temos esse problema de termos três departamentos que dividem a parte profissionalizante do curso. Então enquanto outros cursos têm um núcleo em um departamento e disciplinas básicas dispersas em outros departamentos, o nosso tem o ciclo básico que são os primeiros dois anos, e nos três anos seguintes são três departamentos que determinam e dividem o curso, que são o da Construção Civil, Transportes e, Hidráulica e Saneamento...os departamentos não trabalham juntos todas as questões para trazer vantagens para o curso”.

Para o Curso de Administração da UFPR sobressaem as cooperações científicas, técnicas e acadêmicas que envolvem amplos objetivos, como intercâmbio e pesquisas conjuntas. Os convênios e parcerias com a Universidade da Flórida, Universidade Estadual de San Diego, PUCRJ, etc, viabilizando intercâmbio de alunos, reconhecimento de créditos são exemplos da integração mundial que se fortalece, também nos contatos individuais de professores e profissionais da área buscam troca de experiências e atualização. A universidade fica distante da comunidade por dificuldades políticas e ideológicas.

“Ao nosso ver a universidade fica muito distante da comunidade, e até por uma visão política, ideológica, de uma ala da universidade que consegue dominar esse processo, e que acabam tendo uma visão de que uma aproximação com algumas empresas seria um tipo de empreguismo (...), eu acho isso uma grande confusão”.

“(...) mas nós temos tido dificuldades grandes aqui porque não é a visão da administração da universidade, não é a visão da direção de nosso setor, que tem uma visão muito preocupada de que a aproximação com o empresário possa corromper os valores da universidade. Na verdade eu acho que a nossa velocidade está defasada em relação ao mundo moderno nesse sentido.”

“O que a gente estipula é o termo que significa convênio, na realidade você tem termos de cooperação tanto científica, técnica, acadêmica que envolvem objetivos amplos.”

Em relação ao desempenho da universidade o curso de Pedagogia da UFPR ressalta uma dificuldade, a universidade dividida em setores tradicionais, onde a universidade é muito fechada, voltada para si mesma, sem a devida interação com a sociedade; e a existência de setores mais sensíveis onde há a relação com a prática social buscada por meio da extensão da pesquisa, existe a preocupação da universidade não só servir a elite, estar aberta a todos, em alguns setores que estão sensíveis à mudança e procurando melhorar.

“Eu acho difícil falar da universidade, na verdade você tem muitas universidades dentro da própria universidade. Eu acho que se tem ainda um peso muito forte ainda de um ranço, da universidade, em alguns setores mais tradicionais principalmente, de a universidade ser muito voltada, muito fechada em si mesma, aquela coisa da pesquisa pela pesquisa, ou aquela coisa da pesquisa encomendada pela empresa, mas sem uma interação muito grande com a sociedade, é...tem uma coisa de uma tradição muito forte em tudo isso até uma

visão muito autoritária quanto ao tipo de aluno, ao perfil de aluno, sabe alguns setores que acham que o aluno tem que entrar pronto aqui, e então acham que se tem que fazer uma seleção, a mais rigorosa possível...mas eu acho que isso tende a mudar, alguns setores são mais sensíveis(...)”.

Tal dificuldade de se ter uma visão individual; disputas políticas internas, divisão entre setores que compõem a universidade; a importância da visão política de cada setor na formação dos dirigentes sociais e profissionais competentes prevalece na UFPR, que é eclética, plural, heterogênea. Seu desempenho é considerado bom em geral para todos os setores do ponto de vista ético e também quanto à geração de novos conhecimentos. Busca uma sociedade mais igualitária, aberta a toda a sociedade, que não venha não formar para o mercado que nem sempre atende aos princípios éticos. Percebe-se uma contradição política em termos de discussão ética e de política de que tipo de sociedade é almejado.

O curso de Engenharia Civil da UFPR pelas avaliações nacionais acredita que a universidade está muita bem avaliada, o curso de engenharia civil também (4º Lugar das federais/ o curso específico de Eng. Civil 4º. Lugar entre federais e particulares do Brasil), sendo que a universidade consegue ainda dar o embasamento apesar das dificuldades de infra-estrutura. Em números e em qualidade o desempenho é medido pelo MEC, CAPES, e a universidade apresenta um bom desempenho de modo geral. Existe uma dificuldade em medir desempenho que a sociedade percebe, a imagem de eficiência da universidade. O momento de greve conduz a uma reflexão sobre o desempenho da universidade:

“Eu acho que é um bom desempenho o da universidade, mas o desempenho que a sociedade enxerga da universidade, isso eu acho que honestamente falta, vender uma imagem melhor do que nós fazemos e podemos fazer pela sociedade, o momento atual por exemplo, as categorias estão em greve e a gente não vê o apoio da sociedade, não vê a mídia influente comentar, debater, acho que nosso desempenho não é bem avaliado pela sociedade, então a avaliação é feita internamente, o Mec nos avalia, a CAPES nos avalia, nós nos avaliamos...mas a sociedade...não é só uma questão de mercado...por ser uma universidade pública esse desempenho deveria ser cobrado e avaliado melhor pela sociedade(...)”.

Para o Curso de Administração da UFPR dentro dos critérios de avaliação de curso estabelecidos pelo MEC para medir desempenho o curso obteve conceito A, o

que é considerada excelente avaliação sendo resultados do Provão pela Avaliação Nacional de Curso (ANC), triplo A durante os cinco anos seguidos.

“Eu queria colocar para você a seguinte situação: por melhor que esteja sempre há espaço para melhorar. A segunda coisa, você tem avaliar a universidade sob um aspecto relativo, e não absoluto. Então qual o aspecto relativo? Aspecto relativo é o seguinte, é a matéria-prima que entra, a matéria-prima na universidade é o aluno. Então a universidade alfa de um ponto de vista, a nossa, tem um privilégio, porque como existe uma procura maior pelos cursos dela de adm. são mais concorridos, a seleção é de alto nível, o aluno já entra mais bem informado, isso é uma vantagem competitiva tremenda.”

Quando questionado sobre o que afeta a universidade o Curso de Pedagogia da UFPR indica a que questão política educacional afeta muito, as reformas governamentais. As reformas devem fazer uma leitura das demandas da sociedade na tentativa de traduzi-las em mudanças, mas nem sempre isso acontece. O que traz a mudança efetivamente são as pressões sociais (mercado, alunos, sociedade em geral). O mercado deve se constituir como um padrão de referência, mas acima estão as condições correspondentes à estruturação do processo educativo no Brasil. A perspectiva de atender às demandas da sociedade é o fator que mais impulsiona no sentido às mudanças.

Para o Curso de Engenharia Civil da UFPR o aluno que chega à universidade, hoje é mais imaturo e muito exposto a informações gerais, o currículo e suas alterações são feitos em função das necessidades sociais. Fatores como a infra-estrutura afetam o curso, assim como a qualidade dos professores, a pesquisa e a produção de conhecimentos em longo prazo, pois o conhecimento será repassado ao aluno.

Para o Curso de Administração da UFPR existe uma tendência ao empreendedorismo maior do que trabalhos em cargos públicos, multinacionais, empresas, etc. Existe interesse por empresas privadas e serviços. Hoje o administrador está mais preparado para a sociedade, com menos maturidade.

4.2.2 COMPARANDO A UNIVERSIDADE TRADICIONAL E ATUAL

Para o curso de Pedagogia da UFPR hoje o pedagogo é formado para ser articulado, buscando ser especialista na área de educação de modo geral para depois escolher uma optar por uma especialização que fica para a Pós-graduação, hoje a diferença está na formação mais abrangente, outrora era uma formação mais fragmentada, desde 1970 com a escola apresentando um padrão empresarial taylorista, uma divisão de trabalho taylorista. Desde 1980 mudanças foram aproximando para uma forma mais integrada. Hoje se busca conciliar a docência e o especialista em educação, existe o desafio de se fazer a formação integrada e ao mesmo tempo genérica sem ser superficial.

A LDB/96 foi um marco nessas mudanças, antes o pedagogo era formado para cumprir funções específicas da escola, orientador e supervisor educacional, funções extintas pela LDB. Hoje no Brasil existem cursos com vários tipos de currículos. Mudanças nas características, pois o pedagogo é formado hoje com uma formação mais geral e é a sociedade quem determina onde será absorvido o pedagogo de hoje, que terá autonomia e condições de continuar se desenvolvendo e aperfeiçoando seu trabalho.

Hoje o espaço da Pedagogia se ampliou para espaços não formais (escolas), hospitais, escolas, multinacionais, equipe de RH, criação de jogos educacionais, interação com a informática, etc.

“Acho que é como lhe falei, tem uma questão que é a política educacional, as reformas governamentais que de alguma forma interferem. Essas reformas em tese deveriam estar fazendo uma leitura das demandas da sociedade tentando traduzir isso em mudanças, nem sempre é assim (...)”.

“Temos uma tradição importante no sentido do debate, da promoção de uma reflexão continuada; temos (...) as nossas mudanças talvez não possam ser assim contabilizadas no período correspondente a um ano, em geral elas se ajustam e se adequam às mudanças que estão associadas a vida social a vida econômica e cultural, e de forma que talvez mais imediata, as alterações no plano legislativo na legislação do ensino”.

Mudanças em virtude da reformulação desde 1970, quando o curso de pedagogia definia-se com orientação mais técnica, mais limitado, departamentalizado,

segundo o substrato taylorista que embasava as condições do desenvolvimento do curso. Hoje o curso é mais voltado para conceber a ciência, a produzir ciência e reflexão crítica para preparar a cidadania. O pedagogo deve poder interferir na vida social, cultural e particularmente na escola de maneira crítica ajudando a sociedade a se tornar melhor sem perder de vista a melhoria do padrão pedagógico.

“(...) esse processo na verdade é demorado, sua origem é localizada naquelas mobilizações que aconteceram na década de 80 com a apresentação do projeto para a nova LDB, com a mudança da carta constitucional do país, e do plano do estado, então há um momento de bastante fermentação pedagógica, cultural, política, que nos leva e nos impulsiona, e só vai se efetivar já em 90. Em 96 formalizamos a última reformulação estrutural de nosso curso, reunificamos o curso não como nos moldes do passado, mas tentando fazer frente às necessidades contemporâneas, e assim por diante. Nesse período reformulamos acho que em profundidade concluindo esse processo em 96. Digamos que dada a natureza móvel do pensamento, da atividade educativa e pedagógica, é lógico que o processo vai gerando ajustes, modificações, mudanças, neste momento, nós estamos diante da tarefa de fazer um ajustamento do curso, da estrutura e da formação do licenciado, tendo em vista a aprovação da última LDB aprovada em 96, então temos agora de fazermos ajustes pra darmos conta das novas demandas legais, dos requisitos previstos também pela LDB”.

Para os Curso de Engenharia Civil e Administração da UFPR hoje ainda falta para o aluno maior maturidade, responsabilidade e também em qualidade de ensino. Pelo fato do mercado em recessão no setor de engenharia civil, o profissional precisou diversificar sua área de atuação, não só na construção civil, a própria expectativa do aluno mudou em relação ao curso.

Os Cursos de Pedagogia de Engenharia Civil da UFPR o egresso precisa ser um profissional mais completo, com fluência em outros idiomas, que compreenda as tecnologias de seu tempo e seja capaz de absorver as novidades com rapidez, possibilitando um serviço adequado à comunidade, é o que se espera principalmente de seus egressos, também que tenha raciocínio lógico e competência que irá se fortalecendo com o tempo. Ser empreendedor é uma necessidade reforçada em função da globalização, seguida de uma visão de oportunidade e inovação, conhecendo tecnologias e sabendo aplicá-las.

Para o Curso de Administração da UFPR o egresso deve ter a capacidade de solucionar problemas com criatividade, atender aos anseios das organizações demonstrando habilidades e conhecimento. Quando questionado sobre o que interfere na modernização do curso o Curso de Pedagogia da UFPR salientou a demanda social, sociedade e mercado de trabalho, políticas educacionais. Recursos financeiros ou a falta deles também foi bastante comentada entre os professores entrevistados seguidos da política do MEC, do ponto de vista econômico os investimentos na universidade, do ponto de vista político a falta de pesquisas (vem melhorando), sendo então mais destacados os seguintes fatores: segmentos da infra-estrutura, da pesquisa, da legalização através do MEC que impedem o processo de movimento mais rápido.

“Primeiro lugar o que mais faz o curso mudar é a demanda de mercado, ela é feita de uma forma não científica, é interpretada numa forma não científica, mas ela é feita por professores que se reúnem e que começam a avaliar e diagnosticar o que eles querem fazer diferente aqui dentro. Eu vejo isso em dois níveis, e acho importante que você fique sabendo, o primeiro nível: que é o nível de estrutura curricular, e o segundo nível que é o nível de conteúdo programático. O nível de estrutura curricular nós temos pouquíssima flexibilidade, é uma vez estabelecido o currículo. A partir daí a flexibilidade é praticamente nula, além disso, que o processo curricular é um processo complicado, demorado (...)”.

Toda influência deve ser filtrada e lembrada buscando promover transformações efetivas e não só de adaptação ou ajustamento ao padrão societário estabelecido. Para o Curso de Engenharia Civil da UFPR a falta de recursos, infra-estrutura, competência e atualização do professor são os fatores mais significativos seguidos de investimentos na universidade desde aquisição de equipamentos, espaço físico até a capacitação constante dos professores.

Para o Curso de Administração da UFPR os impactos internos como definição de nova política de gestão de educação afetam conduzindo às mudanças, assim com também a falta de política prejudica a prospecção de recursos financeiros necessários para a melhoria das condições de oferta do curso. A estrutura extremamente ritualística da universidade prejudica a sua modernização e a falta de flexibilidade.

“Teriam dois aspectos na minha opinião, existem os fatores internos e externos. Os externos relacionados a mercado e a comunidade exigem uma

flexibilidade do curso e uma rapidez de ação para eu me antecipar a essas mudanças, que os aspectos internos da universidade não permitem. Então a ação dentro da universidade é muito documental, qualquer coisa que eu pense em fazer eu tenho que ver se está coerente com as resoluções, está coerente com a política, existe toda uma tramitação de decisão de plenário departamental, no conselho federal, nas várias áreas relacionadas a mudança em questão. E isso consome tempo e faz com que nós não respondamos na velocidade que o ambiente externo nos exige, então a questão do fato de crer na tradição da universidade mais antiga do Brasil, nem sempre é uma vantagem, cria-se essas dificuldades.”

Sobre as mudanças, quais alterações curriculares e suas causas o Curso de Pedagogia da UFPR relembra a implantação de currículo em 1996, em virtude da mudança da última LDB. Antes havia a formação do pedagogo com duas especificidades ou habilitações: orientador escolar e supervisor escolar. Faltam as diretrizes curriculares para transformar o novo currículo, os cursos estão aguardando, pois existe parâmetro curricular, mas faltam as diretrizes em termos de lei quando foi suspenso o antigo com a última LDB, e hoje os cursos estão esperando ação diretiva do MEC.

Para se adequar às mudanças da sociedade, associadas à vida social, econômica e cultural a universidade precisou mudar. Em 1970, houve um conjunto de medidas legais que afetaram a estrutura da universidade e do curso, criando habilitações específicas, um curso de Pedagogia fracionado, de acordo com o espírito pedagógico da época. Foi um processo demorado, e na década de 80 com a mudança na Constituição, apresentação de projeto para a nova LDB, há um momento de bastante fermentação pedagógica, cultural, política que impulsiona mudanças que são efetivadas em 1990. E em 1996 é formalizada a última reformulação estrutural do curso de Pedagogia, concluindo processo. Reunificação do curso, processo gera ajustes, modificações, mudanças. Ajustes são necessários para atender às demandas sociais e legais.

Para o Curso de Administração da UFPR a necessidade de mudar a concepção do curso existe em função de mudar o perfil do egresso, então a flexibilização do programa (Lei 1973) vem buscando uma melhor capacitação do aluno para atuar no mercado de trabalho. O Curso está aguardando aprovação da LDB para modificar

habilitações ultrapassadas, manter padrão de qualidade e necessidades de incorporar novas tecnologias, a tecnologia muda também à forma de se gerenciar.

Foram refeitos dois projetos pedagógicos com a preocupação de adequar o ensino aos novos tempos ditados pela globalização, pelas mudanças da sociedade e da comunidade. Foram feitas mudanças no programa, currículo, conteúdos, ementas e bibliografia.

4.2.3 A GLOBALIZAÇÃO E A UFPR

Para o Curso de Pedagogia UFPR a globalização afeta a universidade, pois afeta a sociedade. Não se pode pensar numa relação mecânica, afeta porque é um marco de relações sociais, pois à medida que a globalização traduzida por determinada política governamental isso tem efeito na universidade, seja implicando em menos verba para as políticas públicas, investindo menos na universidade, seja pela questão do mercado de trabalho que será afetado existindo uma demanda menor ou maior em determinados setores.

“Afeta porque ela afeta a sociedade, acho que não dá para pensar que é uma relação mecânica, isso aqui afeta aquilo ali, não é assim, afeta porque é um marco de relações sociais, obviamente passa a ser de relações inter-pessoais, afeta a medida que essa política, a globalização aqui foi traduzida por uma determinada política, acho que não é a globalização em si mas a forma como o governo traduziu essa globalização.”

A globalização afeta em duas principais questões: interferências externas em relação ao ensino público no país, induzindo à privatização, e estando do ponto de vista econômico a globalização passa a influenciar diretamente a universidade; e do ponto de vista revolucionário a globalização e os avanços vem atingindo o curso formando uma demanda que nós nem sempre estamos preparados a atender bem, pois faltam recursos devido à falta de investimentos, faltam equipamentos.

A globalização pode não afetar de forma imediata dada a complexidade da estrutura universitária, mas o mais provável é que as interferências esbarrem em relações que estejam sendo constituídas gerando um plano de imediações.

Pode ser entendida também como um processo contraditório onde dois aspectos podem ser salientados no que se refere à sua atuação: um aspecto positivo seria pensar a universidade como parte de uma estrutura não regional, mas mundial, uma universidade consentânea com os seus problemas, voltada ao atendimento das necessidades do mundo do seu momento. O aspecto negativo se refere ao fato de que existem perspectivas de adequação de maneira estrita, coercitiva ao mercado, e que devemos ter uma posição mais crítica.

“Nós sofremos um problema sério de identificação ideológica, existe uma ala da universidade que é a favor da globalização, que sente os benefícios do capitalismo, que sente as vantagens de se ter uma sociedade aberta, que exporte e importe e que troque informações com o mundo externo, e existe uma ala da universidade que é radicalmente contra (...)”.

Para o Curso de Engenharia Civil da UFPR a preocupação maior em realizar boas pesquisas na universidade, a cidadania percebendo o conhecimento como ferramenta mundial, a obrigatoriedade das universidades em preencherem seu quadro de professores mestres e doutores e a consciência dos próprios professores da necessidade de atualização, as inovações tecnológicas e informatização, o aluno mais exposto à informação e os estágios em empresas estrangeiras são o que exigem um conhecimento padronizado com o mundo.

Para o Curso de Administração da UFPR os movimentos da globalização ocupam todos os espaços possíveis justificando a necessidade condições para desenvolverem habilidades culturais, a cross culture competences. Na preocupação com a flexibilização e internacionalização da universidade o processo de aprendizagem mudou em função da tecnologia da informação originada no processo da globalização. Considerando-se como os setores de maior crescimento: Software, Hardware e Educação seguido de Comunicação são em função da globalização, das mudanças no mundo.

“A globalização, os movimentos da globalização ocupa tudo, não tem dúvida que afeta, a própria flexibilização do curso é em função de criar condições para desenvolverem habilidades culturais, o cross culture competences, algo assim, é já faz um ano e pouco, dentro dos cursos do reitor, há preocupação com flexibilização e internacionalização da universidade, agora na questão do dia a

dia nós estamos amarrados com existências de resoluções que permitem fazer frente a esses impactos, por isso nós estamos atrás disso, agora a forma, procedimento de aula muda, o professor competente hoje foge de aulas expositivas, quer dizer 5 % do tempo dele é que é expositivo, quer dizer a forma , o processo da aprendizagem está alterado em função de dessas questões da tecnologia, da tecnologia da informação.”

“Então isso é uma mudança de mundo, a gente até brinca estamos no terceiro melhor negócio do mundo. Esses impactos culturais e comunicação, quanto mais em tese se internacionalizar a universidade ou seja, você ter pessoas do teu meio indo para culturas diferentes, depois ele fazer uma reentrada que ele já vai estar numa 3ª cultura, já não vai ser nem a original nem a que ele foi recebendo professores visitantes, alunos de outras universidades que tenham interesse em ficar aqui, provavelmente a forma de ver o mundo de alunos e professores terá que ser diferente.”

Em função da velocidade das mudanças na Universidade o Curso de Pedagogia da UFPR prevê uma mudança lenta. É uma marca histórica essa academia pesada, isolada do mundo, e hoje está tentando mudar. Salienta-se que é necessária a agilidade em atender às demandas, mas sem comprometer a natureza própria da produção do conhecimento que não é a natureza do mercado. Para efetivarmos a mudança é preciso vontade política e recursos públicos, e existe uma acomodação da vontade da universidade para dominar os elementos da mudança, então é lenta.

“Em termos de velocidade de mudança tem várias mudanças que nós sabemos, identificamos, tem vontade política mas não tem recursos públicos necessários para (...)a mudança é rápida, mas a acomodação da vontade da universidade para dominar esses elementos ela é lenta, bem lenta, ela engatinha digamos assim.”

“A velocidade de mudança é lenta, a universidade está tentando superar essa lentidão, que é uma marca histórica dessa academia pesada, isolada do mundo, e ela está tentando mudar, até porque ela está sendo instada a fazer isso pela falta de recurso (...) a universidade dever ter maior velocidade mas não o aligeiramento, a eu não vou fazer pesquisa que só dá resultado daqui 20 anos, vou fazer só aquelas que me dão retorno logo, então eu acho que tem coisas que tem que ter agilidade mas também acho que tem coisas que tem que ter tempo, não é assim...agilidade em atender as demandas sociais é necessária, mas sem comprometer a natureza própria da produção do conhecimento que não é a natureza do mercado”

A mudança na universidade pública corresponde ao ritmo próprio da universidade, para bem e para o mal, a sua lentidão comparada à velocidade do mercado lhe permite uma visão crítica de conjunto.

Para o Curso de Engenharia Civil da UFPR a mudança na universidade é lenta, gradual, burocrática. O perfil de mudanças das empresas é muito veloz, o que tende diminuir velocidade na universidade privada por ser instituição de ensino e ainda menor na instituição pública devido a sua complexibilidade. A própria estrutura pedagógica - curricular não muda drasticamente como o mercado de trabalho, é mais lenta.

O Curso de Administração da UFPR também ressalta uma instituição histórica possui dificuldade em realizar rapidamente mudanças, existe uma perda de eficiência no processo de mudança. Lenta, devido sua estrutura burocrática e falta de flexibilização.

“Uma instituição com uma história comum com grupos estáveis, formando subculturas e muitas vezes com objetivos até divergentes, e isso você tem perda de eficiência no processo. Acredito que esse tipo de problema uma instituição nova ou particular não tem”.

Comparando mudanças entre universidade pública e privada o Curso de Pedagogia da UFPR acredita que se deve entender que de modo geral a natureza da instituição pública difere da natureza da instituição privada, e as pressões da demanda social recebem uma leitura diferente, uma interpretação diferente. A universidade pública tem maior autonomia no sentido de não negociar princípios, e a privada é mais pressionada em dar conta das demandas sociais.

“Na universidade pública você não pode mudar o período letivo, começou com uma proposta, terminou com ela, além disso uma alteração curricular você quando aluno entra ele tem uma grade curricular, não dá para mudar durante o ano dele de estudo dele, então as mudanças na universidade por pela forma de trabalhar dela são lentas. Uma escola particular pode mudar todo o ano, desde que ela mantenha aquela proposta enquanto o aluno estiver lá, numa pública muda muito pouco, então a pública, toda a parte de estrutura e de burocrática dela é um desastre, para você mudar uma vírgula ela, tem que passar por 500 instâncias, uma não gosta da vírgula, outra quer a vírgula vermelha, então ela é muito burocrática, é um desastre. Do ponto de vista de flexibilidade é um desastre. Mas em compensação ,ela tem o melhor aluno e o melhor professor, é uma combinação que a torna imbatível mesmo que ela perca em algumas coisa ela tem aquilo lá.”

“Nós sofremos um problema sério de identificação ideológica, existe uma ala da universidade que é a favor da globalização, que sente os benefícios do

capitalismo, que sente as vantagens de se ter uma sociedade aberta, que exporte e importe e que troque informações com o mundo externo, e existe uma ala da universidade que é radicalmente contra (...)”.

Na universidade pública destacam-se as autonomias, a tradição, o cunho plural. Em função de projeto histórico e político, devido até a sua tradição possui uma velocidade mais lenta na sociedade, enquanto a universidade privada é mais dinâmica, vivendo em função do mercado e suas características de mobilidade social.

Pelo fato de ter maior proximidade com o mercado, em ter marcas empresariais mais nítidas, a instituição particular consegue um ajustamento mais rápido do que a pública, criando novos cursos e atendendo às novas exigências que são definidas, enquanto que o fato de a universidade pública não acompanhar o mercado possibilita uma mudança a ser implementada, a ser efetivada permite uma vida coletiva mais densa, possibilita a oferta de cursos que não corresponda a interesses do mercado propriamente, mas corresponda a interesses da cultura, de refletir criticamente sobre a cultura.

O Curso de Engenharia Civil da UFPR acredita que a universidade federal busca gerar o conhecimento, busca a pesquisa enquanto muitas universidades particulares fornecem a diplomação buscando atender ao mercado de trabalho.

“Não posso opinar porque eu não conheço nenhuma universidade particular internamente, mas eu acredito que deva haver diferenças porque eles precisam as mais novas principalmente, de uma credibilidade do seu diploma, e essa credibilidade vai vir do emprego do seu ex-aluno, então hoje você já vê na mídia outras universidades de engenharia civil mostrando que o seu formado é absorvido pelo mercado em empresas de ponta, que tendem a ser empresas transacionais, multinacionais...acredito que tende a haver essa diferença porque eles tendem a ter uma sinergia maior com as empresas, e a UFPR por ser a pública, e o curso de eng. civil existir desde 1912, e em relação ao ser formado ela não precisa disso, ela já tem uma marca, tem um nome que ainda vale alguma coisa, não sei por quanto tempo mais ainda vale.”

A universidade pública enfoca a melhor formação cultural e profissional enquanto a instituição privada visa a empregabilidade de seus egressos. A credibilidade da universidade federal é muito mais reconhecida na formação de seus

alunos, sua mudança é muito mais elaborada, refletida, sem a grande preocupação de estar em sintonia com os anseios do momento do mercado.

As instituições particulares possuem uma sinergia maior com as empresas e isso traz diferenças em seu processo de mudança e adaptação ao meio.

Para o Curso de Administração da UFPR a universidade pública sofre com morosidade, lentidão, falta de recursos, dificuldades na operacionalização de mudanças que não ocorrem na universidade privada.

4.2.4 POSICIONAMENTO DA UFPR

Em relação ao posicionamento da universidade o Curso de Pedagogia da UFPR indica que a dimensão do mercado não interfere na universidade pública, a demanda que a universidade deve corresponder é a social, a comunidade, as associações, até mesmo aos excluídos que não estão no mercado, enfim a todos. Sendo a universidade com visão plural e heterogênea, respondendo em relação ao curso de Pedagogia, a universidade não está preocupada com as exigências do mercado, preocupa-se em formar o pedagogo como bom profissional, com compromisso ético e que tenham conteúdo, com competência.

“Na universidade pública creio que a dimensão do mercado não interfere de forma de forma tão absoluta, interfere, há exigências, mas há aquilo que se tem que tomar cuidado porque o mercado percebe e se tem que mudar, mas há outras coisas que o mercado não considera importante e se a gente só for fazer o que o mercado considera importante a gente vai deixar de fazer muita coisa (...).”

“Estamos tentando formar profissionais que trabalhem com ensino e aprendizagem e que fundamentalmente tenham um compromisso ético e que tenham conteúdo”.

A universidade tem a preocupação maior com a formação da sociedade e não só com a demanda do mercado, então a mudança ocorre quando julgamos que é

necessária para a melhor formação do pedagogo, e não pelo fato do mercado exigir transformação.

Tratando-se de uma sociedade erigida a partir da relação capital-trabalho, uma sociedade de conformação capitalista, uma sociedade em que o mercado ocupa papel central não se pode ignorá-lo, mas não se pode pensar em um processo como ajustamento de mercado, pois isso descaracterizaria a universidade com tal. A universidade não é um apêndice do mercado, ou um organismo a serviço do mercado, sobretudo enquanto instituição pública, pois deve estar a serviço da sociedade como um todo e não apenas a setores dominantes.

Para o Curso de Engenharia Civil da UFPR a universidade como um todo não tem a preocupação de atender ao mercado de trabalho, atender a sociedade sim.

Existem ações isoladas de grupos de professores ou departamentos que procuram realizar atividades mais próximas do mercado de trabalho, muitas dessas ações não tem fomento sistemático. Para o Curso de Administração da UFPR seu posicionamento está em atender ao mercado precisando olhar para o futuro como poucos segmentos são capazes. A universidade precisa atender aos pleitos da sociedade, mas ainda manter sua autonomia, dividida a esse respeito a universidade tenta fornecer subsídios para que seus alunos tenham uma visão fundamental e deixar a eles o direito de escolha.

“Nós temos algumas tentativas, uma delas é a alteração do projeto pedagógico, quer-se flexibilizar, permitir que o aluno tenha contato com realidades diferentes, que é o que mercado está exigindo, um profissional mais completo, ele não quer um executor, ele quer uma pessoa que pense muito mais do que antes, então é (...) nós temos tentativas de atender ao mercado, mas nós temos tentativas e não estamos conseguindo, nem do mercado nem da sociedade, tem muita coisa ainda a fazer...agora para que isso aconteça os aspectos internos da universidades, a tradição precisa ser deixada um pouco de lado, nós temos que repensar...nós precisamos ser mais rápidos, menos documentais, e me perdoem os puristas , mais mercadológicos...”

“(...) o papel da universidade é olhar para frente, então eu vejo poucos segmentos capazes de enxergar o futuro, às vezes vêem bem só o passado, a universidade tem que olhar o futuro. O aluno entra hoje e sai daqui a 4 ou 5 anos, ele vai aprender hoje o que vai usar daqui a 5 anos, então a

universidade tem que ter essa visão do futuro. Que a sociedade não tem, e nesse ponto a universidade tem que estar descolada da sociedade mesmo. Agora, ela tem que atender alguns pleitos da sociedade que ela também não atende, então o erro dela está nesse ponto.”

4.3 ANÁLISE DOS DADOS DO UNICENP

É uma instituição muito recente para ser possível medir o quanto está mudando e transformando-se em função de qualquer fator, levando-se em conta sua implantação em 1999.

Ressalta-se um pouco de dificuldade em relação a impedimentos legais para uma maior abertura do UNICENP, contudo pela análise dos dados pode-se entender que a globalização exerce certa influência na universidade pois existe e é relevante a necessidade de preparar o profissional com conhecimentos técnicos consistentes, com consciência crítica e atentando para as necessidades do mercado. Hoje se percebe maior facilidade em adquirir competência em função da globalização.

4.3.1 OBJETIVOS E FUNÇÕES DO UNICENP

Para o Curso de Pedagogia do UNICENP as principais funções da Universidade são segundo a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, prevendo no Cap. IV Art. 43, entre as finalidades da educação superior:

- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

- incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração.

“O Curso de Pedagogia do UNICENO é o espaço institucional voltado para formação de Pedagogos - Profissionais da Educação. Busca, incessantemente, nas chamadas ciências da educação, articular conhecimentos, métodos e processos que possibilitem sempre uma nova, melhor e mais completa interação/integração dos seres humanos no mundo do trabalho, tendo como eixo o reconhecimento da Educação como direito universal”.

Nessa perspectiva, o perfil do profissional formado pelo Curso de Pedagogia contempla a relação adequada entre a capacidade instrumental (técnicas, métodos) e a capacidade intelectual (pensar, estudar, criar, elaborar, gerenciar) para construir uma concepção teórico-prática alicerçada nos princípios definidos acima. Estes fundamentos teórico-práticos e metodológicos garantem ao Pedagogo atuar no mundo do trabalho com capacidade de: compreensão da natureza e especificidade da Educação, tendo em vista as necessidades dos amplos setores da vida social; domínio teórico-metodológico para atuar na docência da Educação Infantil, dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e das Disciplinas Pedagógicas do Ensino Médio; autonomia intelectual e competência técnica para implementação de projetos educacionais em diferentes modalidades e/ou níveis de ensino; entendimento da pesquisa como um instrumento necessário à criação e ao desenvolvimento de processos de ensino-aprendizagem; visão objetiva da estrutura escolar como espaço institucional voltado para transmissão, reelaboração e avaliação do conhecimento; domínio teórico-

metodológico sobre a elaboração e utilização de modernas tecnologias educacionais na produção/comunicação do conhecimento.

“Sendo objetivo do Curso de Pedagogia formar profissionais com conhecimento teórico, competência técnica e visão política, capacitados para atuar na docência e na gestão, bem como na organização, no planejamento e na avaliação do trabalho pedagógico em espaços escolares e extra-escolares.”

Assim, a grande finalidade do Curso de Pedagogia do UNICENP é capacitar o Pedagogo para desenvolver suas atividades nos seguintes campos da educação: Magistério da Educação Infantil, dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e das Disciplinas Pedagógicas do Ensino Médio. Na função de Pedagogo Escolar e extra-escolar o UNICENP procura incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado supere os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento; promover a progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno; fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando o ensino com pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão; organizar um modelo pedagógico capaz de adaptar-se à dinâmica das demandas da sociedade, em que a graduação passa a constituir-se numa etapa de formação inicial no processo contínuo de educação permanente.

“O curso de Engenharia Civil do UNICENP tem por objetivo formar profissionais aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade, promovendo a divulgação de conhecimentos técnicos, científicos e culturais que constituem patrimônio da humanidade e comunicando o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação, estimulando o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais”.

Da mesma forma, o curso deve prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade, além de promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da pesquisa científica e tecnológica e da criação cultural geradas na instituição.

Para o curso de Engenharia Civil o UNICENP deve incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado supere os desafios de renovadas

condições de exercício profissional e de produção do conhecimento; promover a progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno; fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando o ensino com pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão; organizar um modelo pedagógico capaz de adaptar-se à dinâmica das demandas da sociedade, em que a graduação passa a constituir-se numa etapa de formação inicial no processo contínuo de educação permanente.

Para o Curso de Administração do UNICENP a grande função da universidade está em ser voltada para a formação de cidadão, à cidadania, à responsabilidade social com lado profissionalizante levando a pessoa a ter espírito crítico, a ser questionador. O curso tem que ter duas vertentes, por um lado tem que dar o embasamento científico, noções de disciplinas básicas na área de ciências, tem que ajudar a pessoa a estruturar o trabalho científico, e por outro lado não pode deixar de olhar para a realidade e ter caráter bem pragmático.

Para o Curso de Pedagogia do UNICENP existe convênios com empresas de Curitiba e região Metropolitana, também com a Prefeitura Municipal de Curitiba e outros convênios incipientes com universidades.

Quando questionado se existe uma interação da universidade com as “empresas” ou convênios também com outras universidades, o Curso de Administração do UNICENP observa que:

“Existem convênios com empresas, são ao todo 26 empresas, prevendo uma série de atividades em comum. Com objetivo de trazer o mercado para dentro da universidade e levar a universidade para o mercado, de maneira bem ampla existem iniciativas, parcerias com outras Universidades, mas ainda é uma área incipiente”.

Para o Curso de Pedagogia do UNICENP, existem universidades com vários níveis, mas as que se propõem fazer um trabalho rigoroso, estão contribuindo significativamente para a formação dos jovens, mais no que se refere ao ensino.

“No UNICENP a preocupação é mais centrada com o ensino com pesquisa. Acredita-se que de uma maneira geral, a Universidade brasileira deveria investir mais no ensino para pesquisa.”

Para o Curso de Engenharia Civil do UNICENP em geral, parece que o nível de exigência da maioria das universidades vem decaindo em relação às duas últimas décadas, e existe uma expectativa de que o Provão colabore para a formação de melhores profissionais.

Em relação ao desempenho da universidade hoje o Curso de Administração do UNICENP acredita que ainda é muito novo, percebendo que existe uma motivação muito grande, e que está se construindo uma universidade diferenciada, a própria questão do campus, a infra-estrutura já sinaliza a proposta do GAMA. Quanto ao desempenho tem que se acompanhar, percebe-se um histórico que ainda resquício das Faculdades Positivo, mas será possível uma visão mais clara com os primeiros egressos saindo em 2004.

“A questão da disponibilidade pressiona muito e afeta muito os cursos. Para o Curso de Pedagogia do UNICENP o que mais afeta o curso de Pedagogia do UNICENP é que ele é ofertado no período noturno. Noventa (90%) dos alunos trabalham, o que acarreta problemas de falta de tempo e dificuldades para realizar atividades de leitura, pesquisa, sistematizações e outras fora do horário de aula. s principais fatores que conduzem à mudanças na Universidade são: professores bem qualificados (mestres ou doutores) e envolvidos em um processos de pesquisa e de formação continuada. equipe de professores comprometidos com a função educativa; biblioteca devidamente adequada e atualizada, inclusive com recursos da multimídia; gestão democrática. “

O curso de Engenharia Civil do UNICENP aponta como fatores o Provão, avaliações do MEC e reconhecimento da comunidade, na forma de contratação dos formandos. São considerados fatores que conduzem à mudança da universidade para o Curso de Administração do UNICENP:

“(…) no ambiente de ensino as pressões institucionais muito fortes, qualquer mudança nesse aspecto dificulta para acompanhar, envolve questões referentes ao credenciamento ou descredenciamento da universidade. Existem fatores de mercado que tem a ver com a demanda do curso que também afetam, quando se tem a condição de selecionar melhor evidentemente pode se ter um desempenho melhor no futuro. No Paraná existem 89 cursos de administração, o que prova serem muitos cursos de administração, o que pode ser considerado um complicador”.

Seriam a legislação, fatores econômicos e mesmo a concorrência os fatores de mudança, talvez um quarto aspecto poderia dizer em relação à busca de mão de obra qualificada de professores, o que se mistura um pouco com a questão institucional, e exigências legais.

4.3.2 COMPARAÇÃO DA UNIVERSIDADE TRADICIONAL E ATUAL:

Para o curso de Pedagogia do UNICENP acredita-se que hoje está preparando um pedagogo com uma formação mais orgânica, integrada, o currículo está menos fragmentado. Existem maior articulação entre a teoria e a prática.

Para o Curso de Engenharia Civil do UNICENP nas demais instituições, não se tem notícias de grandes mudanças. No UNICENP, a modernização da grade curricular contribui para a formação de um profissional melhor preparado para as novas tendências do mercado de trabalho. Porém a ênfase continua sendo na formação básica, pois dela depende o entendimento de novas tecnologias.

A principal diferença do administrador de hoje com o profissional tradicional para o Curso de Administração do UNICENP justifica-se no lado instrumental onde muita coisa mudou, com todo discurso da globalização, novas tecnologias que surgiram, pesquisas que necessitam de Internet.

Para o curso de administração do UNICENP sugere-se que seria uma pretensão vã hoje desejar como uma das competências que o aluno saia da universidade atualizado, seria uma pretensão tola achar que os egressos estão extremamente atualizados, pois a atualização é algo que terão que buscar pela vida afora, através da educação continuada, através da pesquisa, do esforço pessoas, de acordo com a área profissional a que se dirija, justificando-se assim sem sentido acho tanta mudança.

“Antes se falava em reengenharia, hoje o discurso é outro (...). O aluno deve ter um estímulo para buscar os recursos, a maior contribuição da universidade está na linha do ensinar como achar os recursos do que em passar conteúdo”.

Para o Curso de Pedagogia do UNICENP acredita-se que o futuro é promissor, pois o campo de trabalho está se ampliando a cada dia, não só em espaço escolar como extra-escolar. O que está ainda está causando polêmica e muitas indecisões e dúvidas são as políticas de formação. Mas o campo de trabalho existe.

Quando questionado o futuro da formação, o que está mudando, o que mais afeta a profissão para o Curso de Administração do UNICENP tem que se olhar para o que se entende do que é o ser administrador, que é uma profissão absolutamente pragmática, tem uma função mais de reflexão crítica de sociedade, não é bem pragmática, para intervir numa realidade que se chama organizações, não é uma intervenção empírica, é uma intervenção respaldada no conhecimento científico.

Então com isso em mente, se percebe que sejam quaisquer tecnologias, ou que estiver acontecendo no mundo tem que se criar meios para que isso continue acontecendo, o que existe são situações contingências, impressões de momento.

Para o curso de Pedagogia do UNICENP, o estudante presa: estar comprometido ou comprometer-se com a educação de qualidade e para todos. Encarar o estudo como uma forma de trabalho que exige esforço perseverança, sistematização e reelaboração do conhecimento. Valorizar o curso e os profissionais da educação. Creio que as competências as habilidades podem ser desenvolvidas no curso.

O Curso de Engenharia Civil do UNICENP sugere a necessidade de uma sólida formação de segundo grau em matemática, física, português e química. Quanto às competências e habilidades são requeridas dos estudantes para o curso de Administração da GAMA seis principais: espírito empreendedor, formação humanista, visão generalista, capacidade de comunicação, atualização, e capacidade lógico-quantitativa.

Para o Curso de Pedagogia e Curso de Engenharia Civil do UNICENP a disponibilização de computadores portáteis de baixo custo pode interferir (ajudar ou prejudicar) para a modernização do curso. Ainda para ambos os cursos não houve alterações curriculares do último ano, pois o curso é recente e moderno.

As alterações curriculares do último ano para o Curso de Administração do UNICENP existem:

“(...) uma mudança bastante grande nos últimos dois anos tem-se pensado em reformular a grade curricular, num processo bem participativo envolvendo todos os professores (...)”.

Hoje se raciocina com a metáfora de cadeia de valor, que é bem próxima da realidade de administração, numa ponta existe o aluno com um determinado perfil e na outra extremidade o perfil desejado do egresso, toda a grade curricular foi construída com base nisso, hoje na grade do curso de administração pode-se dizer que não existe nenhuma disciplina sem uma razão de ser frente esse objetivo. Essa mudança da grade anterior foi a necessidade de uma definição desse perfil de aluno.

“(...) Percebe-se aqui o isomorfismo mimético, onde as universidades aprendem a copiar um pouco da outra, como é que a da USP, da FAE, sem, entretanto fazer uma reflexão mais crítica em dizer porque que é assim e não de outro modo(...)”.

O que houve foi um ajuste em tentar situar cada disciplina a luz daquele perfil desejado, e aí é uma ação comunicada a todos professores para atuarem em conjunto e aos alunos. O curso de administração tem um passado que é Faculdades Positivo, onde o que acontecia era bem diferente do que acontece hoje no UNICENP. Desde 1999 o que provocou essas alterações curriculares, foi a necessidade de estar refletindo melhor sobre o curso de administração, a partir do que está acontecendo no mundo, e todas essas mudanças, essa passagem para um centro universitário o que se sugere relevante foi o fato da nova postura do MEC, e segundo a teoria institucional, um isomorfismo coercitivo.

Dentro do processo de avaliação existente é necessário enquadrar o curso dentro das chamadas condições de oferta em termos de infra-estrutura, e então se destaca mais do que globalização, internacionalização, as exigências legais do MEC.

4.3.3 A GLOBALIZAÇÃO E O UNICENP

Para o Curso de Pedagogia do UNICENP a globalização afeta a universidade (o curso) quando além de preparar o profissional com conhecimentos teóricos consistentes, com consciência crítica, existe a necessidade de estar atentos às exigências do mundo do trabalho e prepará-lo para isso.

Para o Curso de Engenharia Civil do UNICENP o curso é recente para se falar em mudanças. O maior efeito da “globalização” é sentido através do uso da internet, que possibilita o acesso a pessoas e fontes de informação de maneira rápida, passando a enfatizar o processamento da informação ao invés de sua aquisição e também é mais fácil adquirir competência.

Pensando em função da globalização (avanço tecnológico, técnicas educacionais, transformações sociais, cultura, comunicação,...), as mudanças ocorridas na universidade, para o Curso de Administração do UNICENP ainda existe uma situação que hoje o impedimento para que ela não se difunda mais é de natureza legal, é questão de se ter ensino a distância, tem esbarrado na questão legal, convênios, mas embora seja uma situação que vai interferir a médio e longo prazo, o UNICENP tem projetos grandes nessa área:

“Dentro do Grupo Positivo, temos a gráfica positivo, o portal de informática, e hoje uma boa parte de nosso trabalho se desenvolve nessa área. é um objetivo nosso também a educação à distância, mas não irá substituir o ensino presencial. Outro aspecto é questão das universidades corporativas, buscando parcerias com empresas em nível de graduação e pós”.

Na opinião dos cursos do UNICENP entrevistados a mudança da universidade pública difere da universidade particular; para o Curso de Administração do UNICENP sim, pois na universidade pública a amarração institucional é muito maior:

“(...) qualquer coisa a se fazer são 300 instâncias envolvidas a linha de comando é muito mais extensa, o número de interesses é muito maior, acho que na universidade particular existe uma figura que é a do dono que decide, claro que o seu limite de decisão não absolutamente arbitrário, pois também está marrado em primeiro lugar por essas questões institucionais, também que se movimentar dentro de certos limites, mas sem dúvida tem uma liberdade de ação muito maior, mais em tese em teoria é mais rápida sim (...)”.

O Curso de Engenharia Civil do UNICENP acredita que a universidade pública não dispõe de tanto equipamento quanto a universidade particular, nem tampouco a dedicação de seus professores parece ser tão exigida.

4.3.4 POSICIONAMENTO DO UNICENP

“O mercado não pode ditar os rumos de um curso de graduação, pois o mercado é volúvel e o curso deve proporcionar formação básica em ciência que possibilite a absorção de novas tecnologias pelo profissional. Variações do mercado podem ser atendidas através de cursos de extensão e especialização”.

Os Cursos de Pedagogia e de Engenharia Civil do UNICENP situam-se apenas observando as mudanças, posicionando-se para a sociedade no papel de proporcionar uma formação integral, além da profissionalizante, principalmente através dos exemplos de conduta moral e profissional dos professores do curso.

A universidade se posiciona em relação às exigências do mercado e da sociedade para o Curso de Administração do UNICENP procurando estar atentos e buscando estar incorporando as necessidades na grade curricular. Nesse sentido, existem alguns mecanismos para isso estar acontecendo, como as atividades complementares, ao longo dos anos os alunos tem 40h que precisam dedicar a cursos, seminários, temas de atualidade, ou relacionados a exigências de mercado, ou aqui ou em outro lugar, e precisam documentar, são artifícios que se utiliza para estar estimulando a participação no mercado.

4.4 COMPARAÇÃO ENTRE AS INSTITUIÇÕES

A partir da análise dos dados tornou-se possível identificar algumas características importantes das universidades selecionadas entre os cursos de graduação investigada, nas seguintes questões norteadora desta pesquisa:

4.4.1 OBJETIVOS E FUNÇÕES DA UNIVERSIDADE

- PUCPR:
 - Ensino, pesquisa e extensão em parceria com comunidade;
 - Promover formação profissional;
 - Desenvolver autonomia;
 - Construção de conhecimento interdisciplinar;
 - Formação de ideais e princípios;
 - Formação de habilidades necessárias ao mercado;
 - Introdução à base educacional sólida e posterior especialização;
 - Educação continuada;
 - Colaborar com sociedade proporcionando conhecimento, cultura e outros esforços educacionais;

- Produção de conhecimento que possa interferir no meio e fazer modificação na sociedade;
- Ensino, pesquisa e extensão, gerando conhecimento e repassando-o à sociedade.

- UFPR
 - Ensino voltado para a produção, sistematização e divulgação do conhecimento produzido na prática social;
 - Universidade entendida como espaço de sistematização do saber;
 - Universidade com responsabilidade social, que busca a preservação da tradição histórica das profissões e direções da sociedade;
 - Instituição destinada a constituir a base necessária ao desenvolvimento da reflexão crítica, do pensamento global do conjunto da sociedade;
 - Função de prover o desenvolvimento científico e tecnológico;
 - Interferir no debate e vida cultural;
 - Propiciar à população acesso aos benefícios do que a universidade produz, buscando melhoria do padrão de vida do conjunto das pessoas (função assistencionista);
 - Geração e reprodução do conhecimento através do ensino em benefício da sociedade;
 - Funções didáticas e de pesquisa, no sentido de aumentar o cabedal de conhecimento.

- UNICENP:
 - Universidade voltada à formação do cidadão, à responsabilidade social.
 - Profissionalizar com espírito crítico;

- Estimular criação cultural e desenvolvimento do espírito científico;
- Desenvolver o entendimento do homem no meio em que vive;
- Formar profissionais aptos para a inserção em setores profissionais participando no desenvolvimento da sociedade;
- Promover a extensão aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da pesquisa científica e tecnológica, bem como a criação cultural gerada na instituição.

4.4.2 COMPARANDO A UNIVERSIDADE TRADICIONAL E ATUAL

- PUCPR:
 - Data da última alteração curricular em 1998, com disciplinas voltadas à pesquisa e estágios;
 - Proposta pedagógica implantada em 2000/2001 incluindo mudanças na abordagem curricular a partir das alterações curriculares;
 - Em 2000 as disciplinas ainda organizadas pela portaria 12/93, buscando-se a flexibilização do curso inicia-se a implantação do Projeto Pedagógico;
 - Mudança causada pela necessidade de possibilitar uma formação mais globalizada;
 - Mudança da LDB desengessou os currículos das universidades;
 - Hoje para assegurar a empregabilidade dos egressos exige-se ajustes às novas necessidades de mercado;
 - Convênios e parcerias hoje são mais numerosos e eficazes, buscando diminuir a distância entre empresas e a universidade, aproximar teoria e prática;
 - Hoje a universidade busca respostas constantemente, correndo riscos de mudanças da LDB, posicionando-se à frente das propostas;

- A integração com cursos de outras universidades hoje é maior, mais padronizada;
- A universidade vem procurando superar o atraso em relação à sociedade que evolui mais rapidamente;
- Em relação aos resultados acadêmicos ainda há muito o que melhorar, mais o desempenho vem melhorando em função do novo Projeto Pedagógico;
- Na atualidade a necessidade de mudança de cultura exige mudança muito maior do que tradicionalmente;
- A competência e o conhecimento dos docentes são considerados trunfos;
- Mudou a função do educador, o panorama da sociedade, processos operacionais e conceitos;
- Mudou o papel da universidade que não é só prepara e formar para o ;mercado atual, pois em pouco tempo estaria desatualizado.
- A formação de hoje deve habilitar com base de competência que possibilite a interpretação e intervenção nos fenômenos sociais, em concordância com a idéia da educação continuada;
- Apesar de historicamente a educação estar em crise no Brasil a mudança é positiva, percebendo-se hoje uma construção de uma identidade do profissional;
- Hoje se percebe uma ampliação nos espaços de atuação dos egressos, não se limitando à sua área de formação, reflexo também da globalização;
- Mudou a idéia de educação com o conceito de educação continuada necessária a todos os contextos da atuação humana;
- O estudante hoje ingressa mais cedo na universidade, mais imaturo, o que difere do aluno tradicional;
- Hoje o egresso demora duas vezes mais para se integrar ao mercado de trabalho, sendo necessário estímulo maior ao empreendedorismo e visão globalizada.

- UFPR:
 - Implantação do currículo em 1996, em virtude da última mudança da LDB;
 - Necessidade de ação diretiva do MEC;
 - Necessidade em acompanhar as mudanças sociais, econômicas e culturais. Ajustes são necessários para atender às demandas sociais e legais;
 - Necessidade maior em mudar concepção de cursos em função de mudança de perfil de egresso;
 - Necessidade de flexibilização do programa (Lei 1973), buscando uma melhor capacitação do aluno para atuar no mercado de trabalho;
 - Postura tradicional em aguardar aprovação da LDB para modificar habilitações ultrapassadas;
 - Hoje é maior a preocupação em adequar o ensino aos novos tempos ditados pela globalização, pelas mudanças da sociedade e da comunidade;
 - Por imposição da LDB/96 estágios são obrigatórios para complementar a formação do profissional, propiciando intercâmbio e troca de experiência;
 - Favorecimento em mudanças de conteúdo, ementa e bibliografia;
 - Universidade tradicionalmente dividida em setores voltada para si mesma, muito fechada. Hoje se percebe uma relação com a prática social buscada por meio da extensão da pesquisa;
 - Ainda hoje se percebe setores mais sensíveis à mudança do que outros.
 - Existência de políticas internas, dividindo setores que compõem a universidade;
 - Tradicionalmente a universidade é eclética, heterogênea e plural;
 - Percebe-se uma contradição política em termos de discussão ética e de política de que tipo de sociedade é almejada hoje;

- Avaliações atuais indicam um ótimo desempenho da universidade 4º lugar das federais;
 - Hoje o profissional deve ser mais articulado, formação mais abrangente e integrada. Desafio de uma formação integrada e ao mesmo tempo genérica sem ser superficial;
 - Ampliação de espaços de atuação do egressos, para espaços não formais da área;
 - Hoje os alunos ao ingressarem na universidade são mais imaturos, sendo diferente a própria expectativa do aluno em relação ao curso;
 - Idéia reforçada de profissional mais completo, com fluência em idiomas, compreensão e adaptação às novas tecnologias, sendo capaz de absorver novidades com rapidez.
 - Hoje ser empreendedor é uma característica e necessidade reforçada em função da globalização, seguido da visão de oportunidade e inovação.
- UNICENP:
 - Muito recente para estabelecer comparação da universidade tradicional com a atual;
 - Difícil comparação devido ser uma instituição recente sem um passado histórico;
 - Existência de histórico da Faculdade Positivo, que remete a mudança em relação ao perfil esperado do egresso;
 - Preocupação centrada hoje no ensino com pesquisa.

4.4.3 FATORES QUE AFETAM A UNIVERSIDADE

- PUCPR:
 - A necessidade de se ter uma proposta que possibilite uma formação mais completa;
 - Planejamento estratégico e projeto pedagógico;
 - Necessidade de formação integrada;
 - A dinâmica ambiental;
 - Flexibilização de cursos;
 - A globalização exigindo atualização dos docentes;
 - Em função das exigências do MEC e novas diretrizes;
 - Aspectos econômicos e política governamental;
 - Excesso e/ou falta de mão de obra qualificada;
 - A educação básica (ensino médio) que deve ter interação com recursos modernos;
 - Comissão de avaliação e aspectos legais;
 - Investimentos.

- UFPR
 - Necessidade de mudar o perfil do egresso;
 - Flexibilização do programa;
 - Aprovação da LDB para modificar habilitações ultrapassadas;

- Necessidade de incorporar novas tecnologias muda a forma de gerenciar;
 - As reformas governamentais, as questões de políticas educacionais;
 - As reformas devem fazer uma leitura da demanda da sociedade na tentativa de traduzi-las em mudanças;
 - Pressões sociais (mercado, alunos, sociedade em geral);
 - Mercado deve ser padrão de referência;
 - Infraestrutura;
 - A qualidade dos professores;
 - A pesquisa e produção de conhecimento a longo prazo;
 - Demanda social, mercado de trabalho e política educacional;
 - Recursos financeiros;
 - Política do MEC;
 - Fatores como segmentos da infra-estrutura, da pesquisa, da legalização através do MEC impedem o processo de movimento mais rápido em direção às mudanças necessárias;
 - Investimentos da universidade desde aquisição de equipamentos, espaço físico até a atualização do professor;
 - Aspectos internos como definição de nova política de gestão de educação;
 - Estrutura ritualística da universidade prejudica a sua modernização;
 - Falta de flexibilidade.
- UNICENP:
 - Pressões institucionais;
 - Fatores de mercado;

- Seleção dos alunos que ingressam na universidade;
- Legislação e exigências do MEC;
- Fatores econômicos;
- Mão de obra qualificada (professores bem qualificados) envolvidos no processo de educação continuada;
- Disponibilidade dos cursos;
- Avaliações do MEC e reconhecimento da comunidade.

4.4.4 POSICIONAMENTO DA UNIVERSIDADE

- PUCPR:
 - A universidade não pode curvar-se às exigências de mercado, mas deve dar condições para a formação que possibilite a boa atuação no mercado atual tão volátil;
 - Buscar adequar seu planejamento estratégico às grandes necessidades sociais, almejando soluções integradas com o mundo;
 - Procurar atender a sociedade possibilitando aos alunos a educação continuada;
 - Possuir preocupação com as inovações, áreas emergentes e oportunidades;
 - As instituições de ensino devem buscar adequação ao máximo com o mercado de trabalho, faz parte da competitividade;
 - Posiciona-se como uma unidade de negócios, olhando os concorrentes, melhorando seu planejamento estratégico, vendo oportunidades e ameaças, buscando maior poder no sentido de melhor formar o seu profissional.

- UFPR:
 - Na busca de uma sociedade mais igualitária, aberta a toda a sociedade não se pretende hoje formar para o mercado que nem sempre atende a princípios éticos;
 - A dimensão de mercado não interfere na universidade pública, a demanda que a universidade deve corresponder é a social;
 - De visão plural e heterogênea a universidade não se preocupa com as exigências de mercado, mas sim em proporcionar a melhor formação da sociedade com compromisso ético e competência;
 - A universidade não pode ser vista como um apêndice do mercado, deve estar a serviço da comunidade como um todo e não apenas a setores dominantes;
 - Existem ações isoladas que procuram realizar atividades mais próximas do mercado de trabalho, muitas sem fomento sistemático;
 - A universidade posiciona-se em atender aos pleitos da sociedade, mas ainda mantendo sua autonomia.

- UNICENP:
 - Deve-se proporcionar formação básica em ciência que possibilite a absorção de novas tecnologias;
 - Proporcionar formação integral e profissionalizante.

5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÃO

5.1 CONCLUSÃO

A pesquisa em questão tem como objetivo compreender melhor o fenômeno da globalização e seus efeitos sobre a sociedade, principalmente sobre a universidade como instituição responsável pela formação social e profissional.

A escolha de três instituições de ensino superior foi baseada no papel que cada uma delas representa no meio em que estão situadas: uma entidade pública, uma entidade confessional e outra ainda privada, todas universidade reconhecidas e com diversos cursos de graduação e pós-graduação.

A pesquisa abordou questões como o papel da universidade na atualidade, suas funções e objetivos comparando-os com suas tradicionais funções, verificando que existe uma mudança significativa e corroborou-se a idéia de que a globalização afeta a universidade, sendo pública, confessional ou particular. As mudanças ocorridas são em função de diversos fatores, sendo que os mais significativos são características da globalização: como as pressões sociais, na forma da necessidade do ensino e profissões estarem atualizados, a formação que garanta a empregabilidade, e o crescimento do ensino valorizando o empreendedorismo como forma de evolução dos empregos, seguidas das exigências da legislação em vigor e política governamental.

Quando se questiona até que ponto a globalização afeta a universidade, a investigação aponta que conforme a natureza da universidade, sendo pública os efeitos são percebidos pelos coordenadores e professores dos cursos de Pedagogia, Engenharia Civil e Administração, com diferença de intensidade por setores ou ainda departamentos. Para o curso de Pedagogia da UFPR, fica evidenciado uma forte visão política que foi manifestada nas entrevistas e contatos, e percepção de uma universidade tradicional que luta para abrir-se às mudanças, buscando de diferentes formas a interação com a sociedade, o contato e a troca de experiências no setor da

Educação. Também aponta para a existência de várias universidades dentro de uma, indicando que é uma instituição dividida por interesses setoriais muito nítidos, sendo difícil uma visão única da instituição.

Em relação ao curso de Pedagogia as mudanças sociais são muito fortes e pressionam para alterações curriculares onde também a legislação pôs em prática os anseios da sociedade nos casos das habilitações que foram integradas na última reformulação da LDB/96. Por existirem convênios e parcerias com escolas de educação infantil e ensino fundamental o contato com a realidade social é muito grande e a troca de experiências entre teoria e prática é promovida amplamente pela universidade, assim como o preparo para a expansão de campos de atuação que não sejam exclusivamente escolares, mas também áreas de RH, hospitais, etc.

Pela análise pode-se também perceber que para a instituição pública fica muito restrito o acesso à inovação, a equipamentos e novidades tecnológicas. A questão de infra-estrutura, a ampla falta de recursos e contratação de professores abala muita a capacidade dos cursos em realizarem seus projetos. Registra-se também uma preocupação em transformar a universidade para a modernidade e disponibilizá-la para todos, não apenas a uma elite privilegiada.

Para a instituição de natureza privada confessional como no caso da PUCPR ficou evidenciado um planejamento estratégico muito mais próximo da realidade da instituição, onde entre os cursos investigados observou-se bastante semelhança em suas atividades e expectativas. Parece haver uma forma de agir e pensar mais semelhante entre os cursos investigados, levando-nos a inferir que exista uma homogeneidade maior entre os cursos da instituição, em função de sua própria natureza de instituição confessional existe a figura do Reitor que representa um poder centralizado e próximo dos diretores de cursos de graduação, onde o projeto pedagógico reserva metas para um futuro próximo a curto e médio prazo definido em concordância a um planejamento estratégico amplo da instituição.

Para o UNICENP sendo uma instituição muito recente (1999) as transformações ainda não podem ser muito bem entendidas e observadas, levando-se em conta que

ainda está em processo de implantação. Contudo as manifestações coletadas confirmam a influência da globalização no ensino, no sentido de que a inovação e a modernização são exigências da sociedade, e as tecnologias educacionais como ensino à distância estão na espera de aprovação do MEC. Para esta instituição específica, as exigências legais do MEC representam a maior influência transformadora da universidade, sendo que impõem condições de funcionamento e aprovação da instituição, como a exigência da titulação e contratação obrigatória de professores mestres e doutores. Pensando numa comparação das universidades públicas e particulares analisadas nesta pesquisa foi montado o quadro a seguir com algumas das características mais relevantes:

5.1.1 COMPARAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADES

UFPR	PUCPR	UNICENP
Possui estrutura burocrática que a torna mais lenta.	É rápida em seus processos de mudanças.	Muito recente para medir processo de mudança.
Existem alguns convênios e algumas atitudes isoladas em departamentos buscando maior interação com o mercado.	Possui maior interação com o mercado facilitador de mudanças.	Possui boa interação com o mercado através dos convênios.
Aluno diferente da instituição privada, efeito de seletividade.	A diferença de aluno pode refletir na atuação da universidade	Alunos passam pelo processo de seleção e refletem na atuação da universidade.
Possui dependência do governo em relação a infra-estrutura, contratação de professores, funcionários, equipamentos, etc.	A universidade não tem dependência do governo para dar continuidade às suas tomadas de decisões acadêmicas.	A universidade não tem dependência do governo para dar continuidade às suas tomadas de decisões acadêmicas.
Falta a figura daquele que determina rumos e investimentos, governo é distante das carências da universidade.	O reitor determina rumos e investimentos.	O reitor determina rumos e investimentos.
Possui marca histórica, tradição de academia isolada, fechada em si mesma.	É mais dinâmica em seus processos de mudança.	Ainda é recente em sua implantação.
Existe perda de eficiência em seu processo de mudança, atendendo ao seu ritmo próprio de mudança.	Sofre maior pressão para atender às demandas sociais.	Sente pressão para atender às demandas do mercado de trabalho.
Maior autonomia em não negociar princípios.	Universidade mais dinâmica, visa à maior empregabilidade de seus alunos.	Universidade dinâmica por ser privada.
O fato de não acompanhar o mercado possibilita uma mudança ser implementada.	Possui maior sinergia com as empresas trazendo diferença no seu processo de adaptação ao meio.	Procura acompanhar com velocidade as mudanças do mercado.
Possibilidade de ofertar cursos que não correspondam a interesses do mercado propriamente dito, mas corresponda a interesses da cultura.	Necessidade de ofertar cursos de interesse da sociedade em termos de empregabilidade e retorno garantidos.	Necessidade de ofertar cursos de interesse da sociedade em Termos de empregabilidade e retorno garantidos.
Visa à formação cultural e profissional dos egressos.	Visa à empregabilidade e à melhor formação profissional e cultural dos egressos.	Visa à formação cultural e profissional dos egressos, buscando diferenciador competitivo.

UFPR	PUCPR	UNICENP
Busca mais pela pesquisa.	Trabalho de pesquisa em menor escala, começando a haver maior oferta de cursos de especialização, mestrados e doutorados.	Trabalhos de pesquisa hoje em menor escala, mas buscando desenvolver mais pesquisas.
Possui ainda credibilidade, reconhecimento, apesar de sofrer com a morosidade, lentidão, falta de recursos.	Pouca possibilidade de desgaste na comunidade em função de greves, falta de recursos e investimentos.	Pouca possibilidade de desgaste na comunidade em função de greves, falta de recursos e investimentos
Preocupa-se com questões políticas e governamentais, dificuldades de operacionalização de mudanças.	Preocupa-se menos com questões políticas governamentais.	Preocupa-se menos com questões governamentais.
A globalização afeta a universidade sem existir uma urgência em atender anseios e expectativas de mercado de trabalho ou da sociedade.	É afetada direta e indiretamente pela globalização.	É afetada direta e indiretamente pela globalização, sendo o fator mais relevante de mudança na universidade às exigências legais do MEC.

Percebe-se que apesar de existirem diferenças entre as universidades sejam pública, confessionnal ou privadas, ainda permanece muita semelhança em suas funções e anseios.

Quando finalmente entende-se que a nova economia não substituirá de todo a velha economia, mas sim conviverá com ela, transformando-a por meio de uma profunda integração entre as empresas e da ampla disseminação do conhecimento, que é importante função da universidade, percebe-se o quanto esse fenômeno influencia nossas vidas, a sociedade como um todo.

Ainda agregando a essa linha de pensamento o fato de que é crescente também a transformação nas características da força de trabalho, lembrando que até o início do século a maior parte dos trabalhos eram manuais, cinquenta anos depois e principalmente nos anos 70 a indústria era o grande empregador, comparativamente hoje, a força de trabalho que mais cresce é a dos trabalhadores do conhecimento, aqueles que são valorizados mais pelo conhecimento especializado do que por qualquer outra característica.

A presente pesquisa corrobora a idéia de que a globalização afeta a universidade e ainda salienta que, sendo a globalização esse fenômeno tão contraditório e tão presente em nossa sociedade, o efeito sobre a universidade já é percebido nessa atual sociedade do conhecimento gerando duas necessidades básicas muito atuais: a educação formal, necessária para a educação do trabalhador e, a destacada educação continuada, fundamental para mantê-lo atualizado e competitivo no mercado de trabalho, tornando-se o grande desafio no campo educacional.

5.2 RECOMENDAÇÃO

Dados os resultados apresentados na pesquisa, algumas recomendações em linhas gerais podem ser feitas às instituições de ensino superior envolvidas neste estudo:

- a) A definição do planejamento estratégico da instituição é muito importante, deve ser feita uma leitura da realidade que direciona e impulsiona as decisões acadêmicas envolvendo coordenadores e professores de cursos;
- b) Deve-se buscar uma maior integração entre os departamentos, principalmente para as instituições públicas, procurando diminuir as divisões setoriais ou departamentais entre os cursos de graduação;
- c) Os convênios são bons exemplos de aproximação da teoria e prática profissional podendo ser oferecido desde o 1º ano dos cursos de graduação, pois contribuem para a atualização e desenvolvimento dos cursos;
- d) Toda instituição deve estar atenta a seu ambiente, consciente das realidades globais e regionais, e a universidade deve procurar maior proximidade com a comunidade para troca de experiências e proporcionar aos seus alunos e professores atualização constante;
- e) A estrutura da instituição é também responsável pela limitação imposta à instituição em relação ao seu planejamento estratégico e projeto pedagógico;
- f) A definição de metas e objetivos elaboradas no planejamento estratégico definem filosofias e fornecem sustentação aos departamentos dos cursos de graduação, norteando rumos a médio e longo prazo;
- g) Apesar das diferenças das instituições públicas e privadas, a produção do conhecimento, a pesquisa, a profissionalização e a empregabilidade ainda são preocupações compartilhadas, sendo os trabalhos em parcerias alternativas a serem repensados e valorizados;

- h) As universidades devem estar atentas às mudanças tecnológicas e educacionais, utilizando-se de novas ferramentas de ensino como a educação à distância e outras como diferencial;
- i) Existe a necessidade da educação continuada aumentando a possibilidade de surgimento de novos cursos de pós-graduação que venham a contribuir na produção e atualização do conhecimento;
- j) A evolução do empregos e das características do trabalhador do futuro deve ser preocupação das instituições de ensino superior não como um futuro distante, mas como uma realidade atual.

Sendo então apresentadas as conclusões deste trabalho é possível delinear recomendações de outras pesquisas sobre o tema:

- a) A influência da globalização poderia ser pesquisada comparativamente em outras organizações que não instituições de ensino superior, como escolas de ensino fundamental e ensino médio, para observar mudanças da sociedade ainda antes de evidenciar a formação profissional.
- b) Entendendo-se como a universidade reage à globalização, seria interessante investigar mais sobre outros fatores que propulsionam sua transformação e mudança, como a questão da exigência da legislação do MEC.
- c) A compreensão das universidades auxilia a se colocar em prática muitas ações que venham a contribuir para o melhor desenvolvimento da sociedade e mudanças sociais, sendo então merecedores de interesse dos pesquisadores os temas relacionados a universidade e sua atuação;
- d) Poderia ser bastante interessante um estudo que buscasse identificar e analisar as sub - culturas existentes entre os departamentos dos cursos

de graduação na ALFA percebidas pela análise de conteúdo das mensagens e observações.

- e) A realização de um estudo que investigasse quais as principais características da força de trabalho atual, o perfil do profissional desejado pelo mercado de trabalho em frente às mudanças e transformações contemporâneas poderia contribuir para seu melhor desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Velhos e novos manifestos: o socialismo na era da globalização**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999.

_____. **O estudo das relações internacionais do Brasil**. São Paulo: Unimarco, 1999.

_____. **Mercosul: fundamentos e perspectivas**. São Paulo: LT, 1998.

AMORIM, T.N.G.F. Competitividade organizacional: caminhos alternativos. **In: Anais ENANPAD/97**.

BARDIN, Igor H.; McDONNELL, Edward J. **Implantando administração estratégica**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1993.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa. Persona Edições. (1979)

BEDIN, G. Antônio. **Estado, cidadania e globalização do mundo: algumas reflexões e possíveis desdobramentos**. In: Odete Maria de Oliveira (Coord.). **Relações Internacionais e Globalização: Grandes Desafios**, Ed. Unijuí, Rio Grande do Sul, 1.998.

BERGER, Peter & LUCKMAN, Thomas, **A construção social da realidade**, 16^a Ed. Petropolis: Vozes, 1998.

BOSI, Alfredo. **A universidade pública brasileira**. São Paulo, 2000.

BUARQUE, Cristovam. **A aventura da universidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1994.

BURREL, Gibson; MORGAN, Gareth. **Sociological paradigms and organizational analysis**. England: Arena, 1994.

Cadernos Adenauer 6: **Universidade: panorama e perspectivas**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

CARVALHO E SILVA, Luís Eduardo Potsch de. A universidade no terceiro milênio: desafios, missão histórica e novos paradigmas numa perspectiva planetária. In **IX Curso de Especialização em Administração Universitária**, UFRGS, doc. 35192. Porto Alegre, 1992.

CASTRO, Cláudio de Moura. **“A informática na sala de aula”**, *Veja*, 21 de junho de 2000, p.33.

CHAUÍ, Marilena. **“Em torno de uma universidade de responsabilidades e serviços.”** Revista USP, São Paulo, março/maio, 1995.

- COLOGNESE, S.A., MÉLO, J.L.B. DE. *A Técnica de Entrevista na Pesquisa Social*. In: **Pesquisa Social Empírica: Métodos e Técnicas**. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, PPGS/UFRGS, v.9, 1988.
- DEMO, Pedro.
- ENGUITA, Mariano F. Tecnologia e Sociedade: A ideologia da racionalidade técnica, a organização do trabalho e a educação. In **Educação e Realidade**, 13(1)): 39-52. Porto Alegre, jan/jun 1988.
- EXAME: “*Estamos todos intoxicados pela tecnologia?*”(São Paulo: Janeiro 26/01/00).
- FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Atlas, 1993.
- FERRARA, Lucrecia.F. **A informação como processo**. São Paulo, 1995.
- FIORI, Ernani Maria. **Educação e política**. São Paulo: L&PM Editores, 1992.
- FRANTZ, Telmo Rudi. Universidade e Compromisso Social. In **Contexto e educação**, 27, jul/set 1992. Livraria UNIJUI, Ijuí, 1992.
- FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Prefácio de Moacir Gadotti e tradução de Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Editora: Paz e Terra, 1979.
- GADOTTI, Moacir. **Educação e poder**. Introdução à Pedagogia do Conflito. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 1985.
- _____. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2000.
- GIDDENS, Anthony. **A constituição social da realidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- _____. **A terceira via**. Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social democracia. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 3^a Ed., São Paulo: Atlas, 1991.
- GODOY, Arilda S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. RAE. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. **Teorias da globalização**. 4º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IANNI, Octavio. Nação e globalização. In: **Fim e de século e globalização**. São Paulo: 1995.

KOTLER, Philip. "Competitividade e Caráter Cívico". In: Frances Hesselbein et al. (editores), Peter F. Drucker Foudation (organização), **A organização do futuro: Como preparar hoje as empresas de amanhã**, Ed. Futura, 1997.

INFANTE, Vidal et al. **O perfil do profissional com formação superior exigido pelo mercado de trabalho atual: a real situação competitiva do egresso do sistema educacional nos Estados do RN e CE**. Projeto Integrado de Pesquisa / CNPq, 1999.

_____. **O papel do Inventor no desenvolvimento industrial**. In: Seminário Internacional de Tecnologias Apropriadas para o Desenvolvimento Sustentado. Brasília: ABIPTI/FINEP, 1996.

_____. **Os graduados pela universidade brasileira estão preparados para atender às exigências do mercado global?**. XXXII Asamblea Anual, CLADEA 1996, Monterrey, México, p. 603.

KERLINGER, Fred N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Ed. USP, 1980.

KOURGANOFF, Wladimir. **A Face Oculta da Universidade**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1990.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LUCENA, Marisa. **Um modelo de escola aberta na internet**. Kidlink no Brasil. Rio de Janeiro: Brasport 1997.

MARQUES, Mário Osório. Universidade e Cidadania. In **Contexto e educação**, 10, abr/jun, 1988. Livraria UNIJUI Editora, Ijuí, 1986.

MARQUES, Mário Osório. A Universidade e a Reconstrução da Modernidade. In: **Contexto e educação**, 27, jul/set 1992. Livraria UNIJUI Editora, Ijuí, 1992.

MARCOVICHT, Jacques. **A Universidade (im) possível**. São Paulo: Ed. Futura, 1988.

MARTINS, F. **Educação em perspectiva**. São Paulo: Atlas, 1997.

MASI, Domenico de. **Desenvolvimento sem trabalho**. São Paulo: Ed. Esfera, 1999.

MINTZBERG, Henry. The strategy concept I ; five ps for strategy. **California management review**. V. 30, n.1, p. 11-24, fall 1987.

MERRIAN, S.B. . **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco: Jossey –Bass,1998.

NADLER, David A.;TUSHMAN, Michael L. **Beyond the carismatic leader: leadership and organizational change**. California Management Review.v. 32, p.77-97,1990.

PIAGET, Jean. **Psicologia e pedagogia**. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1972.

QUINN, James B. **Strategies for change**. New Jersey: Prattice-Hall, 1980.

QUINN, James B.; MINTZBERG, Henry. **The strategy process**. New Jersey: Prattice-Hall, 1991.

RICHARDSON, Roberto J. et alli. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo Atlas, 1989.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro. Editora P&T:1985.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos: o declínio inevitável dos empregos e a redução da força global de trabalho**. São Paulo: Makron Books, 1996.

RODRÍGUEZ, Ricardo. **Universidade e globalização**. São Paulo: 1999.

SALES, Ivandro da Costa. **Universidade e Sociedade: como resgatar suas principais relações**. In **Contexto e educação**. São Paulo: Editora, Ijuí, 1987.

SANTOS, Milton. **Fim de século e globalização**. São Paulo: 1995.

SCHEIN, Edgar. **Coming to a new awareness of organizational culture**. Sloan Managenmente Review, 1984.

_____. **Uma visão dinâmica**. Jossey-Bass Inc. Publishers San Francisco, CA – 1985.

SELLTIZ, Claire et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. 2. ed. brasileira. São Paulo: EPU, 1987.

SOLINO, A. Silva da. **Planejamento e gestão na instituição universitária: um enfoque multidimensional**. São Paulo: EAESP/FGV,1996. (Tese de Doutorado).

SOUZA, Maria Adélia. **Fim de século e globalização**. São Paulo: Ed.1995.

SCHUMANN, H.; MARTIN, P. **A armadilha da globalização**. São Paulo: 1996.

SCHWARTZMAN, Simon. **Ciência, universidade e ideologia: a política do conhecimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

STAKE, R.E.: **Handbook of Qualitative Research**. Capítulo 14. Denzin, N. & Lincoln, Y. ; Eds., Sage, London. UK, 1994.

SÜSSMUTH, Rita. "A capacidade futura da sociedade", In: Frances Hesselbein et al. (editores), tradução: Bazan Tecnologia e Linguística. A comunidade do Futuro. São Paulo. Ed. Futura, 1998.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e Universidade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

TORRES, Carlos Alberto. **Educação, poder e biografia pessoal: diálogos com educadores críticos**. Porto Alegre: Ed. Artmed 2000.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

THUROW, Lester. **El futuro del capitalismo**. Barcelona: Ariel Sociedad Económica, 1.996.

WILSON, David. C. **A strategy of change**. London: Routledge, 1995.

YIN, R.K. **Case study research: desing and methods**. Newbury Park, CA : Sage Publications, 1989.

ANEXO

Roteiro para entrevista semi - estruturada:

1. Nome do entrevistado, cargo, tempo em função.
2. Quais os principais objetivos e funções da Universidade e do curso de (Pedagogia; Engenharia Civil; Administração)?
3. Quais alterações curriculares do último ano? O que as provocou?
4. Existe uma interação da universidade com as “empresas”? Convênios? Existem convênios com outras universidades?
5. Como vê o desempenho da universidade hoje?
6. O que mais afeta o curso em questão? Quais fatores conduzem à mudança da universidade?
7. Qual a principal diferença do Pedagogo, Engenheiro Civil, Administrador de hoje com o profissional formado há 5 a 10 anos atrás?
8. Qual o futuro da formação do Pedagogo, Engenheiro Civil, Administrador? O que está mudando, o que mais afeta a profissão?
9. Quais competências e habilidades serão requeridas dos egressos dos cursos?
10. O que pode interferir (ajudar ou prejudicar) para a modernização do curso em sua opinião?
11. Pensando em função da globalização (avanço tecnológico, técnicas educacionais, transformações sociais, cultura, comunicação), quais as mudanças ocorridas na universidade? A globalização afeta a universidade (o curso) mais especificamente em quê?
12. Como definiria a mudança em termos de velocidade na universidade?
13. Em sua opinião, a mudança da universidade pública difere da universidade particular? Por quê?

14. Como a universidade se posiciona em relação às exigências do mercado? Da sociedade?